

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DISSERTAÇÃO

A escrita da história da Antiguidade no Brasil oitocentista: um estudo do *Compêndio de História Universal* (1860), de Justiniano José da Rocha

Douglas de Melo Altoé

2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**A ESCRITA DA HISTÓRIA DA ANTIGUIDADE NO BRASIL
OITOCENTISTA: UM ESTUDO DO *COMPÊNDIO DE HISTÓRIA
UNIVERSAL* (1860), DE JUSTINIANO JOSÉ DA ROCHA**

DOUGLAS DE MELO ALTOÉ

Sob a Orientação da Professora
Maria da Glória de Oliveira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração Relações de Poder, Linguagens e História Intelectual.

Seropédica, RJ
Setembro de 2016

930

A469e Altoé, Douglas de Melo, 1991-

T A escrita da história da antiguidade no Brasil oitocentista: um estudo do *Compêndio de História Universal* (1860), de Justiniano José da Rocha / Douglas de Melo Altoé - 2016.

97 f.: il.

Orientador: Maria da Glória de Oliveira.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em História.

Bibliografia: f. 92-97.

1. História antiga - Teses. 2. História antiga - Compêndios - Teses. 3. História universal - Compêndios - Teses. 4. Grécia - História - Teses. 5. Brasil - História - teses. 6. Escrita - História - Teses. 7. Rocha, Justiniano José da, 1812-1862 - Teses. I. Oliveira, Maria da Glória de, 1961- . II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em História. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO E
DOUTORADO**

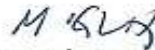
“A escrita da história da Antiguidade no Brasil oitocentista: um estudo do Compêndio de História Universal (1860), de Justiniano José da Rocha”

DOUGLAS DE MELO ALTOÉ

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, no Programa de Pós-Graduação em História – Curso de Mestrado, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 29/07/2016

Banca Examinadora:



Professora Doutora **MARIA DA GLÓRIA DE OLIVEIRA (UFRRJ)**
Orientadora e Presidente da Banca



Professor Doutor **VITOR CLARET BATALHONE JUNIOR (UFRRJ)**



Professor Doutor **RODRIGO TURIN (UNIRIO)**

Dedico esta dissertação a todos os professores que contribuíram com minha formação. “Se não morre aquele que escreve um livro e planta uma árvore, com mais razão não morre o educador que semeia vida e escreve na alma.” (Bertolt Brecht).

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por tudo que proporcionou na minha vida, por guiar meus passos em todas as conquistas. “Tudo posso naquele que me fortalece.”

Demonstro imensa gratidão pela minha família, baluarte da minha vida, por sempre se esforçar para me conceder a melhor educação possível, não se restringindo na questão dos estudos, mas por formar meu caráter. Meu sincero obrigado por tudo. Te amo: Pai, Mãe, Irmã e todos meus familiares.

Agradeço a todos os meus amigos, primeiramente aos de infância que tive que aprender a enfrentar a ausência, e a todos que convivi na graduação e neste mestrado na UFRRJ, especialmente aos da minha turma e do Alojamento, vocês que ao longo desses anos sempre me ajudaram quando estava longe de casa e acabaram se tornando minha segunda família, nossa amizade não findará, ela se manterá sólida e não desmanchará no ar. Vale destacar quem sempre esteve ao meu lado me incentivando para escrever este trabalho, minha noiva, Mariana, obrigado por seu apoio e ternura.

Agradeço a Capes, por ter concedido a bolsa durante os dois anos do mestrado, auxílio crucial para a conclusão dessa etapa. Ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ, por viabilizar notáveis oportunidades de formação acadêmica. Ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro por disponibilizar seu arquivo que possibilitou a realização desta obra.

Aos professores Rodrigo Turin e Vitor Batalhone pela disponibilidade em ler minha dissertação, suas contribuições são muitos importantes no meu caminho como pesquisador. Por fim, é imprescindível destacar minha enorme gratidão a minha orientadora Maria da Glória de Oliveira. Desde a graduação a senhora me inspirou e me ensinou extraordinariamente, sem a sua colaboração este trabalho não seria possível, minha magistral professora, obrigado pela paciência e por todas as lições de vida.

RESUMO

ALTOÉ, Douglas de Melo. **A escrita da história da Antiguidade no Brasil oitocentista: um estudo do *Compêndio de História Universal* (1860), de Justiniano José da Rocha.** 2016, 97p. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2016.

Esta dissertação objetiva compreender como se escrevia a história da Antiguidade no Brasil oitocentista. Esta pesquisa historiográfica articula a ideia de um “legado” da Grécia com o processo civilizador no mundo ocidental, além do aporte referencial dos historiadores antigos para a construção da “ciência histórica” no século XIX. Nessa perspectiva, analiso a importância da Antiguidade e da tradição clássica no Brasil oitocentista, principalmente, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a instituição legitimadora da escrita da história, e, no Imperial Colégio de Pedro II (ICPII), o colégio parâmetro da instrução secundária no país. Para investigar tal tema selecionamos compêndios de História Antiga, redigidos no Brasil, entre as décadas de 1860 e 1890, que estão arquivados no IHGB, em especial, o *Compêndio de História Universal*, de Justiniano José da Rocha.

Palavras Chave: História Antiga; compêndios; tradição clássica.

ABSTRACT

ALTOÉ, Douglas de Melo. **The writing of Antiquity history in the nineteenth century Brazil: a study of *Compêndio de História Universal* (1860), by Justiniano José da Rocha.** 2016, 97p. Dissertation (Master in History). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2016.

This dissertation aims to understand how to write the history of Antiquity in nineteenth-century Brazil. This historical research articulates the idea of a "legacy" of Greece with the civilizing process in the occidental world, and the reference input of the ancient historians for the construction of "historical science" in the nineteenth century. In this perspective, we analyze the importance of antiquity and the classical tradition in nineteenth-century Brazil, mainly in the Brazilian Historical and Geographical Institute (IHGB), the legitimating institution of the writing of history, and in the Imperial College Pedro II (ICPII), high school parameter of secondary education in the country. To investigate this theme we selected books of Ancient History, written in Brazil, between the 1860s and 1890, which are filed in IHGB in particular the *Compêndio de História Universal*, Justiniano José da Rocha.

Keywords: Ancient History; compendiums; classical tradition.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1: ANTIGUIDADE, NAÇÃO E CIVILIZAÇÃO NOS TRÓPICOS .	13
1.1. Somos todos gregos?	13
1.2. A antiguidade no Brasil oitocentista	18
1.3. A pena saquarema	24
CAPÍTULO 2: ANTIGUIDADE E HISTÓRIA NOS COMPÊNDIOS	37
2.1. Como escrever a História?	38
2.2. O problema da periodização	57
2.3. Quais civilizações ensinar?	66
CAPÍTULO 3: O MUNDO ANTIGO NARRADO POR JUSTINIANO	71
3.1. A História Sagrada.....	72
3.2. A breve e infame história africana e asiática	76
3.3. Os heróis da civilização ocidental	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92

INTRODUÇÃO

De todas as nações da antiguidade a que mais brilho lançou na historia foi de certo essa que occupava a pequena região, formando duas peninsulas contiguas, e limitada ao norte pela Thracia e pela Macedonia. Se Roma dominou o mundo pelas armas e impoz-lhe pela força suas leis, sua lingua, seus costumes, a Grecia o dominou pelas letras, pelas artes, pela admiração do seu heroismo; engrandecidas pelos seus historiadores, as façanhas das suas guerras, as occurrencias da sua politica, as virtudes dos seus herões formam a melhor e mais brilhante parte do que se chama historia classica. (...) E uma observação antes de ir adiante: das regiões que beiram esse mar, veremos em todas as epocas sahir, desenvolver-se, a civilização: estrada commum da Asia, da Europa e dessa parte septentrional da Africa que vasta cinta de areias separa das regiões meridionaes, ainda hoje barbaras, o Mediterraneo, com os Phenicios, com os Carthaginezes, com a Grecia, e Roma, e Veneza, e Genova, e Hespanha, e ainda com Portugal, foi o caminho da civilização, da troca reciproca de productos, de inventos, de riquezas, de estudos, que trouceram o homem ao grau do progresso em que o vemos.¹

O presente trabalho resulta de algumas inquietações, eis algumas delas. Qual a razão de ensinar a história de determinadas “nações da Antiguidade”? O que nos leva a outras perguntas: por que algumas sociedades antigas deveriam ser estudadas e outras não? E, nessa seleção de conteúdos, por que a história grega e romana foi privilegiada? Que “história clássica” era essa? Qual o motivo dos helenos e dos latinos serem considerados o berço de uma “civilização ocidental” a que pertenceríamos? Como a edificação da unidade territorial e de uma identidade nacional estão relacionadas com o lugar dos antigos dentro da cultura histórica no Brasil do século XIX? De que modo instituições ocupadas pela elite imperial, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Imperial Colégio de Pedro II (ICPII), intentavam forjar simbolicamente a Nação e empreender um projeto civilizatório que desejava inserir o Brasil no concerto das nações? De que maneira a história pátria faria parte de uma história considerada *universal* e que se iniciaria nos tempos antigos? Essas são algumas questões que orientam a minha dissertação, a qual apresenta como problema historiográfico: como se escrevia a história da Antiguidade no Brasil oitocentista?

A epígrafe acima foi retirada da principal fonte da minha pesquisa, a primeira obra historiográfica de História Antiga produzida em nosso país, o *Compendio de Historia Universal*, publicado em 1860, cujo autor é Justiniano José da Rocha, brasileiro mestiço que estudou na França, no *Collège Henri IV*, e formou-se em Direito, na Faculdade de São Paulo. Justiniano foi integrante do primeiro corpo docente do ICPII, membro do IHGB, jornalista de destaque no Brasil Imperial, escritor do famoso opúsculo *Ação, Reação e Transação*, defensor do Partido Conservador, deputado eleito pela Província de Minas Gerais, entre outras atividades.²

¹ ROCHA, Justiniano José da. *Compendio de Historia Universal*. Tomo I: Historia Antiga. Typologia do Regenerador, Rio de Janeiro, 1860, p. 42-43. Em todas as citações extraídas da obra, serão mantidas a grafia e a pontuação originais.

² Ver: MAGALHÃES JR, Raimundo. *Três panfletários do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 2009; e CARDIM, Elmano. *Justiniano José da Rocha*. São Paulo: Brasiliense, 1964.

Esta pesquisa insere-se no campo de estudos da história da historiografia. Como nos assinala Manoel Luiz Salgado Guimarães, os estudos nesse campo propõem refletir sobre “a história da história como forma de afirmação de uma identidade e legitimação de uma prática”, e não se limitam a produzir “balanços historiográficos”. Assim, a história da historiografia, antes considerada como uma espécie de “prima pobre da pesquisa histórica”, cada vez mais ganha espaço nos meios acadêmicos, sendo vista como um campo não apenas auxiliar das outras disciplinas, mas como área autônoma de investigação, com temáticas e problemas próprios. A partir dessa perspectiva, a pesquisa em história da historiografia pressupõe a análise crítica não somente dos textos historiográficos, mas do “campo de tensões e conflitos” a que esses textos estão vinculados, assim como a desnaturalização das práticas que compõem o próprio ofício do historiador.³

A leitura e análise da fonte desta pesquisa tem como pressuposto teórico a noção de “operação historiográfica” de Michel de Certeau, pois, para ele, o “lugar social” do historiador é imprescindível para compreender a elaboração do conhecimento histórico. Certeau propõe que se entenda a história como uma operação que implica a relação entre um *lugar social*, *práticas* científicas e uma escrita.⁴ Levando-se isso em consideração, entende-se que: “Toda pesquisa historiográfica é articulada a partir de um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural.”⁵ Neste sentido, o autor alude que: “É impossível, portanto, analisar o discurso histórico independentemente da instituição em função da qual ele se organiza (...)”.⁶

Esse lugar social ao qual Certeau faz menção articula-se a uma dimensão da vida: o âmbito da política. Produzir histórias no ICPII significava ir além de uma simples função pedagógica, porque objetivava a construção de uma história nacional, que reunisse elementos visando à afirmação de um Estado centralizado e submetido à ordem política imperial. É importante lembrar que, nesse período, a atuação política e letrada caminhavam juntas no Brasil monárquico.⁷

Para o desenvolvimento da pesquisa, a noção de *cultura história* constitui outro referencial teórico. Conforme nos ensina Fernando Sánchez Marcos, a *cultura histórica* é um “processo dinâmico de diálogo social, pelo que se difundem, se negociam e se discutem

³ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Apresentação: “Um historiador à margem: Fustel de Coulanges e a escrita da história francesa no século XIX”. In: HARTOG, François. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2003, p. 13.

⁴ CERTEAU, Michel de. “A operação histórica” [1974]. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 17.

⁵ CERTEAU, op. cit., p. 18.

⁶ CERTEAU, op. cit., p. 22.

⁷ Antes de receber a alcunha de Imperial Colégio de Pedro II, o estabelecimento de ensino teve diferentes nomes, Casa dos Meninos Órfãos de São Pedro, Seminário de São Joaquim, Imperial Seminário de São Joaquim. Em 1837, o antigo seminário passa a ser patrocinado por d. Pedro II e, assim, foi elevado à condição de Imperial Colégio Pedro II. Em 27 de abril de 1838, recebe seus primeiros alunos, de um orfanato humilde, o colégio se transformaria na “glória” do nosso ensino; podendo ser percebido como um “símbolo de civilidade”, de um lado, e de pertencimento a uma elite, de outro. O Colégio dispunha de grande afeição do monarca, como podemos perceber em sua frase: “Se não fosse imperador do Brasil quisera ser mestre-escola”. Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 235 e 236. Esse caráter elitista é corroborado por José Murilo de Carvalho, para ele, o colégio de Pedro II era a instituição mais importante de nosso ensino secundário, e era direcionado, principalmente, para os filhos das famílias mais abastadas, sendo o melhor caminho para as escolas superiores, além de formar bacharéis em letras. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 68.

interpretações do passado.”⁸ Para ele, a *cultura histórica* de uma sociedade pode ser, muitas vezes, analisada desde uma perspectiva política-discursiva, e para isso é necessário indagar as agências e instâncias-chaves que intervêm na produção e difusão dos construtos simbólicos que a configuram.⁹ Assim, a dimensão política em que atuava Justiniano, que, além de ser professor de um Colégio patrocinado pelo Imperador, também mantinha ligações com as outras instituições imperiais, apresenta-se como um dos elementos decisivos na investigação de sua produção.

No primeiro capítulo, investigo como a ideia de um “legado” da Grécia esteve diretamente relacionada à compreensão do processo civilizador no mundo ocidental, além do aporte referencial dos historiadores antigos para a construção da “ciência histórica” no século XIX. Nessa perspectiva, analiso a importância da Antiguidade e da tradição clássica no Brasil oitocentista, em especial, no IHGB, a instituição legitimadora da escrita da história, e, no ICPII, o colégio modelo do ensino. Também será apresentada a trajetória de vida e a produção letrada do escritor saquarema Justiniano José da Rocha, o autor do *Compêndio de História Universal*.

Desse modo, objetivando compreender como se escrevia a história da Antiguidade no Brasil oitocentista, no capítulo 2, examinarei os compêndios de História Antiga, redigidos no Brasil, entre as décadas de 1860 e 1890, que estão arquivados no IHGB, através dos quais os filhos da elite brasileira aprendiam as lições do mundo antigo. Além do *Compêndio de História Universal*, de Justiniano José da Rocha, são eles: *Compêndio de História Antiga*, de Manuel Duarte Moreira de Azevedo; *Noções de História Universal*, de Alfredo Moreira Pinto; *Lições de História Universal*, de Luís de Queirós Mattoso Maia e o *Compêndio de História Universal*, de Raphael Galanti. A todas essas obras compostas por autores brasileiros é possível acrescentar a tradução para o português do *Compêndio de História Universal*, de Victor Duruy, pelo padre Francisco Bernardino de Souza.¹⁰ Nesta parte da dissertação, buscarei comparar as escolhas teórico-metodológicas, as periodizações e a seleção de conteúdos desses manuais.

Por fim, no terceiro capítulo, realizarei uma leitura crítica e uma análise qualitativa do compêndio de Justiniano, com o intuito de problematizar seus conteúdos. Esta investigação está concatenada com a atuação letrada e política de Justiniano, destacando a dimensão autoral e seus comentários ao longo da obra. Também será levado em consideração o cenário de disputas na construção da identidade nacional, arquitetado pela elite letrada fidedigna à Casa reinante dos Bragança, e que reafirmava a tarefa civilizadora portuguesa, a história clássica e a tradição religiosa cristã.

⁸ MARCOS, Fernando Sánchez. *Cultura histórica*. Disponível em: <http://www.culturahistorica.es/>. Acessado em 13/06/2014, 2009, p. 3.

⁹ MARCOS, op. cit., p. 4.

¹⁰ ROCHA, Justiniano José da. *Compêndio de História Universal*. Tomo I: História Antiga. Typologia do Regenerador, Rio de Janeiro, 1860; AZEVEDO, Moreira de. *Compêndio de História Antiga*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1864. DURUY, Victor. *Compêndio da História Universal*. Traduzido pelo Padre Francisco Bernardino de Souza. Rio de Janeiro. Ed. B. L. Garnier, 1865. PINTO, Alfredo Moreira. *Noções de História Universal*. Rio de Janeiro: Livraria Nicolau Alves, 1886. MAIA, Luís de Queirós Mattoso. *Lições de História Universal*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887. GALANTI, Raphael Maria. *Compêndio de História Universal*. 2ª. ed. São Paulo: Typographia da Companhia Industrial, 1894. Nas citações dos textos destas obras, será mantida a grafia e a pontuação originais.

CAPÍTULO 1: ANTIGUIDADE, NAÇÃO E CIVILIZAÇÃO NOS TRÓPICOS

Como se articulavam a concepção de civilização, a construção da nação e da identidade nacional e a escrita da história da Antiguidade no século XIX? De que modo essas noções despontaram no contexto do Segundo Reinado no Brasil e, mais especificamente, nos discursos de um “homem de letras”, autor do primeiro compêndio de História Antiga escrito por um brasileiro a ser adotado no Imperial Colégio de Pedro II?

1.1. Somos todos gregos?

A apatia dos governantes do mundo civilizado para com as espantosas circunstâncias dos descendentes daquela nação, à qual eles devem sua civilização, emergindo, por assim dizer, das cinzas de sua ruína, é algo realmente inexplicável a um mero espectador do espetáculo dessa cena mortal. Somos todos gregos. Nossas leis, nossa literatura, nossa religião e nossas artes têm suas raízes na Grécia.¹¹

Somos todos gregos, assim nos diz o poeta inglês Percy Bysshe Shelley (1792-1822).¹² O trecho acima foi retirado do prefácio do poema *Hellas*, escrito em Pisa, em 1821, e publicado em Londres em 1822. Qual o sentido de *ser grego* para um europeu, mais precisamente, um inglês, da primeira metade do século XIX? O mundo civilizado moderno teria uma dívida com a nação helênica? Primeiramente, vamos situar o contexto em que Shelley estava escrevendo. *As espantosas circunstâncias, a cena mortal*, de que ele nos fala é a “guerra de independência grega” ou “revolução grega”, conflito ocorrido entre 1821 e 1832, cujo objetivo era o fim do domínio turco e a emancipação do estado grego, o qual foi reconhecido com a assinatura do Tratado de Constantinopla.¹³

De início, Shelley deixa claro que escreveu influenciado pelos acontecimentos a que era contemporâneo e se posiciona com veemência a favor da causa grega. Conforme aponta Gilberto da Silva Francisco, o prefácio de *Hellas* é estruturado pela “articulação entre a avaliação negativa da atuação passiva dos governantes de sua época e a caracterização de uma origem comum e positiva na Grécia.”¹⁴ Shelley elogia a Antiguidade grega e confere linearidade à história, assim estabelece os seus dois herdeiros: os “ocidentais”, os quais teriam na Grécia antiga elementos essenciais de sua “civilização”; e os gregos modernos, que são indicados como descendentes diretos dos antigos.¹⁵

Por outro lado, o sultão otomano Mahmud é retratado como tirano e considerado inimigo não só dos gregos, mas de todos os ocidentais. Shelley sugere a intervenção dos

¹¹ SHELLEY, Percy Bysshe. *Hellas*. A lyrical drama. London: Charles and James Ollier Vere Street, 1822 *apud* FRANCISCO, Gilberto da Silva. “Somos todos gregos”: A influência da Grécia de Percy B. Shelley. *Revista História e Cultura*, Franca-SP, v.2, n.3, 2013, p. 30 e 31.

¹² Percy Bysshe Shelley nasceu na Inglaterra em 1792. É um dos poetas épicos do século XIX, entre os seus trabalhos estão *Ode to the West Wind*, *The Masque of Anarchy*, *Queen Mab* e *Alastor*. Faleceu em razão de afogamento na costa italiana em 1822. Disponível em: www.biography.com/people/percy-bysshe-shelley. Acessado em 01/04/2015.

¹³ Cf. FRANCISCO, Gilberto da Silva. “Somos todos gregos”: A influência da Grécia de Percy B. Shelley. *Revista História e Cultura*, Franca-SP, v.2, n.3, 2013, p. 35.

¹⁴ Cf. FRANCISCO, Gilberto da Silva. “Somos todos gregos”: A influência da Grécia de Percy B. Shelley. *Revista História e Cultura*, Franca-SP, v.2, n.3, 2013, op. cit., p. 20.

¹⁵ Cf. FRANCISCO, op. cit., p. 20.

países “civilizados” europeus, isto é, a Inglaterra, a Espanha, a França, a Itália e a Alemanha. Assim, o avanço turco representa um perigo para toda a Europa, ou seja, defender a Grécia era defender o Ocidente.¹⁶

Shelley não era o único a demonstrar interesse pela Grécia e pelo mundo clássico no século XIX. Diversos artistas e intelectuais tinham amplo interesse nas tragédias gregas, nos poemas homéricos, nos temas míticos, enfim, a quantidade de citações aos gregos antigos era bem expressiva.¹⁷ Os debates desenvolvidos no continente europeu que tangenciavam a integração do Ocidente, tendo a experiência grega como base também alcançaram a América, e foram uma maneira de consolidar laços com o “mundo civilizado”. Alguns exemplos são evidentes, ícones da literatura latino-americana recorreram direta ou indiretamente à fórmula de Shelley, como Machado de Assis, conhecedor de sua obra.¹⁸ Para Francisco, a noção de herança cultural presente no texto de Shelley ganhou destaque e influência no século XIX.¹⁹

Vale assinalar que a noção de herança ou legado pressupõe uma escolha. Arnaldo Momigliano aponta que não deveríamos usar a palavra “herança” para nos referirmos a qualquer aspecto da cultura grega. Pois, na medida em que, nos séculos XIV e XV, os humanistas objetivavam a restauração dos modelos antigos, não se tratou de uma questão de legado, mas de escolha consciente.²⁰ Na mesma linha, Moses Finley afirma que o legado é uma forma de difusão e implica valores, não sendo simplesmente um amor à cópia. O legado é sempre seletivo, existindo também rejeição, adaptação, modificação, distorção.²¹

O legado da Grécia está diretamente ligado à ideia de civilização europeia em contraposição a algumas sociedades estigmatizadas como “bárbaras”. Norbert Elias nos mostra que o conceito de civilização sintetiza qualidades com as quais a sociedade ocidental julga-se superior a outras sociedades, inferiorizadas como “mais primitivas”.²²

Nessa perspectiva, Elias assinala que a civilização justificava as aspirações francesas colonizadoras e ilustra que Napoleão, em 1798, ao partir para o Egito, bradou as suas tropas: “Soldados, estais iniciando uma conquista de consequências incalculáveis para a civilização”. A partir do século XVIII, as nações concebem que o *processo* de civilização está finalizado em suas sociedades, as quais são “porta-estandartes da civilização em marcha”. Para Elias,

¹⁶ Cf. FRANCISCO, op. cit., p. 20.

¹⁷ Cf. BURN, Lucilla. *Greek Myths*. Austin: University of Texas Press, 1990. p. 76 e 77 *apud* FRANCISCO, op. cit., p. 2. Nesse contexto, é atribuída certa influência de Percy B. Shelley sobre a mais conhecida obra de sua esposa, Mary B. Shelley, “Frankenstein”, com o subtítulo “o Prometeu moderno” (*Frankenstein: or the Modern Prometheus*, 1818), sendo o próprio Prometeu, tema de um drama de P. B. Shelley (*Prometheus Unbound*, 1820). FRANCISCO, op. cit., p. 3.

¹⁸ Cf. FRANCISCO, op. cit., p. 22 e 23.

¹⁹ Cf. FRANCISCO, op. cit., p. 4.

²⁰ Cf. MOMIGLIANO, Arnaldo. História e biografia. In: FINLEY, MOSES I. (org.) *O legado da Grécia: uma nova avaliação*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998, p. 181.

²¹ Cf. FINLEY, MOSES I. *O legado da Grécia: uma nova avaliação*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998, p. 30.

²² Cf. ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2ª ed., 1994, p. 23. Todavia, “Civilização” possui distintos significados entre as nações ocidentais, sobretudo, no uso da palavra entre os ingleses e franceses, e no entendimento dos alemães. Para os primeiros, o conceito expressa a glória de suas nações para o progresso do Ocidente e da humanidade. Já para os alemães *Zivilisation* denota meramente um valor de segunda classe, referente apenas a parte exterior da existência humana. É através do termo *Kultur* que os alemães exprimem suas realizações. O conceito de civilização revela a autoconfiança de povos que há séculos possuem uma identidade nacional instituída, que avultaram suas fronteiras e colonizaram diversos territórios. Em oposição, *Kultur* enfatiza as diferenças nacionais e à identidade particular de grupos, apanágio de um povo de unificação política tardia para os padrões ocidentais, e teve que se empenhar em consolidar suas fronteiras e sua identidade nacional. Cf. ELIAS, op. cit., p. 23-25.

uma etapa importante do processo civilizador foi finalizada quando a *consciência* de civilização e da superioridade que algumas nações possuíam de seu próprio comportamento difundiu-se no Ocidente.²³

De acordo com essa visão, a Europa estaria na vanguarda do processo civilizador, do qual se projetou com o início na Grécia, e a própria ideia de Europa teria um fundamento grego, como nos mostra François Hartog. Essa ideia remete à primeira discórdia entre a Europa e a Ásia, a épica Guerra de Troia, narrada na *Ilíada*, cujo desfecho vitorioso para a Grécia, nas palavras de Hegel (1770-1831), “salvaram a civilização e roubaram todo vigor do princípio asiático”.²⁴

Contudo, o contraponto entre a Europa e a Ásia projetado na Guerra de Troia, em que os troianos são tachados de “asiáticos” e “bárbaros”, trata-se de uma interpretação retroativa, pois tal oposição não se encontra em Homero.²⁵ Essa oposição europeia/asiática não é anterior às guerras entre os gregos e persas, as quais também catalisaram a classificação binária entre gregos e bárbaros.²⁶

A vitória grega adquire importância crucial no destino do mundo ocidental, e está fundamentalmente concatenada com a história inglesa e sua civilização, isso de acordo com o britânico John Stuart Mill (1806-1873): “A batalha de Maratona, como acontecimento mesmo da história inglesa, é mais importante que a de Hastings. Se o desenlace desse dia tivesse sido diferente, os bretões e os saxões poderiam estar ainda perdidos no bosque”.²⁷

Segundo Hartog, antes de se transformar *a posteriori* em uma expressão corrente “gregos e bárbaros” para se referir ao mundo todo, as guerras médicas outorgaram um sentido de bárbaro atribuído aos persas e delimitaram a Ásia como seu território. Para Isócrates (436-338 a. C.), porém, a divisão entre os dois continentes deveria ser contrariada em nome da superioridade grega sobre os bárbaros, e, com base neste argumento, o orador ateniense buscou persuadir Felipe da Macedônia de seu legítimo direito em marchar para a conquista da Ásia.²⁸

Para Hartog, os helenos conseguiram desempenhar um trabalho “político”, o qual conciliava civilização, civilidade e cidadania. A eles sucederam os macedônios, e depois os

²³ ELIAS, op. cit., p. 64. Em relação ao vocábulo “civilização”, Fernand Braudel alude que ele se desenvolveu em oposição ao barbarismo. De um lado existiam pessoas civilizadas, por outro lado, selvagens primitivos e bárbaros. Da França, a palavra “civilização” rapidamente se espalhou para a Europa. BRAUDEL, Fernand. *A History of Civilizations*. New York: Ed. Penguin Books, 1994, p. 4. Também vale destacar que Norberto Luiz Guarinello aponta sobre a própria concepção eurocêntrica da História Antiga, pois remete a um ponto de vista particular, mas que se apresenta como universal e natural. Como exemplo, o Brasil e as Américas são incluídos nos programas e currículos de História, apenas após se tornarem uma parte da história europeia, com os “descobrimientos”. Ele também assinala que o Oriente Próximo, a Grécia e Roma foram colocados em uma espécie de sucessão, em um processo civilizatório que culminaria na Europa ocidental. Cf. GUARINELLO, Norberto Luiz. *Uma Morfologia da História: as Formas da História Antiga. Politeia: História e Sociedade, Vitória da Conquista*, v. 3, n.1, 2003, p. 52-56.

²⁴ HEGEL *apud* HARTOG, François. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003, p. 99.

²⁵ Cf. HARTOG, François. *Memória de Ulisses: narrativa sobre a fronteira na Grécia antiga*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 96.

²⁶ HARTOG, François. *Os antigos, o passado e o presente*, op. cit., p. 100-102.

²⁷ MILL *apud* HARTOG, François. *Os antigos, o passado e o presente*, op. cit., p. 99.

²⁸ Cf. HARTOG, François. *Os antigos, o passado e o presente*, op. cit., p. 102-104.

romanos. Estes são os “instauradores musculosos da civilização”, e entre a Europa e o nome de Roma instaura-se um intercâmbio.²⁹

Entretanto, se o mundo era repartido entre gregos e bárbaros, onde localizar os romanos? A resposta advém da genealogia, fruto da origem grega dos romanos, é o que aponta o historiador grego do século I a. C. Dionísio de Halicarnasso, autor da obra *As antiguidades romanas*. Para ele, alguns arcádios guiados por Evandro teriam emigrado da cidade de Palântio para a Itália, sessenta anos antes da Guerra de Troia, e essa Arcádia antiga teria feito o papel de ponte entre Roma e Grécia, servindo de fundamento para a identidade romana.³⁰ Segundo Dionísio, Roma seria uma cidade grega, não haveria gregos mais “puros” nem mais “antigos” do que os romanos.³¹

Tanto os pensadores gregos como os romanos optaram por representar Roma como uma *pólis* mais íntegra do que as próprias cidades gregas, destinou-se a isso Políbio como historiador apaixonado por filosofia política, assim como o arqueólogo Dionísio, o geógrafo Estrabão, e o retor Élio Aristides. Todos eles, para Hartog, contribuíram, a sua maneira, para essa invenção de Roma.³²

Se na Antiguidade o mundo era repartido entre gregos/romanos e bárbaros, no século XIX consolidou-se uma divisão entre o mundo civilizado europeu e os demais povos “bárbaros”. Nesse momento, os antigos ganham destaque para a constituição da história como ciência e para a compreensão dos problemas do presente.

É no século XIX que se constituem as “ciências da Antiguidade” na Europa. Segundo o historiador Pascal Payen, nesse momento, a história do mundo antigo “não pode ser escrita sem que intervenham diretamente na pesquisa os problemas do presente.”³³ Para o autor, as obras de estudiosos da história helenística, como George Grote (1794-1871), Victor Duruy (1811-1894), Johann Gustav Droysen (1808-1884) e Ewald Friedrich Hertzberg (1725-1795) foram marcadas por discussões relacionadas à atualidade política de cada contexto, pelo

²⁹ Cf. HARTOG, François. *Os antigos, o passado e o presente*, op. cit., p. 109. Richard Hingley assevera que a effigie do império romano forneceu um mito de origem para muitos povos europeus, sobretudo, para as elites das nações ocidentais, as quais entre os séculos XVI e XX, utilizaram a imagem de Roma para determinar o desenvolvimento da educação, arte, arquitetura, literatura e política. Alegava-se que Roma teria introduzido a cultura da civilização, com estradas, cidades, banhos públicos, impostos, língua latina e a tradição religiosa cristã. Dessa maneira, as classes dirigentes identificavam-se com os romanos clássicos, e sentiam-se herdeiros de uma tradição, religião e civilização clássica em comum. Cf. HINGLEY, Richard. *Concepções de Roma: uma perspectiva inglesa*. Tradução de Renata Senna Garraffoni. Campinas, IFCH-UNICAMP, Coleção Textos Didáticos n.47, março de 2002, 64 pp. Disponível em: http://www.unicamp.br/nee/arqueologia/arquivos/historia_antiga/repensando.html Acesso em 29/02/2016.

³⁰ Cf. HARTOG, François. *Memória de Ulisses: narrativa sobre a fronteira na Grécia antiga*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 167.

³¹ HARTOG, François. *Memória de Ulisses*, op. cit., p. 203. Dionísio de Halicarnasso também apresenta que o historiador grego Helânico de Lesbos, no século V a. C., sustentava ter sido Eneias, vindo do país dos molossos à Itália, juntamente com Ulisses, que se tornou o fundador da cidade, nomeando-a a partir de uma das mulheres cretenses: Rome. Ibidem, p. 181. Hartog nos assinala que o Estado romano tinha “crescido ao ponto de dobrar-se sob sua própria grandeza”, dessa maneira, a questão da identidade inquietava “os senhores do mundo”. Virgílio (70 -19 a. C.) decreta que os romanos não são nem gregos, nem etruscos, mas troianos. Dionísio refuta: “você não são evidentemente etruscos, pois são gregos, filhos de gregos e se, são troianos, então é que são ou já eram gregos.” Ibidem, p. 210.

³² HARTOG, François. *Memória de Ulisses*, op. cit., p. 217 e 218.

³³ PAYEN, Pascal. *Conquista e influências culturais – Escrever a história da época helenística no século XIX (Alemanha, Inglaterra, França)*. In: PIRES, Francisco Murari (org.). *Antigos e modernos: diálogos sobre a (escrita da) história*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 26.

“problema da constituição dos Estados nacionais e a questão da unidade, das relações entre modos de dominação e suas consequências culturais.”³⁴

Payen também analisa o aporte dos historiadores antigos para a constituição da história científica ao longo do século XIX, a qual recebeu a herança de três concepções de história, nas quais os paradigmas antigos foram fundamentais, são elas: a história humanista, a história erudita e a história filosófica.³⁵ Pelo viés dos modelos antigos, Payen aponta mutações perpassadas pela história no começo do Oitocentos. Ele destaca dois contextos de grande importância, a reestruturação da universidade de Berlim e a implementação do que, no contexto alemão, chamava-se de *altertumswissenschaft*.³⁶ Nessa conjuntura, o estudo da Antiguidade também foi pensado com o objetivo de contribuir como um instrumento para a análise dos problemas políticos do presente.³⁷

Payen alude que o entendimento do historiador antigo como um simples literato era minimizado, pois este tinha a tarefa de escrever para e em relação à sua pátria. Dessa forma, as obras de Heródoto, Tucídides, Políbio, Tito Lívio e Tácito estavam em sintonia com o contexto político do presente e com a questão de obstinar os historiadores modernos: a constituição e a consolidação dos Estados-nações na Europa. Nesse cenário, diversos historiadores, como Johann Gustav Droysen (1808-1884), participaram do Parlamento de Frankfurt, “e pensaram o presente por meio dos problemas encontrados pelos Antigos”.³⁸

Dentro desse aporte dos historiadores antigos para a construção da ciência histórica, Tucídides foi primordial. Payen assinala que, no século oitocentista, os eminentes estudiosos

³⁴ Ibidem, p. 36.

³⁵ Cf. PAYEN, Pascal. A constituição da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança? *Revista de História da Historiografia*, Ouro Preto, nº 6, 2011, p. 104 e 105. A história humanista se configurou com a redescoberta da literatura antiga. Ela abrangia dois aspectos. Primeiro, a história era compreendida como fornecedora de modelos de comportamentos, nas palavras de Cícero, era *magistra vitae*. Assim, a história antiga era vista como uma reserva de *exempla*, em que Cícero e Plutarco eram dois alicerces. Segundo, a história era concebida como um gênero retórico, pela perspectiva da narração (*narrare*) e do estilo (*ornare, exornare*), desse modo, adquiriu-se da Antiguidade a ideia de que o conteúdo da história transmite-se, sobretudo, por sua própria escrita. Já a história erudita se desenvolveu desde o século XV, também diretamente ligada à redescoberta dos Antigos. Leonardo Bruni e Lorenzo Valla estavam entre os primeiros a valorizar o conhecimento erudito da língua e dos textos. Esta concepção não se estendeu de modo homogêneo na Europa, sendo mais valorizada nos países do Norte e de tradição protestante, como Alemanha, Países Baixos e Inglaterra, enquanto a França manteve-se mais afastada. Depois da segunda metade do século XVII, os mestres da “história” erudita enfrentaram como empecilho os primórdios do espírito filosófico. Para os adeptos da história filosófica, a história deveria descobrir nos fatos uma ordem “racional” e um “progresso” na sucessão cronológica dos tempos. Entre eles, destaca-se D’Alembert e Voltaire. PAYEN, Pascal. A constituição da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança? op. cit., p. 105-110.

³⁶ Após a derrota dos exércitos prussianos, em 1806, e a ocupação francesa, buscou-se recuperar o prestígio da universidade de Berlim. Nesse contexto, além do valioso papel de Wilhelm von Humboldt (1767-1835), destaca-se a atuação de especialistas da Antiguidade, como Friedrich August Wolf (1754-1824) e Barthold Georg Niebuhr (1776-1831). Em pouco tempo, Berlim transformou-se no principal centro de estudos “filológicos” da Europa, isto é, por “filologia” se designava todas as disciplinas destinadas à Antiguidade Clássica. Então, era necessário “reunir as diferentes disciplinas” referentes à Antiguidade “em um conjunto orgânico”, para inserir a Antiguidade greco-romana dentro de uma “ciência filosófico-histórica bem-ordenada”. August Wolf nomeou essa “enciclopédia filológica” de *altertumswissenschaft*. O prosseguimento da ciência da Antiguidade estava conectado com a produção sistemática de grandes *corpora* documentais, como o realizado por Niebuhr, August Böckh (1785-1867) e Theodor Mommsen (1817-1903). PAYEN, Pascal. A constituição da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança? *História da Historiografia*, Ouro Preto, nº 6, 2011, pp. 112-114.

³⁷ Ibidem, p. 114.

³⁸ Ibidem, p. 115.

da Antiguidade, inspirados por Tucídides, tais como Niebhuhr, Droysen, Mommsen, consideravam a história um instrumento de inteligibilidade do presente, assim como fazer história era fazer política, era atuar no e para o presente. Tucídides também auxilia na investigação da relação privilegiada dos alemães com a Grécia antiga, e, para Payen, deveria ser analisado como parte integrante do “mito greco-alemão”, ilustrado nas palavras de Niebuhr: “A Grécia é a Alemanha da Antiguidade”.³⁹

Ao longo da história da historiografia, podemos perceber uma “leitura pragmática” dos antigos. Para exemplificar isso, Moses Finley entende que as guerras entre as *poleis* da Grécia antiga serviram de ensinamento para a unificação alemã no século XIX e, “portanto, a triste sorte das cidades-Estado gregas, sujeitas a lutas fratricidas e depois à conquista estrangeira, tornou-se uma lição favorita na batalha ideológica para a unificação”.⁴⁰ Finley também nos fala dos usos que a Revolução Francesa empreendeu da bandeira da República Romana e do Império Romano: “Não foi, é claro, nem uma coisa nem outra, o que constitui excelente exemplo do uso (ou abuso) ideológico do passado para fins atuais”.⁴¹

Da mesma maneira, Hartog alude que François-René de Chateaubriand interpretava a Revolução Francesa como “um retorno à Antiguidade”, representada nas cidades de Atenas, Roma e, sobretudo, Esparta. Assim, para o escritor francês, os jacobinos seriam comparados a Licurgo que seria, sem dúvida, o seu modelo.⁴² Por fim, Hannah Arendt também afirma: “Sem o exemplo clássico cujo brilho atravessou os séculos, nenhum dos homens das revoluções, dos dois lados do Atlântico, teria tido a coragem de empreender aquilo que deveria revelar-se uma ação sem precedentes.”⁴³

1.2. A antiguidade no Brasil oitocentista

No século XIX brasileiro, o conhecimento do mundo clássico constituía um ideal de cultura extremamente valorizado, no momento em que se buscava uma concepção de civilização advinda da Europa. Manoel Luiz Salgado Guimarães, ao estudar o jornal *O Patriota* (1813-1814), assevera que as referências à Antiguidade tiveram um papel relevante e bastante recorrente, legitimando a autoridade dos antigos como sinal de controle de certa erudição por parte daqueles que escreviam e, com isso, pretendiam alcançar o convencimento, além do fornecimento de exemplos com a finalidade de emulação para o presente com vistas ao futuro.⁴⁴

Ainda segundo Guimarães, as fundações do IHGB, do Arquivo Nacional e do Colégio Pedro II estiveram de acordo com um projeto político elitista de forjar simbolicamente a

³⁹ Ibidem, p. 121.

⁴⁰ FINLEY, Moses. Os gregos antigos e sua nação. In: *O uso e abuso da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 129.

⁴¹ FINLEY, Moses. *O legado da Grécia: uma nova avaliação*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998, p. 30. Nessa perspectiva, Glaydson José da Silva aponta que: “(...) não raro a Antiguidade tem sido percebida a serviço de uma certa lógica justificadora e legitimadora (...)”. SILVA, Glaydson José da. *História Antiga e usos do passado: um estudo de apropriações da Antiguidade sob o regime de Vichy (1940-1944)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007, p. 27.

⁴² HARTOG, François. A Revolução Francesa e Antiguidade: Futuro de uma ilusão, ou desenrolar de um quiproquó. Porto Alegre, *Humanas*, v. 23, n. 1/2, 2000, p. 13.

⁴³ ARENDT, Hannah. *Essai sur la Révolution*. Paris: Gallimard, 1967, p. 291 *apud* HARTOG, op. cit., p. 37.

⁴⁴ Cf. GUIMARÃES, Manoel. “As Luzes para o Império: História e progresso nas páginas de *O Patriota*”. In: KURY, Lorelay (org.) *Iluminismo e Império no Brasil. O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007, p. 75.

Nação. Portanto, para entender o processo de disputa e construção da identidade nacional é imprescindível atentarmos para aquela agremiação, criada no processo de consolidação do Estado Nacional, tendo por uma de suas atribuições pensar a história brasileira de forma sistematizada e construir um perfil para a recente Nação emancipada. Nesse empreendimento, a existência do trabalho escravo e de populações indígenas geraram dificuldades na tentativa de colocar o Brasil no rol das nações civilizadas. Ademais, a ideia de Nação não se assentava sobre uma oposição à antiga metrópole, pelo contrário, era ou deveria ser reconhecida enquanto continuadora de certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa.⁴⁵

Nesse caminho, para um país que há pouco se encontrava na situação de colônia, e era considerado como desprovido de História pelos europeus, condição essa que o afastava do modelo moderno de civilização, a tarefa de constituir seu passado como História segundo os cânones da cultura letrada europeia, apresentava-se como particularmente difícil. Para superar esses obstáculos, buscou-se estabelecer uma rede intelectual com instituições europeias e com isso “assegurar não apenas uma legitimação política para o Império brasileiro, mas a condição mesma de inserção desta história numa história universal da civilização.”⁴⁶

Antes de Manoel Guimarães, o historiador Luís Felipe de Alencastro referia-se a uma “ideologia civilizadora”, surgida da internalização do pensamento colonialista esclarecido, desenvolvido na última metade do século XVIII, em que o conceito laico de “civilização” se opunha ao conceito religioso de “evangelização”. Alencastro apontava que, no seio da burocracia imperial, consolidou-se tal ideologia, a qual destinava a tarefa histórica de “civilizar” a população brasileira às classes dominantes, pois somente estas “possuíam uma prática histórica suficientemente densa para captar a utilidade e o sentido da existência do Estado brasileiro.”⁴⁷

Dentre as associações científicas destinadas ao conhecimento histórico, o IHGB instaurou relações com o Instituto Histórico de Paris. Para a geração de historiadores que compunham o Instituto de Paris, a História tinha um caráter universal, e podia desvendar a marcha do conjunto da humanidade.⁴⁸ Para o presidente da instituição parisiense, na sessão de abertura do Primeiro Congresso, ocorrido em 1835, a História oferecia um ensinamento moral, e dos fatos narrados, poderia se extrair lições, exemplos e inspirações para o patriotismo.⁴⁹

Nesse contexto, conforme observa Pedro Paulo Funari acerca da presença da tradição clássica, a civilização era sinônimo da cultura europeia, e a Roma imperial era o modelo por excelência. A Grécia era considerada como democrática, efeminada e havia sido suplantada

⁴⁵ Cf. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br>. Acessado em 07/06/2012, p. 6.

⁴⁶ Cf. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Reinventando a tradição: sobre antiquariado e escrita da História.” RIOS, Kenia e Furtado, João E. (orgs.) *Em Tempo: história, memória e educação*. Fortaleza, Imprensa Universitária, 2008, p. 57 e 58.

⁴⁷ ALENCASTRO, Luís Felipe. O fardo dos bacharéis. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 19, 1987, p. 70 e 71.

⁴⁸ Cf. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX”. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 191 e 192.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 197.

pelas armas. Ao contrário, a Roma Imperial e o poder autocrático eram os exemplos para o Império brasileiro.⁵⁰

Outros pesquisadores também se dedicaram ao estudo das referências aos antigos no Brasil oitocentista. Izabel Marson aponta que personagens, eventos e instituições greco-romanas foram utilizados nos discursos e obras de Joaquim Nabuco, pois “possibilitaram analogias e representações sensíveis e impactantes dos problemas sociais e políticos” do contexto.⁵¹

Em um importante estudo acerca dos usos da Antiguidade clássica no IHGB, Rodrigo Turin sustenta que a referência aos antigos aparece de maneira abundante na agremiação, na forma de “epílogos, citações e comparações, indicando, entre outras coisas, a familiaridade desses autores com a tradição clássica”.⁵² Em artigo mais recente, o autor investiga as formas e os usos da tradição clássica no Colégio Pedro II, durante as primeiras décadas de funcionamento, examinando como essa tradição foi recebida, apropriada e reproduzida nos compêndios didáticos, propiciando diferentes projetos letrados e políticos. Turin entende que a absorção e o domínio de um repertório “clássico” desempenhava a função de distinguir os indivíduos mais capacitados, os quais estariam encarregados do exercício virtuoso, prudente e eficaz da atividade política.⁵³

Sobre a importância da tradição clássica no Colégio de Pedro II, Fernando de Araújo Penna aponta que, além das disciplinas de História Antiga e Romana, outras remetiam ao mundo antigo de maneira direta ou indireta, como, por exemplo, o Latim (que ocupava o maior tempo do curso e sempre era ensinado nos últimos anos, aqueles considerados de maior complexidade e importância) e o Grego clássico; nas aulas de Retórica e Filosofia discutia-se obras e autores da tradição helênica e romana.⁵⁴ Do mesmo modo, pode ser verificada a presença dos antigos no ensino de outros idiomas como, por exemplo, no Francês, onde se estudava *Romanos* de Montesquieu; no Inglês, a *História Romana* de Goldsmith; no alemão, *Ifigênia em Tauride*, de Goethe; dessa maneira, a formação ligada à tradição clássica permeava todo o currículo.⁵⁵

De acordo com Gladyson José da Silva, o ensino das matérias de História, Latim e Grego constituía a formação clássica humanista dos estudantes do ICPII, dentro de uma concepção de educação que objetivava a reprodução dos quadros aristocráticos, para os quais

⁵⁰ Cf. FUNARI, Pedro Paulo. Brasileiros e romanos: colonialismo, identidades e o papel da cultura material. In: *A Tradição Clássica e o Brasil*. CHEVITARESE, A. L., CORNELLI, G., SILVA, M. A. O. (orgs.). Brasília: Fortium, 2008, p. 186 e 187.

⁵¹ Cf. MARSON, Izabel Andrade. Liberalismo, história, e escravidão - Presença dos antigos na argumentação de Joaquim Nabuco, In: PIRES, Francisco Murari (org.). *Antigos e modernos: diálogos sobre a (escrita da) história*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 145.

⁵² Cf. TURIN, Rodrigo. Os antigos e a nação: algumas reflexões sobre os usos da antiguidade clássica no IHGB (1840-1860). Disponível em <http://acrh.revues.org/index3748.html>. Acessado em 17/11/2011, p. 2.

⁵³ Cf. TURIN, Rodrigo. A Prudência dos Antigos: figurações e apropriações da tradição clássica no Brasil oitocentista. O caso do Colégio Imperial Pedro II. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 22, n. 41, p. 299-320, jul. 2015.

⁵⁴ Sobre a separação entre a História Romana e Antiga. Penna assinala que isto se deve ao fato das sociedades anteriores a Roma serem consideradas como parte de um tempo mitológico ou fabuloso. Cf. PENNA, Fernando de Araújo. A importância da tradição clássica no nascimento da disciplina escolar História no Imperial Colégio de Pedro II. In: *A Tradição Clássica e o Brasil*. CHEVITARESE, A. L., CORNELLI, G., SILVA, M. A. O. (orgs.). Brasília: Fortium, 2008, p. 74 e 75.

⁵⁵ Cf. PENNA, op. cit., p. 72.

uma elite versada em latim, grego e na cultura clássica respaldava seus valores nobiliárquicos.⁵⁶

Entre as disciplinas da grade curricular do ICPII, Roberto Acízelo de Souza alude sobre a posição destacada da Retórica no sistema de ensino brasileiro. Amplamente concatenada com os conteúdos clássicos, a educação retórica era muito difundida, tinha várias competências e, segundo ele: “(...) todos os nossos autores oitocentistas devem ter frequentado as aulas de retórica, circunstância que de algum modo haveria de refletir-se em suas obras.”⁵⁷

No tocante à trajetória do ensino de História e Geografia, Penna traz à baila que a área de Antiga teve grande realce em três momentos. Primeiramente, nos primeiros anos do ICPII, nos quais a cadeira era dedicada apenas à História Antiga e Romana, pois, nesse período, a história pátria também estava sendo pensada no IHGB. Em segundo lugar, em 1849, quando História e Geografia passaram a ser lecionadas em duas cadeiras, uma destas é dedicada à História Antiga, recebendo a alcunha de *Geografia, e História Antiga*. Por fim, a terceira fase estende-se de 1855 até 1862, quando o curso do ICPII passa a ser dividido em dois: de primeira classe (com cinco anos de duração e voltado para uma educação mais profissionalizante); e de segunda classe (curso completo com mais dois ou três anos). A única matéria de História e Geografia que permaneceu nos anos finais, durante todo esse período, foi a de História Antiga, juntamente com as outras matérias consideradas mais importantes. No entanto, a partir da década de 1870, a História Antiga começa a perder espaço.⁵⁸

Podemos elucidar algumas explicações para a supracitada importância dada à Antiguidade nas primeiras décadas do Colégio. Primeiramente, é possível dizer que determinados eventos nos tempos antigos serviam como modelo para a formação de cidadãos comprometidos com o Estado monárquico. Outrossim, a própria ideia de história universal, como empregada no título da obra de Justiniano José da Rocha, ajuda a pensar o lugar da Antiguidade na cultura Ocidental.⁵⁹ O valor atribuído à “herança” cultural da Antiguidade reflete diretamente na instrução pública, a qual buscava difundir esse ideal através do ensino.

⁵⁶ Cf. SILVA, Glaydson José da. Os avanços da História Antiga no Brasil. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História-ANPUH*. São Paulo, julho 2011. Disponível em: www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300246828_ARQUIVO_OsavançosdaHistoriaAntiganoBrasil.pdf. Acesso em 29/02/2016, p. 19 e 20.

⁵⁷ SOUZA, Roberto Acízelo de. *O império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ: EdUFF, 1999, p. 83-86.

⁵⁸ Cf. PENNA, Fernando de Araujo. A importância da tradição clássica no nascimento da disciplina escolar História no Imperial Colégio de Pedro II. In: *A Tradição Clássica e o Brasil*. CHEVITARESE, A. L., CORNELLI, G., SILVA, M. A. O. (orgs.). Brasília: Fortium, 2008, p. 75 e 76.

⁵⁹ Reinhart Koselleck argumenta que a primeira referência concreta a uma *Historia universalis* só é encontrada em 1304, com a obra *Compendium historiarum*. Com as conquistas ultramarinas e com a unidade da Igreja se rompendo, começaram a se multiplicar os títulos histórico-universais, os quais deveriam registrar e unificar as novas e heterogêneas experiências. Com isso, no final do século XVIII, havia uma certa unanimidade de que essa História do mundo seria uma ciência mestra, a qual, para Kant, ainda não teria sido escrita. Cf. KOSELLECK, Reinhart. A configuração do moderno conceito de história. In: *O conceito de história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 178-181. Segundo Kant, com a história, encontraríamos um curso regular de progresso da natureza humana e, para isso, deveria haver sentido histórico universal iniciado com os povos antigos. Cf. KANT, Immanuel, *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo, Martins Fontes, 2ª ed., 2004, p. 20-21.

Desse modo, é perceptível a forte presença de elementos associados à tradição clássica, especialmente no período inicial do Colégio.⁶⁰

Como foi mencionado, as referências à História Antiga, ao longo do século XIX, estavam concatenadas com o processo de disputa e construção de uma nacionalidade “brasileira”. No período regencial, momento histórico de grandes turbulências e revoltas separatistas, era necessário edificar uma unidade nacional, além de manter a ordem política imperial.⁶¹ Nesse cenário, criou-se o IHGB e o ICPII, os quais foram ocupados pela elite, cuja característica era a fidedignidade à Casa reinante dos Bragança e ao seu projeto político.

Vale abordar que, no século XIX, a tradição historiográfica europeia fixava o ideário de nação. Seguindo esse pensamento, para a nossa elite letrada, ao estudar a origem das nações, o Brasil se identificaria com o mundo “civilizado”, sendo a pátria brasileira um aspecto particular do processo mais geral da formação dos países europeus e, por conseguinte, uma das facetas de um movimento universal.⁶²

No que se refere à historiografia brasileira do século XIX, o IHGB constituía-se como a instituição científica referencial e, desse modo, assumia a função legitimadora da escrita da história. Essa associação literária emitia pareceres sobre os compêndios históricos publicados e que, usualmente, a ela eram oferecidos.⁶³ Ademais, a maioria dos professores catedráticos do ICPII também pertencia à agremiação, sendo figuras de proa do mundo letrado brasileiro, como João Baptista Calógeras (1810-1878), Joaquim Manoel de Macedo (1820-1882), Manuel Duarte Moreira de Azevedo (1832-1903), João Capistrano Honório de Abreu (1853-1927).⁶⁴

É a esse contexto que se relaciona o autor do *Compêndio de História universal*. Além de pertencer ao IHGB e ao ICPII, Justiniano José da Rocha era membro do Conselho Diretor de Instrução Pública. Tais cargos devem ser evidenciados ao considerarmos que o autor tinha mais de uma obra aprovada com amplas aceitações nas escolas da Corte.⁶⁵ Neste sentido, podemos perceber a ligação intrínseca entre o ICPII e o IHGB.

O ICPII, em que Justiniano atuou como professor, foi criado a partir da iniciativa do ministro Bernardo Pereira de Vasconcelos.⁶⁶ O antigo seminário de São Joaquim, pelo decreto

⁶⁰ Cf. PENNA, Fernando de Araujo. A importância da tradição clássica no nascimento da disciplina escolar História no Imperial Colégio de Pedro II. In: *A Tradição Clássica e o Brasil*. CHEVITARESE, A. L., CORNELLI, G., SILVA, M. A. O. (orgs.). Brasília: Fortium, 2008, p. 67.

⁶¹ Como afirma Marcello Basile, esta foi a fase mais conturbada do Brasil, tradicionalmente caracterizada como uma época anárquica e anômala, como empecilho à formação e à preservação da nação brasileira. Cf. BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*. Vol. II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 55.

⁶² Cf. TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. A disciplina de História no Império brasileiro. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 17, p. 1-10, mar. 2005. Disponível em: <http://www.rbhe.sbhe.org.br>. Acessado em: 23/09/2103, p. 5.

⁶³ Cf. GASPARELLO, Arlette Medeiros. A pedagogia da nação nos livros didáticos de História do Brasil do Colégio Pedro II (1838-1920). [s.n.] Disponível em <http://sbhe.org.br>. Acessado em 05/09/2013, p. 2.

⁶⁴ Cf. SANTOS, Beatriz Boclin Marques. Os Livros Didáticos de História no ensino de História do Colégio Pedro II no Império (1837-1870). *II Seminário Brasileiro Livro e História Editorial*. Disponível em: <http://www.livrohistoriaeditorial.pro.br>. Acessado em: 23/09/2013, p. 8-11.

⁶⁵ Cf. LEMOS, Daniel Cavalcante de Albuquerque. Tensões e disputas: os professores e os livros escolares no século XIX. Belo Horizonte, e-hum, vol.3, nº 2, 2010. Disponível em <http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/article/download/422/225>. Acessado em 23/09/2013, p. 20.

⁶⁶ Bernardo Pereira de Vasconcelos nasceu em Vila Rica, Minas Gerais, em 1795. Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra, em 1819. Defendendo a centralização política, tornou-se um dos líderes mais expressivos do *Regresso*, sendo indicado para o Senado em 1838. Desempenhou papel de relevo na criação do

de 2 de dezembro de 1837, converteu-se na única instituição de instrução secundária oficial do país. É factível afirmar que era um instrumento do Estado, imbuído dos paradigmas europeus da civilização e do progresso, destinado a moldar uma consciência nacional nos filhos da *boa sociedade* imperial, evidenciando o caráter elitista de sua educação.⁶⁷

O Governo-Geral exercia um controle indireto sobre o ensino secundário no Império, representado pelo padrão modelar de ensino do ICPII, o qual deveria ser reproduzido à semelhança pelas outras províncias.⁶⁸ A instrução era um projeto imperial, o qual objetivava que o Brasil se colocasse ao lado das “Nações Civilizadas” e, nessa linha, instruir era estabelecer o primado da Razão, difundir as Luzes e romper as trevas associadas ao passado colonial, além de superar a “barbárie” atribuída aos “Sertões” em contrapartida ao “Litoral”, mais próximo da Europa e visto como mais civilizado.⁶⁹

Em discurso proferido no ato de abertura das aulas do ICPII, em 1838, Bernardo Pereira de Vasconcelos afirmava:

Devo, porém, advertir a v. exc. que as regras consagradas neste regulamento não são teorias inexpertas; elas foram importadas de países esclarecidos, têm o cunho da observação, tem o abono da prática e deram o resultado de transcendente utilidade. Não vos assuste, pois, a sua literal observância: a mocidade brasileira não é menos talentosa, nem menos capaz de morigerar-se que a desses países onde elas têm muito aproveitado.⁷⁰

Como vimos acima, o regulamento do ICPII era baseado na experiência educacional de países considerados civilizados e esclarecidos. Mais emblemática é a grande influência francesa no campo educacional. Para Mattos, este país exercia dupla referência, primeiramente, o Império Napoleônico, devido a sua tendência autoritária e centralizadora, o que estava consoante com o projeto político imperial. Em segundo lugar, e ainda mais importante para o autor, a Monarquia de Julho, com a reforma educacional de François Guizot, em 1833.⁷¹ Nesse sentido, é possível afirmar que a inspiração europeia orientou a instrução pública no Brasil oitocentista.

A inspiração francesa também é percebida nas obras de História Antiga adotadas no ICPII, as quais pertenciam ao sistema de ensino francês, são elas: o *Compêndio de História Antiga*, de Poirson et Cayx; o *Compêndio de história romana desde a fundação de Roma até o Império*, de Charles Du Rozoir; e o *Compêndio da história dos imperadores e da igreja durante os quatro primeiros séculos*, de Édouard Dumont.⁷² Essas obras foram produzidas

Colégio de Pedro II, em 1837, e na fundação do Arquivo Público, em 1838. Tornou-se, em 1839, ministro da Justiça e, em 1842, conselheiro de Estado. Faleceu durante a epidemia de febre amarela no Rio de Janeiro, em 1850. Cf. ENGEL, Magali Gouveia. “Bernardo Pereira de Vasconcelos”. In: VAINFAS, Ronaldo (org.) *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 91 e 92.

⁶⁷ Cf. NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. “Colégio de Pedro II”. In: VAINFAS, Ronaldo (org.) *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 147 e 148.

⁶⁸ Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo saquarema*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2004, p. 279.

⁶⁹ Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo saquarema*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2004, p. 272.

⁷⁰ VASCONCELOS *apud* PENNA, Fernando de Araujo. A importância da tradição clássica no nascimento da disciplina escolar História no Imperial Colégio de Pedro II. In: *A Tradição Clássica e o Brasil*. CHEVITARESE, A. L., CORNELLI, G., SILVA, M. A. O. (orgs.). Brasília: Fortium, 2008, p. 71.

⁷¹ Cf. MATTOS, op. cit., p. 273. François Pierre-Guillaume Guizot (1787-1874), político e historiador francês, líder conservador durante a Monarquia de Julho (1830-1848). Escreveu trabalhos como *História da Civilização na Europa e História da Civilização na França*. Cf. Enciclopédia Britannica. Disponível em: www.britannica.com. Acessado em 01/04/2015.

⁷² Os dois primeiros compêndios, de Poirson et Cayx e o de Charles Du Rozoir foram traduzidos por Justiniano.

originalmente na década de 1820 e seus autores eram professores de história antiga dos colégios parisienses. Foram escritas durante o contexto da restauração monárquica e redirecionadas ao longo da Monarquia de Julho, com a reforma desenvolvida pelo ministério de Guizot.⁷³ No tocante à posição política desses professores, Turin assinala:

Estes professores, autores dos mencionados manuais, compartilhavam em sua maioria uma posição política moderada, valorizando a conciliação da tradição monárquica francesa com os novos anseios de representação democrática, acusando os excessos e os distúrbios causados pela experiência revolucionária. Disposição política que permitiria, inclusive, a continuidade e a projeção de suas carreiras após o fim da Restauração e a implementação da Monarquia de Julho.⁷⁴

Turin apresenta a hipótese da existência de certas homologias nas transferências dos regulamentos e dos materiais didáticos da França ao Brasil. Em primeiro lugar, havia um objetivo em comum, transformar a escola em um local de produção de um corpo social minimamente homogêneo e ligado ao Estado, afastando os perigos da liberdade e evitando a fragmentação do ensino. Enquanto o caso francês privilegiou a escola primária e a escola normal, no caso brasileiro, concentrou-se no ensino secundário, visando à formação de um corpo de letrados destinados a atuar no Estado. Outra correlação é a busca da ordem social em períodos de fortes perturbações políticas. Na França, a tarefa era terminar a revolução, promovendo um equilíbrio entre as diferentes partes da sociedade francesa. No Brasil, depois dos conflituosos anos do Primeiro Reinado e das Regências, também se objetivava a estabilização social.⁷⁵

Enfim, a história da Antiguidade adquire importância singular durante o século XIX. No Império brasileiro, buscava-se o apaziguamento das conturbações políticas e sociais, a edificação da unidade territorial e da identidade nacional, além da legitimação do regime monárquico transplantado para o Brasil. Nesse momento, a instrução direcionada para a formação das elites, buscava inserir a recente nação brasileira no caminho da civilização, e, por conseguinte, fazer do Brasil uma parte do mundo civilizado ocidental, constituído pela “herança” da Antiguidade, sobretudo, grega e romana.

1.3. A pena saquarema

Cabe assinalar agora a trajetória da “pena saquarema” de Justiniano José da Rocha.⁷⁶ Ele teve importante papel na ascensão do *Regresso*, e “tornou-se órgão e alma na imprensa”

⁷³ Cf. TURIN, Rodrigo. A Prudência dos Antigos: figurações e apropriações da tradição clássica no Brasil oitocentista. O caso do Colégio Imperial Pedro II. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 22, n. 41, jul. 2015, p. 306.

⁷⁴ TURIN, Rodrigo. A Prudência dos Antigos: figurações e apropriações da tradição clássica no Brasil oitocentista. O caso do Colégio Imperial Pedro II. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 22, n. 41, jul. 2015, p. 306.

⁷⁵ TURIN, op. cit., p. 306 e 307.

⁷⁶ Segundo Mattos, as divisões partidárias entre *luzias* (apelido dos liberais) e *saquaremas* (apelido dos conservadores) não foram profundas, sendo mais fortes os laços criados pelos casamentos entre as famílias proprietárias. Por meio dessa “política de casamentos”, também eram atraídos para essas “dinastias cafeeiras”, açucareiras e similares, bacharéis em Direito, egressos de Coimbra, Olinda e São Paulo, os quais ingressavam na alta burocracia e no Parlamento se tornando seus representantes políticos. Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo saquarema*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2004, p. 78. Desse modo, ao invés de buscar as diferenças nos partidos, para

do Partido Conservador.⁷⁷ Também é sempre lembrado como o autor do opúsculo *Ação, Reação e Transação*. Porém, esta pesquisa objetiva estudar outro trabalho, pouco abordado pela historiografia brasileira, o *Compendio de Historia Universal*, de 1860.

De início, cabe analisar suas origens, pois não há consenso sobre sua filiação, data e local de seu nascimento. Raimundo Magalhães Jr., na obra *Três Panfletários do Segundo Reinado*, datada de 1956, alude sobre um depoimento do Visconde Nogueira da Gama, em *Minhas Memórias*, de que Justiniano seria neto do Cônego Rocha, da Sé de Mariana e filho do Capitão-Mor José Joaquim da Rocha, importante agente político da primeira metade do século XIX.⁷⁸ Todavia, Salomão de Vasconcelos, em 1937, contesta esta versão, afirmando que Justiniano não possuía nenhum laço de parentesco com o Capitão-Mor. Na linha de raciocínio que se opõe à paternidade atribuída a José Joaquim, o cronista Almeida Nogueira traz à baila o nome de José Caetano da Rocha.⁷⁹

Por outro lado, Magalhães Jr. salienta a hipótese de Nogueira da Gama ao aduzir que a presença de José Joaquim da Rocha em Paris, na condição de exilado político, coincide com a data em que Justiniano estudou no *Collège Henri IV*, assim como, na época em que José Joaquim regressou ao Brasil, Justiniano é matriculado na Faculdade de Direito de São Paulo. Frisando tais particularidades, Magalhães parece concordar com a versão da ascendência do capitão-mor, ainda que deixe o assunto para quem melhor esclareça esta nebulosa parte biografia de Justiniano.⁸⁰

Diferentemente de Magalhães Jr., Hélio Vianna, em 1959, em artigo publicado na Revista do IHGB, assinala como Justiniano representa a ascensão de indivíduos “não muito brancos”, porém, com pais abastados financeiramente e que mandavam seus filhos para estudar fora do país. Na visão de Vianna, quem enviou Justiniano para a instrução em Paris foi José Caetano da Rocha, nem citando a possível paternidade de José Joaquim da Rocha. Ademais, segundo o autor, Justiniano teria nascido no Rio de Janeiro, em 8 de novembro de 1812.⁸¹

Mattos, o Império era dominado pelos dirigentes saquaremas, no que ele chama de *tempo saquarema* e que está relacionado com o que Eric Hobsbawm nomeia como a *era do capital*. Esse *tempo*, de um lado, é a maneira como o Império busca e delimita seu lugar na comunidade de nações consideradas civilizadas; por outro lado, é a maneira de empregar as diferenças como uma espécie de escudo ideológico justificador da permanência de uma dominação, traduzida no exercício dos monopólios. Ibidem, p.113. Mattos ainda alude que a civilização e a *Ordem* eram objetivos fundamentais para os saquaremas, além de serem os meios para a construção do Estado imperial e a constituição de uma classe senhorial. Ibidem, p. 293. Nesse constructo simbólico intimamente ligado com as noções de *Ordem* e *Civilização*, o Estado não exerce apenas uma dominação e as classes não existiam somente como uma realidade econômica, havia também um tempo particular: o *Tempo Saquarema*. Ibidem, p. 296.

⁷⁷ Cf. ENGEL, Magali Gouveia. “Justiniano José da Rocha”. In: VAINFAS, Ronaldo (org.) *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 454. O Regresso foi o movimento liderado pelos representantes políticos da cafeicultura escravista do vale do Paraíba e dos grandes comerciantes na cidade do Rio de Janeiro. Visava o restabelecimento da centralização política do império nos moldes da Constituição de 1824. Os chamados *regressistas* defendiam o Poder Moderador para o Imperador, a consolidação da unidade do Império, a manutenção da ordem escravista, neutralizando a “anarquia” associada ao período regencial. O Partido Conservador formou-se com os sectários do *Regresso*. Cf. ENGEL, Magali Gouveia. “Regresso”. In: VAINFAS, Ronaldo (org.) *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 626-628.

⁷⁸ Cf. MAGALHÃES JR, Raimundo. *Três panfletários do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 2009, p. 126.

⁷⁹ Cf. MAGALHÃES JR, Raimundo. *Três panfletários do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 2009, p. 126 e 127.

⁸⁰ Cf. MAGALHÃES JR, op. cit., p. 29.

⁸¹ Cf. VIANNA, Hélio. *Justiniano José da Rocha*. *RIHGB*, vol. 243, 1959, p. 20.

Anos depois, concordando com Vianna, Elmano Cardim apresenta dois documentos eclesiásticos, o registro de batismo e de casamento, em que Justiniano figura como filho legítimo de José Caetano da Rocha e de D. Maria Luísa Muzzi. Quanto ao local de nascimento, Cardim aponta que todos os seus biógrafos e os registros de casamento e óbito dão-no como natural do Rio de Janeiro. Entretanto, no discurso autobiográfico pronunciado na Câmara dos Deputados, Justiniano diz que veio para o Rio de Janeiro ainda menino e, além disso, em 1854, teria feito parte de uma delegação da vila de Rio Preto, província de Minas Gerais, responsável por prestar condolências pela morte da rainha D. Maria II, de Portugal. A origem mineira do jornalista explicaria o fato dele ter sido deputado por esse estado, e não pelo Rio de Janeiro. Cardim também discorda em relação à data de nascimento, ao contrário de todas as suas biografias, ele não nasceu em 1812, mas sim em 28 de novembro de 1811, sendo batizado no dia 4 de janeiro de 1812.⁸²

Na década seguinte, Roderick Barman, ao analisar as origens de Justiniano, indica que ele nasceu em condições financeiras modestas e que tinha sangue africano nas veias. Apesar disso, teria conseguido vantagens sociais devido à proteção da família Muzzi, a qual o teria levado para estudar em Paris, além de auxiliá-lo no ingresso na Faculdade de Direito e a iniciar-se na carreira jornalística.⁸³

Indubitavelmente, foi no jornalismo político que Justiniano alcançou maior destaque, contudo, sua atuação no campo literário também deve ser ressaltada, pois recém-egresso da Faculdade de São Paulo,⁸⁴ “(...) foi um dos primeiros a escrever romances no Brasil e autor do talvez primeiro folhetim brasileiro, *Assassinos misteriosos* ou *A paixão dos diamantes*, cuja ação se passa em Paris.”⁸⁵ Segundo Antônio Cândido, seu *Ensaio Crítico sobre a Coleção de poesias do Sr. D. J. G. Magalhães*, “constitui um franco indicio precursor do Romantismo, com o apelo a uma literatura nacional, liberta da imitação servil dos clássicos e atenta às sugestões locais.”⁸⁶

Três anos após terminar o curso de ciências jurídicas, fundou o *Atlante*, sob os auspícios dos deputados pernambucanos, um jornal destinado a combater a Regência e o Ministério. No mesmo ano de 1836, Rocha retira-se do *Atlante*, que acabou desaparecendo. Funda *O Cronista*, o qual teve como colaboradores Josino do Nascimento Silva e Firmino Rodrigues Silva. Já em 1837, é nomeado diretor do *Correio Oficial*, com 3:600\$000 anuais de ordenado.⁸⁷ Em decorrência disso, no mesmo ano, Justiniano é alvo duas caricaturas que

⁸² Cf. CARDIM, Elmano. *Justiniano José da Rocha*. São Paulo: Brasiliiana, 1964, p. 7-9.

⁸³ Cf. BARMAN, Roderick J. Justiniano José da Rocha e a época da conciliação. Como se escreveu “Ação; Reação; Transação”. *RIHGB*, vol. 301, 1973, p. 5.

⁸⁴ “De Direito foi o primeiro folheto de sua autoria, impresso em 1835, *Considerações sobre a administração da justiça criminal do Brasil e especialmente sobre o júri, onde se mostram os defeitos radicais desta tão gabada instituição, com um apêndice contendo a análise do processo da La Rocire, acusado de estupro e tentativa de assassinato, julgado nos tribunais de Assises de Paris*. Foi este seu único trabalho do gênero.” VIANNA, Hélio. *Justiniano José da Rocha*. *RIHGB*, vol. 243, 1959, p. 20 e 21.

⁸⁵ COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Global, 2004, p. 294. Além de precursor do Romantismo, traduziu diversos romances, como: *A rosa amarela* (1839) e *A pele do leão* (1842), de Charles Bernard; *As armas e as letras* (1840), de Alexandre de Lavergene; *O conde de Monte Cristo* (1845) de Alexandre Dumas; *Os miseráveis*, de Victor Hugo. Cf. *Ibidem*, p. 319.

⁸⁶ CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. São Paulo: FAPESP, 2009, 12 ed., p. 319.

⁸⁷ Cf. CARDIM, Elmano. *Justiniano José da Rocha*. São Paulo: Brasiliiana, 1964, p. 15 e 16.



(Figura 1: A Campanhia e o cujo. Dez. 1837. *Jornal do Commercio*. Disponível no Acervo Digital da Biblioteca Nacional.)⁸⁸

Segundo Hélio Viana, a caricatura, uma das primeiras com conotações políticas aparecidas no Brasil (Figura 1), foi desenhada por Manuel de Araújo Porto-Alegre, futuro Barão de Santo Ângelo. E acrescenta: “caricaturado com traços negróides mais acentuados que os realmente possuídos, a julgar pelos retratos que dele fez Luís Aleixo Boulanger”.⁸⁹

O historiador Valdei Lopes de Araujo faz uma rica análise das charges direcionadas a Justiniano “A Campanhia e o cujo” e a “Rocha Tarpeia” (Figura 2), entre as primeiras da imprensa periódica nacional, as quais ele também afirma que foram gravadas a partir dos desenhos de Manuel de Araujo Porto-Alegre, e eram comercializadas em separado pelo *Jornal do Comércio*.⁹⁰

De acordo com a interpretação de Araujo, Justiniano é caracterizado ajoelhado, carregando consigo objetos de um escritor, de um letrado. Em seu chapéu, penas e um tinteiro, na mão esquerda um volume enrolado, talvez um manuscrito ou um periódico. Denunciando a compra de jornalistas pelo governo, um embrulho com moedas é dado a ele

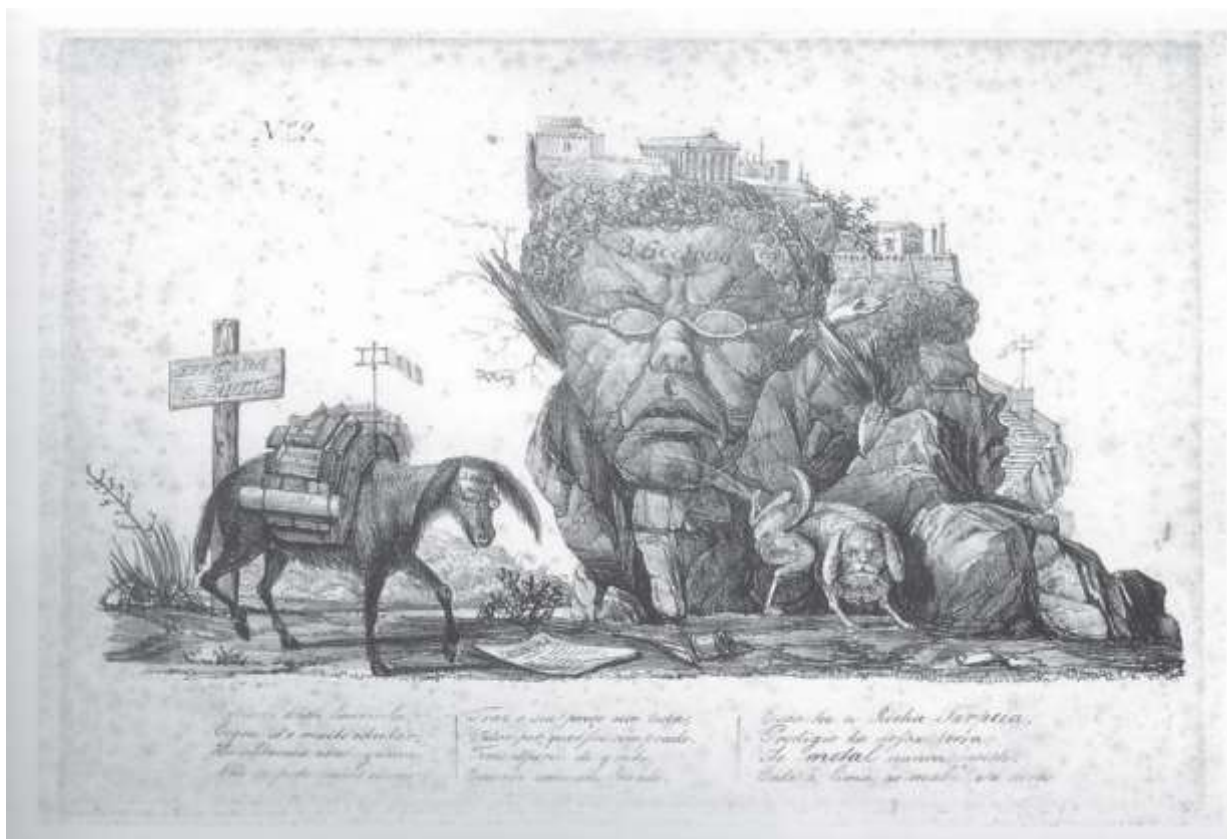
⁸⁸ Na legenda abaixo da imagem: *A campanha*: Quem quer, quer redigir/ O Correio oficial!/ Paga-se bem. Todos fogem?/ Nuca se viu coisa igual. / *O cujo*: Com três contos e seiscentos./Eu aqui’ stou, meu Senhor;/Honra tenho e probidade. / Que mais quer d’ um redator?

⁸⁹ VIANNA, Hélio. *Justiniano José da Rocha. RIHGB*, vol. 243, 1959, p. 22.

⁹⁰ Cf. ARAUJO, Valdei Lopes de. *Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 31, n. 56, mai/ago 2015, p. 388.

por uma figura oficial, o que sugere a possibilidade de ser o próprio regente Pedro de Araújo Lima.⁹¹

No entender de Araujo, outras alusões são feitas a Justiniano, como sua caricatura frontal no muro à direita, a cifra de sua remuneração no *Correio Oficial*, três contos e seiscentos mil reis (3:600\$000), além de expressões que remetem aos seus textos no *Chronista*, como “Crônica das Parvoíces”, “Cemitérios dos desmazelos”, “Com honra e probidade”, “Sinecura” e “Gimbo”.⁹²



(Figura 2: A Rocha Tarpeia. Dez. 1837. *Jornal do Commercio*. Disponível no Acervo Digital da Biblioteca Nacional.)

Nesta charge, a imagem de Justiniano é satirizada na “Rocha Tarpeia”, no burro e no cão, os quais usam seus característicos óculos redondos. Como nos ensina Araujo, a “Rocha Tarpeia” é uma referência à história clássica e faz remissão às ideias de traição, ganância e punição.⁹³

Novamente o salário como diretor do *Correio Oficial* é utilizado para depreciar Justiniano, tanto na testa da figura principal quanto no burro vemos estampando o valor de

⁹¹ ARAUJO, Valdei Lopes de. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 31, n. 56, mai/ago, 2015, p. 389.

⁹² *Ibidem*, p. 389.

⁹³ ARAUJO, Valdei Lopes de. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 31, n. 56, mai/ago, 2015, p. 390. A rocha tarpeia era um local de execução pública de criminosos, como podemos ver em Plutarco (46-120): “Por Tarpeya, que allí quedó sepultada, el collado se llamó Tarpeyo hasta el tiempo del rey Tarquino, el cual, dedicando aquel lugar a Júpiter, mudó de allí los restos, y Le quito el nombre que tomó de Tarpeya; sólo ha quedado una roca, a la que aun ahora llaman Tarpeya, de la que son precipitados los malhechores.” PLUTARCO. *Vidas Paralelas*. Tomo I, Cap. XVIII, p. 66. No Brasil Imperial, também encontramos a menção ao monte romano em um conto de Machado de Assis, intitulado “Antes a rocha Tarpeia”, o qual foi publicado originalmente no *Almanaque da Gazeta de Notícias*, em 1887.

três contos e seiscentos reis. Ademais, a placa com os dizeres “Estrada de S. Paulo” alude sobre sua formação em Direito em São Paulo.⁹⁴

Em continuidade a essas reflexões, Araujo ressalta que dentro do contexto escravista e de uma sociedade altamente hierarquizada, a representação do letrado, negociando seus serviços e, com isso, renunciando sua autonomia e sua virtude, aparentava ser indecoroso. Este aspecto era acentuado pelo elemento racial, com os traços mulatos salientados, e a perceptível associação com um burro de carga na segunda caricatura. Araujo ainda nos diz que: “O valor transcendental de independência que o romantismo buscava associar ao “homem de letras” era negado pelo suposto comportamento vil de Justiniano, na imagem da trova, rocha que cede à “lima” referência mais que direta ao novo regente.”⁹⁵

Passados três anos da publicação dessas caricaturas, Justiniano passa a escrever nas colunas d’*O Brasil*, jornal essencialmente político e signatário do Partido Conservador, e que ficou por uma década sob sua responsabilidade. Segundo Tatiane Rocha de Queiroz, Justiniano exercia nas páginas d’*O Brasil* a função de intérprete do grupo regressista, os futuros conservadores.⁹⁶ Em dezembro de 1850, suspende a publicação d’*O Brasil*, alegando ser a isso levado por circunstâncias imprevistas.⁹⁷

Dois anos após ter se afastado da tribuna, cria *O Correio do Brasil*, de duração efêmera. A partir de julho de 1853, sua pena está empregada n’*O Velho Brasil*, que se propunha a dar continuidade ao antigo *O Brasil*, extinto após dois anos Justiniano deixar a diretoria. Este também não teria vida longa, esvaindo-se em pouco mais de um ano. Justiniano fundaria ainda *O Constitucional*, em 1859, e *O Regenerador*, em 1860. Este último tinha por divisa: “Fé em Deus. Fé nas instituições. Fé no futuro do Brasil”, conforme os preceitos católicos e nacionalistas, que veremos serem os defendidos também em seu compêndio. Escreveu também em *A semana*, folhetim a cargo de Francisco Otaviano, porém, poucos sabiam que era o autor de muitas crônicas, pois não as assinava.⁹⁸

Ao longo de sua carreira jornalística, sua pena esteve sempre a serviço do Partido Conservador o que o levou ao parlamento, foi deputado eleito pela Província de Minas Gerais para a quinta, oitava e nona legislaturas, de 1843/1844, 1850/1852 e 1853/1856.⁹⁹ Todavia, não alcançou muita notoriedade, segundo Cardim: “Era esquivo à tribuna e os trabalhos parlamentares contam com pequena colaboração sua, sem maior repercussão nos anais do Parlamento.”¹⁰⁰

No tocante à sua atividade no magistério, Justiniano integrou o primeiro corpo docente do ICPII, foi designado professor de Geografia, História Antiga e Romana e, para Escragnoille

⁹⁴ Como aponta Araujo, os versos abaixo da imagem ancoram a leitura: “Coitado desse burrinho, /Chegou co’o muito estudar; /É crônica esta cegueira/Não de pode mais curar./Traz o seu preço na testa,/Valor por que foi comprado/Tem espírito de gente./Escreve como um letrado./Esta é a Rocha Tarpéia,/Prodígio de nossa terra; /Ao “metal” nunca resiste,/Cede à lima, ao malho e à serra”. Ibidem, p. 390.

⁹⁵ Cf. ARAUJO, op. cit., p. 391.

⁹⁶ QUEIROZ, Tatiane Rocha de. Do regressismo ao conservadorismo do periódico “*O Brasil*”. Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011, p. 22.

⁹⁷ Cf. CARDIM, Elmano. *Justiniano José da Rocha*. São Paulo: Brasiliense, 1964, p. 19-23.

⁹⁸ Cf. CARDIM, Elmano. *Justiniano José da Rocha*. São Paulo: Brasiliense, 1964, p. 24-27.

⁹⁹ Cf. VIANNA, Hélio. Justiniano José da Rocha. *RIHGB*, vol. 243, 1959, p. 27.

¹⁰⁰ CARDIM, op. cit., p. 41.

Dória, “era outro professor moço e já notório”.¹⁰¹ O autor destaca também sua “facilidade de composição”, e cita Salvador de Mendonça, o qual assinala:

Justiniano escrevia em todo e qualquer lugar, a toda e qualquer hora do dia ou da noite, em casa, na Camara dos Deputados, no teatro, sobre as costas de uma cadeira, sobre a perna, em um peitoril de janella, no silencio do gabinete, na sua varanda, no meio do chirlear dos passaros e das correrias e barulho das crianças.¹⁰²

Além das disciplinas já citadas, Justiniano também foi incumbido da História do Brasil, como nos mostra uma carta dele destinada a Paulino José Soares de Sousa, na data de 4 de junho de 1840:

Por três horas de aulas quotidianas, por muitas outras obrigações de professorado, que me ocupam todas as manhãs, tive de ordenado a quantia de 500\$ anuais, elevada agora a 800\$, com muito maior trabalho, pois estou encarregado da primeira aula, que no Brasil se tem aberto, de história nacional.¹⁰³

Para ministrar o que ele designa a *primeira aula de história nacional no Brasil*, em 8 de fevereiro de 1840, conclama os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual também era agremiado, para a escrita de um bom compêndio de História do Brasil. Ele assinala que estava com dificuldades para realizar de maneira satisfatória a tarefa, pois não existia um bom livro de História Pátria por onde se pudesse orientar e, frente a isso, era forçado a entregar-se ao árduo e penoso trabalho de folhear diversos autores, e extrair deles o que lhe parecia mais verídico.¹⁰⁴

Todavia, para Vianna, nada se fez a respeito, em razão do pedido de exoneração do cargo de professor de História do Brasil, Cronologia e História Universal do ICPII, a 3 de agosto de 1841, nos dizeres de Justiniano “por motivos que longo seria expor”. Vianna e Cardim afirmam que o pedido de demissão foi motivado pela subida dos liberais ao poder.¹⁰⁵ Em 1846, também se desligou do Instituto Histórico.¹⁰⁶

Ainda em 1841, começou a lecionar Direito Militar na Escola Militar do Rio de Janeiro, com honras de capitão honorário. Após essa cadeira ser extinta em 1845, passou a ensinar latim, francês e Direito.¹⁰⁷ Justiniano também foi designado para a inspeção dos

¹⁰¹ DÓRIA, Escragnolle. *Memória histórica-comemorativa do 1º Centenario do Collegio de Pedro Segundo*. Ministério da Educação: Rio de Janeiro, 1937, p. 23.

¹⁰² MENDONÇA *apud* DÓRIA, op. cit., p. 23.

¹⁰³ ROCHA *apud* José Antônio Soares de Souza – “Cartas de Justiniano José da Rocha ao Visconde de Uruguai”, na *RIHGB*, vol. 220, de julho-setembro de 1953, pág. 342-343.

¹⁰⁴ Cf. VIANNA, Hélio. Justiniano José da Rocha. *RIHGB*, vol. 243, 1959, p. 22 e 23.

¹⁰⁵ Cf. VIANNA, op. cit., p. 23; e Cf. CARDIM, op. cit., p. 54. A subida dos liberais aconteceu com a antecipação da Maioridade de D. Pedro II, “A Maioridade foi uma conquista dos ‘liberais’, que subiram ao governo, com o ministério organizado em 23 de julho de 1840”. CALMON, Pedro. Vol. 5: O Século XIX – O Império e a Ordem Liberal, In: *História do Brasil*. 2ª edição, Livraria José Olympio Editora: Rio de Janeiro, 1963, p. 1671. “Afastados do poder em 1840, com o término antecipado da Regência de Araújo Lima, os conservadores só voltarão a ocupá-lo novamente em caráter duradouro em fins de 1848.” HOLANDA, Sérgio Buarque (dir.). 2º vol. *Dispersão e Unidade do Tomo II O Brasil Monárquico*, In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Ed. Difusão Europeia do Livro: São Paulo, 1972, 509.

¹⁰⁶ Inocêncio Silva aponta que Justiniano escreveu um *Ensaio crítico sobre o modo por que se deve escrever a história do Brasil*, o qual devia ser oferecido ao IHGB, porém não realizou a oferta, por separar-se da associação. , SILVA, Innocencio Francisco. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional. Tomo V. MDCCCLX ou 1862. Disponível em www.brasiliana.usp.br. Acessado em 26/09/2013, p. 165.

¹⁰⁷ Cf. CARDIM, Elmano. *Justiniano José da Rocha*. São Paulo: Brasiliana, 1964, p. 54.

institutos da Corte e, para Cardim, seu notável relatório motivou a reforma do ensino primário e secundário, proporcionando valiosas sugestões para as diversas falhas indicadas.¹⁰⁸ Cardim o publicou em anexo, e alguns pontos serão destacados:

Foi-me doloroso ver que, ainda mesmo nos melhores colégios, o estudo das línguas estrangeiras (francesa e inglesa) merecia mais cuidado do que o da língua e da literatura nacional. Em alguns ostenta-se como grande vantagem o falarem francês e inglês os alunos, posposta a língua nacional, que, em vez de purificar-se e enriquecer-se, ela, primogênita da latina, vai-se adulterando esquecida, desdenhada.¹⁰⁹

Frente à grande preponderância europeia, sobretudo, francesa, que acometia não só a instrução da mocidade, mas toda a sociedade brasileira oitocentista, Justiniano defende com veemência a língua nacional, para ele, *a primogênita da latina*. O autor não sustentava a exclusão das línguas estrangeiras, apenas um maior zelo pela língua portuguesa.¹¹⁰ A valorização do idioma é um dos motivos para o autor escrever o compêndio de História Universal, pois as obras adotadas para o ensino se encontravam em francês, o que será aprofundado na análise do prefácio da obra. Ainda no relatório, ele observava:

Devo informar a V. Exa. acêrca da nacionalidade dos diretores de colégio. Em geral são êles estrangeiros; poucos são brasileiros; alguns franceses, e quase todos portugueses; são igualmente portugueses quase todos os professores. Parece-me isto de suma gravidade. Um dos cardiais objetos da educação da mocidade deve ser infundir o culto da pátria, o conhecimento de suas glórias, o amor às suas tradições, o respeito aos seus monumentos artísticos e literarios, nobre aspiração tornal-a mais bella e mais gloriosa. Esse sentimento de religiosa piedade para com a nossa mãe commum não se ensina com prelecções cathedricas, comunica-se, porém, nas mil occasiões que se apresentam no correr da vida e das licções collegiaes, mas para communicar-o é necessário tel-o.¹¹¹

Podemos perceber que, para o autor, a educação estava diretamente relacionada com o culto da pátria. Justiniano, profundamente nacionalista, chama a atenção do governo de que muitos diretores e professores eram estrangeiros, aspecto de suma gravidade para ele, pois o amor ao Brasil e às suas tradições não poderia ser inspirado por quem não as possuía. Destaquei este excerto devido ao fato do autor enaltecer a história nacional em seu compêndio, sendo uma das diretrizes da fonte desta pesquisa.

Já vimos que Justiniano não alcançou notoriedade na Câmara dos Deputados, todavia, um discurso de 1855 merece ser destacado, em razão de conter a confissão sobre os subornos ministeriais empreendidos por seus próprios correligionários. Antes, vamos retornar ao primeiro jornal fundado por ele *O Atlante*, o qual, conforme diz Magalhães, encampava uma oposição à complacência da sociedade e do governo com os traficantes de escravos, os quais

¹⁰⁸ Cf. CARDIM, op. cit., p. 52.

¹⁰⁹ ROCHA, Justiniano José da. Relatório do ministério do Império de 1849-53 *apud* CARDIM, Elmano. *Justiniano José da Rocha*. São Paulo: Brasiliense, 1964, p. 125 e 126.

¹¹⁰ Também chama a atenção a grande importância dada por Justiniano ao Latim, a qual deveria ter um peso maior no currículo do que todas as outras disciplinas, ele sugere que o estudo do Latim compreendesse quatro aulas, duas de gramática e duas de latinidade. Cf. CARDIM, op. cit., p. 127.

¹¹¹ ROCHA, Justiniano José da. Relatório do ministério do Império de 1849-53 *apud* CARDIM, op. cit., p.126.

ilegalmente continuavam introduzindo africanos em solo nacional.¹¹² Para ilustrar, segue um excerto do editorial, datado de 7 junho de 1836:

Poderosas nações se têm coligado para cessar o tráfico de escravos e, no Código da Civilização, conta-se como crime reduzir à escravidão pessoa livre, traficar de homens: leis criminais já decretaram penas severas contra esses atos... e o tráfico continua! Apesar dos castigos, que não receiam, apesar do grito da consciência, que não ouvem, animados pelos proveitos, excitados pela cobiça, acoroçoados com a impunidade, muitos negociantes ocupam-se com o tráfico; e o tráfico continua, prospera. Vemos chegar todos os dias a este porto navios da costa d'África, e vem em lastro; e as leis são impotentes, e a polícia não pode descobrir o fio dessas negociações, coligir provas e entregá-las à justiça, para que descarregue a espada conta os criminosos.¹¹³

O combate aos traficantes e a impunidade que se operava frente aos seus atos ilegais e afastados da conduta das nações civilizadas se contrasta com o recebimento de escravos, a que Justiniano confessava ter sido contemplado.

E, senhores, já que eu falo nisto, vá uma pequena revelação. Distribuíam-se africanos, e eu estava conversando com o ministro que os distribuía, e S.Ex.a me disse:

– Então, Sr. Rocha, não quer algum africano?

– Um africano me fazia conta – respondi-lhe.

– Então, por que não o pede?

– S. V. Ex.a quer, dê-me um para mim e um para cada um dos meus colegas...”

Disse S. Ex.a:

– Lance na lista um africano para o Dr. Rocha, um para o Dr. Fulano e outro para o Dr. Beltrano (...).¹¹⁴

Justiniano não nomeou o ministro, porém, como afirma Magalhães, tratava-se de Bernardo Pereira de Vasconcelos, que distribuía escravos para correligionários e adversários.¹¹⁵ E por que essa confissão? Era resposta a uma acusação. Justiniano havia feito algumas críticas ao governo de seus partidários, sob a chefia do Marquês de Paraná.

Frente a isso, subiu à tribuna Honório Hermeto Carneiro Leão, antigo aliado de Justiniano que havia presidido a província do Rio de Janeiro e o nomeado diretor das aulas de instrução primária. Com uma dura resposta a Justiniano, insinuou que ele desconhecía o seu lugar, sendo na Câmara, um “deputado de favor” e na imprensa, uma “pena de aluguel”.¹¹⁶

Se em outros momentos Justiniano já tinha sido alcunhado de *pena de aluguel*, como vimos nas caricaturas, agora esse título foi dado por uma das lideranças do Partido Conservador, do qual Justiniano sempre hasteou a bandeira. Como resultado dessa contenda parlamentar, Magalhães Jr. aponta que J. J. da Rocha falara demais. Ao golpear seus antigos

¹¹² Cf. MAGALHÃES JR, Raimundo. *Três panfletários do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 2009, p. 141.

¹¹³ *O Atlante apud* MAGALHÃES JR, op. cit., p. 141.

¹¹⁴ ROCHA *apud* MAGALHÃES JR, op. cit., p. 149 e 150.

¹¹⁵ Cf. MAGALHÃES JR, op. cit., p. 150.

¹¹⁶ Cf. MAGALHÃES JR, Raimundo. *Três panfletários do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 2009, op. cit., p. 149.

aliados, acabou ferindo a si mesmo, pois com aquele discurso, nunca mais se elegeu, ficou liquidado politicamente.¹¹⁷

Três semanas após o fatídico discurso de 1855, Justiniano lançaria a obra pela qual se tornaria mais famoso no âmbito da historiografia, o opúsculo *Ação, Reação e Transação: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil*. Segundo Roderick Barman, este seria “um trabalho fecundo na formação da historiografia brasileira e é ainda o modelo de nossa compreensão da primeira metade do século XIX.”¹¹⁸

De acordo com Lúcia Maria Paschoal Guimarães, foi na década de 1950 que esta obra ganhou maior notoriedade, a partir de duas reimpressões, na Revista do IHGB, em 1953, e no livro, já diversas vezes citado de Magalhães Júnior, em 1956.¹¹⁹ Para a autora, o ensaio é um dos textos considerados clássicos para o estudo da nossa evolução política na primeira metade do Oitocentos.¹²⁰

“Na luta eterna da autoridade com a liberdade há períodos de ação; períodos de reação, por fim, períodos de transação em que se realiza o progresso do espírito humano, e se firma a conquista da civilização.”¹²¹ De modo sucinto, a *Ação* compreenderia o espaço de tempo entre 1822 e 1836, sendo dividido em dois períodos, o primeiro de 1822 a 1831, “período de inexperiência e de luta dos elementos monárquico e democrático”; o segundo de 1831 a 1836, “triunfo democrático incontestado”. A *Reação* estendia-se de 1836 a 1852, subdividindo-se de 1836 a 1840, “luta de reação monárquica, acabando pela maioria”; e de 1840 até 1852, “domínio do princípio monárquico, reagindo contra a obra social do domínio democrático, que não sabe defender-se senão pela violência, e é esmagado”. Já o momento da *Transação* seria o “de 1852 até hoje, arrefecimento das paixões; quietação no presente, ansiedade do futuro.”¹²²

Segundo Maria Jannoti, o título do panfleto sugere a adoção do pensamento dialético hegeliano, embora o seu conteúdo não endosse esta impressão.¹²³ A *Ação* e a *Reação* são pensadas da mesma forma, contendo fases de luta e de triunfo. As fases de triunfo ocasionam exageros do poder perpetrados pelo grupo dominante, por conseguinte, gerando momentos de

¹¹⁷ Cf. MAGALHÃES JR, op. cit., p. 164.

¹¹⁸ BARMAN, Roderick J. Justiniano José da Rocha e a época da conciliação. Como se escreveu “Ação; Reação; Transação”. *RIHGB*, vol. 301, 1973, p. 4.

¹¹⁹ Ademais, a autora chama a atenção para os comentários de Sérgio Buarque de Holanda, que resenhou o livro de Magalhães Júnior para o *Correio Paulistano*, no mesmo ano de 1956. Sérgio Buarque também deu o título de *Reação e Transação* ao volume 3, do tomo II, da renomada coleção *História geral da civilização brasileira*, da qual foi organizador. Lúcia ainda avulta que, mais recentemente, em suas análises sobre a política imperial, dentre outros autores, Ilmar Rohloff de Mattos (*O tempo saquarema*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1987, p. 134-136) e Izabel Marson (“O império da revolução: matrizes interpretativas dos conflitos da sociedade monárquica”. In: Marcos Cezar de Freitas (org.), *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p.73.) também se reportaram à contribuição de Justiniano. Cf. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Ação, reação e transação: a pena de aluguel e a historiografia*. *ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História*, Londrina, 2005, p. 1. Disponível em: anais.anpuh.org/?p=17628. Acesso em 08/10/2014.

¹²⁰ GUIMARÃES, op. cit., p. 1 e 2.

¹²¹ ROCHA, Justiniano José da. *Ação, Reação e Transação: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil*. *RIHGB*. Tomo 219. 1953, p. 206.

¹²² *Ibidem*, p. 207.

¹²³ Cf. JANNOTI, Maria. A falsa dialética: Justiniano José da Rocha. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 1982, p. 8. Lúcia Guimarães corrobora que o opúsculo foi inspirado em Hegel, apesar de não citar seu nome, “percebe-se que as etapas definidas se apoiavam no sistema filosófico construído por Hegel para explicar aos jovens prussianos a evolução das realidades sociais e políticas.” Cf. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Ação, reação e transação: a pena de aluguel e a historiografia*. *ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História*, Londrina, 2005, p. 8. Disponível em: anais.anpuh.org/?p=17628. Acesso em 08/10/2014.

luta. Para a autora, não é reconhecível no texto uma exposição de uma tese/antítese/síntese, mas sim de uma evolução natural dos fatos, na qual os extremismos tendem ao equilíbrio. Vale salientar que, para Jannoti, o equilíbrio é uma noção constitutiva da teoria da história do autor.¹²⁴ No *Compendio de História Universal*, a defesa do princípio de equilíbrio é bem perceptível, quando Justiniano critica diversas vezes os excessos dos povos na história antiga, sobretudo, na república romana, o que será mais bem explicado no capítulo três da dissertação.

Segundo Lúcia Guimarães, o problema abordado pelo panfleto é o da política da Conciliação, colocada em prática pelo décimo-segundo gabinete imperial, sob a chefia de Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro marquês de Paraná.¹²⁵ Quanto ao motivo da publicação, Barman salienta que: “A alegação feita geralmente pelos historiadores do passado, de que o folheto foi escrito visivelmente para apoiar Paraná tem de ser abandonada. O opúsculo foi visivelmente escrito em resposta ao ataque de Paraná a Rocha.”¹²⁶

Tendo em vista a trajetória política e letrada de Justiniano, podemos perceber que ele exerceu diversas atividades, teve educação na capital parisiense, foi uma figura de proa da imprensa brasileira e tinha ligações profundas com a classe dirigente imperial. Todavia, como aponta Barman, não conseguiu livrar-se da imagem de plebeu e mercenário.¹²⁷ Em relação a sua condição financeira, segue o trecho abaixo, retirado do já citado discurso na Câmara, em 1855:

(...) casei-me sem o dote o mais insignificante, casei-me só por inclinação, e Deus me abençoou o meu consórcio dando-me um filho por ano, e vivia sem aspirações, sem desejos. (...) eu vos juro que vivia com a maior economia, privado de todos os regalos, ninguém, me via em parte alguma, nem teatros, nem visitas, nem festas: minha mulher não vestiu sêdas senão em 1848: eu já tinha sido deputado, e morava em casa térrea, de rótula.¹²⁸

Assim, Justiniano não apresentava o estilo de vida ostentado pela elite política letrada. Somando-se a isso, foi acometido por uma doença que lhe agravou a saúde e as finanças, o que o fez suplicar ao Imperador, por meio de uma carta em 27 de junho de 1862, pela aprovação imediata do *Compendio de História Universal* para socorrer às suas necessidades e de sua numerosa família.¹²⁹ O tomo I (História Antiga) e tomo II (Idade Média) já haviam

¹²⁴ Cf. JANNOTI, op. cit., p. 8.

¹²⁵ Cf. GUIMARÃES, op. cit., p. 3.

¹²⁶ BARMAN, Roderick J. Justiniano José da Rocha e a época da conciliação. Como se escreveu “Ação; Reação; Transação”. *RIHGB*, vol. 301, 1973, p. 22.

¹²⁷ Cf. BARMAN, op. cit., p. 6.

¹²⁸ ROCHA apud CARDIM, Elmano. *Justiniano José da Rocha*. São Paulo: Brasiliense, 1964, p. 105-108.

¹²⁹ “Senhor, Acometido todo o ano passado por terrível enfermidade, não lhe cedi, lutei com ela, e até novembro neutralizei-a. Em novembro, porém, ela foi mais forte, prostrou-me, e por diversas vezes tem-me levado à beira do abismo. Chefe de numerosa família, pobre e enfermo, a quem recorrer, vendo então escassearem (palavra ilegível) tanto os meios pecuniários de subsistência em geral, os algarismos da despesa exageravam-se com as exigências de médicos, boticas, etc. Ao trabalho que sempre me valeu, de novo recorri, lancei por escrito e fiz imprimir um compendio para a minha aula. Conteí que o que daí proviesse me daria meios de ocorrer às necessidades, antecipando-me em descontá-lo. Em parte, tudo me saiu conforme os meus cálculos, no fim, porém, me constou que V.M.I quisera ver o meu trabalho, e assim tem-se demorado a solução para mim tão necessária. Nestas circunstancias, a confiança que tenho na magnanimidade de V.M.I. me anima a dirigir-me pessoalmente à sua bondade em nome dos meus sofrimentos, em nome das privações da minha família o faço, animado pelo conhecimento que daquele a quem a Providência confiou a sorte dos Brasileiros. A adoção imediata do meu compendio é o mais generoso premio dos que a tais trabalhos se concedem, será uma esmola que mais uma vez fará subir o nome de V.M.I. dos lábios da desgraça aos pés da Divindade. Aguardando a decisão de V.M.I., beijo ainda uma vez a sua destra dadivosa. O mais humilde de seus súditos.” ROCHA apud

sido publicados, em 1860, pela Typologia do Regenerador. Justiniano tinha a intenção de escrever um terceiro e quarto volumes, segundo Vianna, dedicados, respectivamente, à História Moderna, até o Tratado da Quádrupla Aliança; e à História da América, especialmente do Brasil.¹³⁰

D. Pedro II, o qual, para Cardim, “não devia ter nenhuma estima por Justiniano”¹³¹, leu o trabalho e escreveu em seu diário, em 9 de julho de 1862: “(...) notei a pressa com que este escrevia, apontando graves faltas que devem ser emendadas pelo próprio autor para que, depois de terminado o compêndio, e examinado o resto, possa o prêmio ser concedido.”¹³² Contudo, Justiniano nunca pode realizar os ajustes requeridos pelo Imperador, pois na madrugada do dia seguinte veio a falecer, “atestada a *causa mortis* como hepatite crônica, pelo seu médico Dr. José Tomás de Lima.”¹³³ Esse autor canônico da imprensa brasileira oitocentista, defensor do Partido Conservador, que como vimos exercera diversas atividades, que ao longo da vida foi acusado de mercenário e pena de aluguel, morreu pobre, esquecido, afligido pela doença.¹³⁴

VIANNA, Hélio. *Justiniano José da Rocha. RIHGB*, vol. 243, 1959, p. 29. Segundo Vianna, a carta encontra-se no Arquivo do Museu Imperial, localizado em Petrópolis.

¹³⁰ Cf. VIANNA, Hélio. *Justiniano José da Rocha. RIHGB*, vol. 243, 1959, p. 29.

¹³¹ CARDIM, Elmano. *Justiniano José da Rocha*. São Paulo: Brasiliense, 1964, p. 89.

¹³² D. Pedro II *apud* CARDIM, op. cit., p. 89. Há uma cópia do compêndio de História Antiga, na coleção de Thereza Christina, arquivado no IHGB. Nela podemos perceber algumas palavras sublinhadas, umas poucas observações e diversos parágrafos com um “X” ao lado, o que nos levaria a conjecturar que tais marcações teriam sido feitas pelo Imperador. Contudo, até o momento, não há confirmação sobre qual leitor incluiu tais marcações.

¹³³ CARDIM, op. cit., p. 88.

¹³⁴ Suas obras originais e traduzidas: *Considerações sobre a administração da justiça criminal no Brasil, e especialmente sobre o jury; onde se mostram os defeitos radicaes d'essa tão gabada, instituição: seguido de um appendice, contendo a analyse do processo de La Rondere, acusado d'estupro e tentativa de assassinato, julgado no tribunal dos Assises de Paris em 1835*. Rio de Janeiro, Typ. Imperial e Constit. De Seignot-Plancher & C.a 1835; *Compêndio de Geographia elementar, offerecido ao Governo de S.M.I. e por elle aceito para uso dos alumnos do imperial collegio de Pedro II*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional 1838; *Os assassinos mysteriosos, ou a paixão dos diamantes: novella histórica*. DJÍ, Typ. Imper. e Const. de J. Villeneuve & C.a 1839; *A rosa amarella: novela de Charles Bernard*; traduzida na mesma Typ. 1839; *As armas e as letras: novella de Alexandre de Lavergne*. Ibi, na mesma Typ. 1840; *A pelle do leão: novella de Charles Bernard*.—Ibi, 1842; *O Conde de Monte-Christo, por Alexandre Dumas*. Ibi, 1845; *Piquillo Alliaga, ou os mouros no reinado de Filippe III, por Eugene Scribe; traduzido etc*. Rio de Janeiro, Typ. de Bindot, 1847; *Biographia de Manuel Jacinto Nogueira da Gama, marquez de Baependy, conselheiro d'estado, senador, etc*. Rio de Janeiro, Typ. Univ. de Laemmert 1851; *Collecção de fábulas, imitadas d'Esopo e de Lafontaine: dedicadas a S. M. o imperador D. Pedro II*. Rio de Janeiro, Typ. episcopal de Agostinho de Freitas Guimarães 1852; *Acção: reacção: Transacção. Duas palavras acerca da actualidade politica do Brasil*. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J.Villeneuve & C.a 1855. *Compêndio de Historia universal. Tomo I Historia antiga*. Typ. do Regenerador, de Justiniano José da Rocha 1860; *A sorte grande: novella escripta em allemão pela sr." Fanny Lewald, traduzida em francez, e do francez para portuguez*.—Sahiu nos folhetins da *Marmota* (1860), começando em o n.º 1122 e concluída no n.º 1196; *Mox narchia-Democracia*. Rio de Janeiro, Typ. de F. de P. Brito 1860. Segundo as informações obtidas, o sr.dr. J. J. da Rocha conserva ainda inéditos, e já completos os seguintes escriptos: *O Paria da sociedade brasileira: novella em quatro tomos; Dissertação contra o regimen penitenciário applicado ao Brasil, e aos povos meridionaes; Ensaio critico sobre o modo por que se deve escrever a historia do Brasil*.—Destinado para ser oferecido ao Instituto Histórico do Brasil, de que o autor foi um dos primeiros sócios: porém não realizou a oferta, por separar-se entretanto da associação. E além d'estes o seguinte, começado, porém ainda não concluído: *Historia parlamentar e política do império do Brasil*. SILVA, Innocencio Francisco. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional. Tomo V. MDCCCLX ou 1862. Disponível em www.brasiliana.usp.br. Acessado em 26/09/2013, p. 164 e 165.

Durante o Oitocentos, a escrita da história era concebida pelos historiadores como um instrumento de inteligibilidade do presente. Por conta deste aspecto, como hipótese de análise do *Compêndio de História Universal*, talvez possamos considerar que o olhar de Justiniano para a Antiguidade, estava imerso nas questões que também obstinavam os letrados que, como ele, aderiram ao projeto saquarema, marcado pela defesa da ordem e neutralização da anarquia associada ao período regencial e pela legitimação do governo monárquico, através da manutenção do Império unificado e da difusão dos valores da civilização.

Nos domínios brasileiros da dinastia de Bragança, os ideais civilizatórios a serem difundidos pela nação recentemente emancipada não poderiam ser diferentes daqueles introduzidos pelo empreendimento colonial português. Por conta disso, compreende-se a presença de toda uma tradição clássica que orientava a formação e os discursos da elite letrada nacional, no esforço de construir uma linha de continuidade entre o “novo” e o “velho” mundo. Dentro desse *processo civilizador* e em um contexto em que a escrita da história se debruçava sobre as origens das nações, as nossas não estavam na África, e nem mesmo na América, mas na Grécia. Enfim, ambicionando compreender como se escrevia a história da Antiguidade no Brasil oitocentista, no próximo capítulo, analisarei os compêndios de História Antiga, arquivados no IHGB, nos quais os filhos da *boa sociedade* aprendiam as lições do mundo antigo, sobretudo, da Antiguidade europeia.

CAPÍTULO 2: ANTIGUIDADE E HISTÓRIA NOS COMPÊNDIOS

O presente capítulo é destinado a uma exploração dos compêndios de história antiga, produzidos no Brasil do século XIX, entre as décadas de 1860 e 1890. Além do *Compendio de Historia Universal*, de Justiniano José da Rocha, são eles: *Compendio de Historia Antiga*, de Manuel Duarte Moreira de Azevedo; *Noções de Historia Universal*, de Alfredo Moreira Pinto; *Lições de Historia Universal*, de Luís de Queirós Mattoso Maia e o *Compendio de Historia Universal*, de Raphael Galanti.¹³⁵

A todos esses compêndios elaborados por autores brasileiros é possível acrescentar a tradução para o português do *Compendio de Historia Universal*, de Victor Duruy, pelo padre Francisco Bernardino de Souza, esta obra também foi incluída no presente estudo, o qual tem como questão como se escrevia a história da Antiguidade no Brasil oitocentista.

Neste capítulo, pretendo comparar as escolhas teórico-metodológicas, as periodizações e a seleção de conteúdos desses manuais. Serão ponderados os prefácios, introduções, noções preliminares, quando estas partes existirem, o que não acontece com todos os compêndios, como no caso da obra de Victor Duruy, que não possui nenhum preâmbulo.

Minha pesquisa entende esses itens dos compêndios não como auxiliares, mas como fontes para a análise histórica. De acordo com Circe Bittencourt, os prefácios, os prólogos, as advertências e as introduções dos livros didáticos são fontes significativas, e nelas podemos entrever mensagens dos autores e algumas comunicações com seu principal agente consumidor.¹³⁶ O livro didático é um veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura.¹³⁷ A autora afirma que, no século XIX, as concepções francesas sobre o livro didático foram assimiladas pelos educadores brasileiros e, neste horizonte, existiam os *abrégés* (transpostos como compêndios) e o *livre élémentaire*. Os compêndios que são as fontes desta pesquisa deveriam exibir um quadro exato e sintetizado de uma ciência ou de uma arte, de acordo com o momento da escrita do autor, servindo, sobretudo, à memória.¹³⁸

De modo geral, os prefácios podem ser definidos como “um discurso produzido a propósito de um texto”, compondo a matéria paratextual da obra, dentro das exposições sob a incumbência do autor, do editor ou de terceiros. Nele, são apresentados os conteúdos, os

¹³⁵ ROCHA, Justiniano José da. *Compendio de Historia Universal*. Tomo I: Historia Antiga. Typologia do Regenerador, Rio de Janeiro, 1860; AZEVEDO, Moreira de. *Compêndio de História Antiga*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1864. DURUY, Victor. *Compêndio da Historia Universal*. Traduzido pelo Padre Francisco Bernardino de Souza. Rio de Janeiro. Ed. B. L. Garnier, 1865. PINTO, Alfredo Moreira. *Noções de Historia Universal*. Rio de Janeiro: Livraria Nicolau Alves, 1886. MAIA, Luís de Queirós Mattoso. *Lições de História Universal*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887. GALANTI, Raphael Maria. *Compêndio de História Universal*. 2ª. ed. São Paulo: Typographia da Companhia Industrial, 1894. Nas citações dos textos destas obras, será mantida a grafia e a pontuação originais.

¹³⁶ Cf. BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e saber escolar* (1810-1910). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 168. Agradeço ao Grupo Autêntica por me enviar em PDF esta obra de grande contribuição para minha pesquisa.

¹³⁷ Cf. BITTENCOURT, op. cit., p. 14.

¹³⁸ Dominique Julia aponta que a concepção de *compêndio escolar* e *livro elementar* foi expressa na sessão de 16 de fevereiro de 1799 pelo ministro de Instrução Pública da França. JULIA, Dominique. L'enfance et citoyenneté. Bilan historiographique et perspectives de recherches sur l'éducation et l'enseignement pendant la période révolutionnaire. *Histoire de l'éducation*. Paris: INRP, n. 49, p. 3-48, jan. 1991 *apud* BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e saber escolar* (1810-1910). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 29 e 30.

objetivos, o contexto de produção da obra, a metodologia adotada e algumas estratégias de leitura, além de comentários que não integrariam de modo coeso o texto principal.¹³⁹

De acordo com Horst Günther, desde a Antiguidade, os preâmbulos das obras de História propagam determinadas fórmulas para demarcar a essência e a tarefa da sua escrita de uma maneira geral e breve.¹⁴⁰ Segundo François Hartog, a partir dos prefácios pode se apreender um projeto historiográfico singular, configurações do saber, conjunturas intelectuais e políticas. Além de ser “o lugar onde se acertam as contas, as dívidas são reconhecidas ou negadas. Nele se confessam, afloram ou se ignoram as relações com a instituição”. É o espaço para desvendar e auxiliar o entendimento do que se seguirá, realizando uma síntese do que se passou e revelando as causas.¹⁴¹

2.1. Como escrever a História?

Nesta parte da dissertação, investigo os pressupostos sobre a História, presentes nos prefácios e introduções das obras didáticas oitocentistas selecionadas. Primeiramente, evidencio o prefácio do *Compendio de Historia Universal*, de Justiniano José da Rocha, publicado juntamente com a primeira edição de 1860 da obra, em que o autor esclarece a razão para escrevê-la. Destaco em sua narrativa duas explicações. De início, a valorização da história nacional, em contrapartida com excessivo realce dado à história francesa nos livros originários desse país, e que eram até então utilizados no ICPII. Em segundo lugar, a necessidade do estudo da história em livros redigidos na língua portuguesa.

Segundo Justiniano, era necessário ler, resumir e decorar as raras obras da história nacional e os acontecimentos contemporâneos que não fossem abarcados pelos livros franceses. Em sua visão, esta tarefa era impossível até mesmo para o aluno mais aplicado. Frente a isso, ele estabelece duas atribuições, primeiramente, resumir muito os compêndios; e, em seguida, dá-los em língua comum.¹⁴²

Quanto à concepção de ensino, Justiniano ocupando o cargo de inspetor dos institutos da Corte, em 5 de abril de 1851, nos diz em seu relatório:

Também me afligiu ver geralmente adotado o erro dos que pensam que se deve confiar mais à reflexão e ao raciocínio do menino do que à sua memória o que se lhe quer ensinar. A memória é faculdade que, nos nossos colégios pouco ou nenhum exercício tendo, oblitera-se, em vez de desenvolver-se, em dano presente e futuro dos alunos. Poucas lições são decoradas, a não serem as da indigesta e ridícula gramática do Padre Antônio Pereira, quando aliás tão belos trechos dos nossos poetas e prosadores, dos

¹³⁹ Cf. E- Dicionário de Termos Literários de Carlos Ceia. Disponível em: <http://edtl.fcsh.unl.pt>. Acesso em: 07/03/2016.

¹⁴⁰ Cf. GÜNTHER, Horst. Pensamento histórico no início da Idade Moderna. In: KOSELLECK, Reinhart. *O conceito de História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 109 e 110.

¹⁴¹ Cf. HARTOG, François. *A História de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, pp. 10 a 13.

¹⁴² Cf. ROCHA, Justiniano José da. Prefácio. *Compendio de Historia Universal*. Tomo I: Historia Antiga. Typologia do Regenerador, Rio de Janeiro, 1860, p. II e III.

latinos e franceses poderiam enriquecer a memória do aluno, firmando ao mesmo tempo as regras da gramática, de prosódia e da eloquência.¹⁴³

Assim, Justiniano empreende uma crítica ao abandono do método da memorização em favor da “reflexão e do raciocínio” no ensino. Em conformidade com Bittencourt, “a memorização era a tônica do processo de aprendizado”, no contexto do século XIX, e a mais importante das habilidades requisitadas aos alunos, “aprender era memorizar”. Nessa perspectiva, a memorização se sobrepunha como método de ensino e era estimulada pelos autores das obras didáticas.¹⁴⁴

Voltando a analisar o prefácio de Justiniano, para ele, os compêndios franceses tinham gravíssimos defeitos. Motivados pelo patriotismo, objetivavam exaltar e engrandecer a França, apresentando os fatos históricos como determinados por sua influência. “Todos os povos gravitam em redor da França”, os fatos que desmentiriam tal visão são omitidos ou acanhados. No compêndio, Justiniano exaltava a história do Brasil e intentava sintetizar os acontecimentos dessa história, questionando a ênfase dada no ensino da história francesa, como demonstra a seguinte citação: “(...) mas que justiça pôde haver em obrigar a mocidade brasileira a afadigar-se com tantos Merovingios e Carlovingios, com tantos crimes e enredos dos Brunegildas e Fredegundas (...)”.¹⁴⁵

Ao invés dos demasiados detalhes dos livros franceses, o professor defende: “somos obrigados a destacar a historia nacional”, “nesses livros mal se faz menção das nossas cousas”, e acrescenta: “(...) como se o desenvolvimento do systema colonial não fosse uma das bellas faces da civilização moderna, como se as occurencias das colonias, sua progressiva opulencia não tivessem exercido grande influencia [sic] nos acontecimentos geraes da humanidade!”.¹⁴⁶ Ou seja, a história brasileira, em sua análise, se iniciava nos tempos coloniais e era uma expressão da civilização, além de integrar o conjunto dos episódios memoráveis da história universal.

Ainda em seu prefácio, ele propõe a adequação dos livros franceses para o idioma dos alunos do Colégio por duas razões. Inicialmente, para reduzir o imenso tempo em interpretar o texto e evitar “erros nem contrasensos, antes de estudar a lição da historia.” Além disso, empreende uma defesa da língua herdada dos portugueses diante do grande prestígio do idioma francês no Brasil Imperial, “quem sabe se algum dia (...) não será transformada a

¹⁴³ Cf. ROCHA, Justiniano José da. Relatório do ministério do Império de 1849-53 *apud* CARDIM, Elmano. *Justiniano José da Rocha*. São Paulo: Brasiliense, 1964, p. 126.

¹⁴⁴ Cf. BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e saber escolar* (1810-1910). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 203.

¹⁴⁵ ROCHA, Justiniano José da. Prefácio. *Compendio de Historia Universal*. Tomo I: Historia Antiga. Typologia do Regenerador, Rio de Janeiro, 1860, p. IV. A esse respeito vale destacar a argumentação fornecida pelo editor Garnier: [...] o que levou este distinto publicista a escrever um curso d’história universal, cujas duas primeiras partes ora anunciamos, foi por certo muito louvável e digno de incitação. Quiz o dr. Rocha subtrair seus jovens compatriotas à exclusiva influência dos livros franceses, que, além de corromperem a linguagem vernácula pela falta que tem a mocidade e do necessário antídoto, apresentam desfigurados os fatos históricos quando a glória ou o interesse do seu país a isso convida. Acresce que nos compêndios franceses ocupa a história da França um lugar tão saliente, tão grande desenvolvimento se lhe dá, que quase desaparece a dos outros povos. GARNIER, Catálogo n. 23, 1866 *apud* BITTENCOURT, op. cit., p. 124.

¹⁴⁶ ROCHA, Justiniano José da. Prefácio. *Compendio de Historia Universal*. Tomo I: Historia Antiga. Typologia do Regenerador, Rio de Janeiro, 1860, p. V.

lingua varonil de nossos avós em algum ridículo dialecto francez, ou em alguma algaravia vergonhosa e sem nome.”¹⁴⁷

Antes de iniciar a exposição dos conteúdos do compêndio, o autor dedica cinco páginas a algumas *Considerações Preliminares*, as quais são de grande importância para compreender a organização do livro, o entendimento de Justiniano sobre alguns fatos, sua concepção de história e o seu método.

Chama atenção o posicionamento religioso, especialmente católico, nas *Considerações Preliminares* e ao longo de todo o livro. Essa grande presença de conteúdos bíblicos estava de acordo com a primazia nos currículos das primeiras décadas do ICPII da História Sagrada. Estas temáticas estavam presentes em vários textos escolares, como nos livros de leitura destinados às primeiras letras ou nos compêndios de História Universal para o ensino secundário.¹⁴⁸

De acordo com Circe Bittencourt, a História Sagrada era lecionada em diversas escolas e possuía objetivos bem delimitados. A autora, a partir do historiador francês Pierre Zind, define a História Sagrada como “o conjunto de acontecimentos de ordem histórica contidos na Bíblia e que agrupa narrações do Antigo e Novo Testamento de uma maneira coerente e parenético (isto é, para fins de exortação moral)”. Nesse horizonte, a cultura histórica alcançável para maior parte da população era assinalada pelos ensinamentos da História Sagrada, a qual fornecia lendas, dramas, epopeias com heróis que eram difundidas oralmente pela Igreja Católica. Utilizando-se dos livros didáticos confeccionados para o ensino institucional, passou-se a detalhar e sistematizar essa memória histórica pelos programas curriculares. Buscava-se uma comunicação mais apropriada a crianças e jovens, além de um método agradável para aprender a moral cristã. Desse modo, a divulgação dessa História era feita, inicial ou paralelamente, através das pregações dos padres, do visual imagético das igrejas e pelos gestos das cerimônias religiosas. Nessa linha, o livro escolar integrava uma estratégia da Igreja com o objetivo de preservar e disseminar seus ensinamentos e sua moral.¹⁴⁹

A historiadora emprega o *Resumo da história bíblica ou narrativas do Velho e Novo Testamento*, escrito por Dom Antônio de Macedo Costa (1830-1891), bispo do Pará, que tinha sua obra com vasta circulação nas escolas, principalmente nas confessionais católicas, para explicar a organização da História Sagrada. Seus acontecimentos seguiam uma “espécie de trilogia”. Primeiramente, uma extensa preparação iniciada com os patriarcas, passando pelo Êxodo até a instalação na Terra Prometida, destacando também os reis Davi e Salomão, a derrocada de Jerusalém e os profetas anunciadores do Messias. Em segundo lugar, a vida de Jesus Cristo momento em que a História Sagrada revela “seu sentido”. Por último, a História da Igreja, a qual durará até o fim dos séculos. Era uma “história tranquila” com épocas da História Santa articuladas a importantes eventos, em um quadro cronológico exato: “História

¹⁴⁷ ROCHA, Justiniano José da. Prefácio. *Compendio de Historia Universal*. Tomo I: Historia Antiga. Typologia do Regenerador, Rio de Janeiro, 1860, p. V. No que tange à pátria, ela é conceituada por Justiniano em um dos artigos do jornal *Regenerador*, da seguinte maneira: “A pátria é o território nacional, animado por uma população da mesma índole, da mesma língua, das mesmas tradições, das mesmas venerações, das mesmas instituições, a pátria é o chão nacional, ligado, associado a todas as ideias da nacionalidade.” Cf. CARDIM, Elmano. *Justiniano José da Rocha*. São Paulo: Brasiliense, 1964, p. 26.

¹⁴⁸ Cf. BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e saber escolar* (1810-1910). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 112.

¹⁴⁹ Cf. BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e saber escolar* (1810-1910). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 112.

primitiva desde Adão até Abraão – do ano 4000 até cerca de 2000 antes de Cristo”.¹⁵⁰ Segundo Bittencourt, os fatos eram escolhidos de modo a enaltecer os acontecimentos religiosos, para posteriormente, apontar os eventos políticos e militares. Os heróis eram positivados de acordo com suas virtudes morais, por sua piedade, caridade, e, especialmente, pela fé “no verdadeiro Deus”.¹⁵¹

Em sintonia com a História Sagrada e com a noção de providência divina havia uma História Universal, a qual deveria ser estudada para que o homem pudesse modificar as condições herdadas do passado. Assim, para Justiniano, o homem:

(...) herda elle todo o passado, procura assenhoreiar-se pela conjectura de todo o porvir, aprende na sorte dos que o precederam, procura modificar a condição dos que lhe succederem. Nos poucos dias que tem de passar neste valle de expiação, o homem como que vive triplice vida, a dos tempos que são, a dos que foram, a dos que hão de ser, e nessa tríplice vida absorpta a sua individualidade, desaparece elle homem; substitue-se-lhe a humanidade.¹⁵²

O homem herda o passado e com ele se prepara para o porvir. Passado, presente e futuro estão interligados, em uma tríplice vida, para que o homem, mais do que um indivíduo, se torne parte da humanidade. E acrescenta: “Nesse pó das gerações que foram, queremos saber dos seus erros, dos seus soffrimentos, de suas virtudes, de suas glórias; é patrimonio nosso a que não renunciemos; se lhe renunciássemos, não seríamos homens.”¹⁵³ Desta forma, ao estudar os acontecimentos históricos da humanidade, seus erros e acertos, estar-se-ia melhor preparado para a ação no presente, visando o futuro.

É importante ressaltar a definição teórica da história para Justiniano: “Chama-se historia o conhecimento do passado da humanidade; o sentido etymologico dessa palavra diz testemunha.”¹⁵⁴ Ele discorre ainda que a história possui três tipos de fontes: a tradição, os monumentos e a crônica. A tradição é difundida pelos membros da família, tribo ou nação e se perpetua nas sucessivas gerações. Já os monumentos são os testemunhos materiais. Por último, a crônica se trata da exposição: “(...) secca e arida das occurrencias que se vão dando, confiada a uma escripta rudimentar, de que depois o narrador philosopho, o escriptor reflectido, se apodera para recompôr as épocas em que esses factos se deram, para escrever-lhes a *historia*.”¹⁵⁵

O “narrador filósofo” remete diretamente à concepção de “história filosófica”, defendida por Justiniano em contraposição à crônica histórica, gênero de escrita que, segundo o autor, não estabelece conexões entre os acontecimentos e as épocas. A expressão “história

¹⁵⁰ COSTA, D. Antônio de Macedo. *Resumo da história bíblica ou narrativas do Velho e Novo Testamento*. Nova-York: Carlos & Nicolao Benziger irmãos, 1872, p. 1 *apud* BITTENCOURT, op. cit., p. 115.

¹⁵¹ BITTENCOURT, op. cit., p. 115. Nessa perspectiva, Christian Meier ao analisar as concepções de História na Antiguidade alude sobre a História providencial. Esta se iniciava com a criação do mundo, contemplava a História judaica, o nascimento de Cristo até chegar a História do Império Romano. Assim, alguns apologetas compreendiam a História terrena como unitária e carregada de sentido, em razão de ser guiada por Deus. Além disso, o surgimento de Jesus durante a consolidação do Império Romano, sob Augusto, era vista como fruto da providência divina. Cf. MEIER, Christian. *Antiguidade*. In: KOSELLECK, Reinhart. *O conceito de História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 60.

¹⁵² ROCHA, Justiniano José da. Considerações Preliminares. *Compendio de Historia Universal*. Tomo I: Historia Antiga. Typologia do Regenerador, Rio de Janeiro, 1860, p. I.

¹⁵³ ROCHA, op. cit., p. I.

¹⁵⁴ ROCHA, op. cit., p. I.

¹⁵⁵ ROCHA, op. cit., p. I e II.

filosófica” foi formulada por Voltaire, em 1765, e ocasionou uma alteração fundamental nas relações entre história e antiquariato. Essa concepção solicitava um distanciamento da historiografia orientada pela narrativa dos feitos e ações dos príncipes e, por outro lado, propunha uma história das nações e civilizações.¹⁵⁶ Para o historiador Temístocles Cezar, a noção de história filosófica, possivelmente penetrou no Brasil por meio das obras de François-René de Chateaubriand e Victor Cousin, as quais foram constantemente citadas nos discursos dos letrados do IHGB, em suas décadas iniciais.¹⁵⁷

A noção de “história filosófica” apresentada no compêndio de Justiniano estava em consonância com a concepção de historiador para os fundadores do IHGB. De acordo com Januário da Cunha Barbosa, os escritores: “(...) mais escreverão historias particulares das províncias do que huma historia geral, encadeados os seus acontecimentos com esclarecido criterio, com deducção philosophica, e com luz pura da verdade.”¹⁵⁸ Segundo Raymundo José da Cunha Mattos: “A historia só pode ser composta por philosophos, mas para isso devem estes gozar uma inteira e sensata liberdade.”¹⁵⁹ Von Martius também assinala:

Um historiador philosopho, familiarisado com todas as direcções desses mytos populares, de certo não os desprezará; mas há de dar-lhes a importancia particular que merecem, - delle concluirá para varias conjecturas na vida do povo, e ha de pol-os em relação com a essencia do grão de civilisação intelectual em geral.¹⁶⁰

Justiniano continua em suas *Considerações*, expondo o longo tempo e as dificuldades experimentadas pela humanidade até chegar à civilização de Atenas, de Péricles; da Alexandria, dos Ptolomeus; da Roma, de Augusto.¹⁶¹ Assim, pode-se perceber que o autor apresenta uma perspectiva linear dos *fatos e os progressos da civilização*, conforme a concepção de história do fim do século XIX.

Outra característica marcante em suas *Considerações Preliminares* é o modo como Justiniano se afirma como autor na descrição dos acontecimentos, tece comentários, dá epítetos aos personagens históricos. Como exemplo disso, Justiniano apresenta o rei persa, Xerxes, como um “*louco varrido*, fazendo açoiar, acorrentar o Hellesponto, como escravo insurgido”.¹⁶² Ao longo do compêndio, Rocha utiliza este recurso reiteradas vezes, sobretudo, nas notas explicativas. As opiniões exteriorizadas por Justiniano serão investigadas no capítulo 3.

¹⁵⁶ KRIEGEL, B. *L'histoire à Age classique. 2/ La défaite de l'érudition*. Paris: Quadrige/PUF, 1996, pp. 288-289 *apud* OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história*. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Programa de Pós Graduação em História Social, UFRJ, 2009. Tese de Doutorado, p. 43.

¹⁵⁷ Cf. CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história. *Historiografia e nação no Brasil do século XIX. Diálogos*, Maringá/PR, v. 8, 2004, Disponível em: [http://www.dialogos.uem.br/index.php?journal=ojs&page=issue&op=view&path\[\]=17&path\[\]=showToc](http://www.dialogos.uem.br/index.php?journal=ojs&page=issue&op=view&path[]=17&path[]=showToc). Acessado em 02/07/2012, p. 16.

¹⁵⁸ BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Livro de fontes da historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, p. 24.

¹⁵⁹ Raymundo José da Cunha Mattos. “Dissertação acerca do systema de escrever a historia antiga e moderna do Imperio do Brasil. In: GUIMARÃES, op. cit., p. 124.

¹⁶⁰ Karl Friederich von Martius. “Como se deve escrever a historia do Brasil”. In: GUIMARÃES, op. cit., p. 80.

¹⁶¹ Cf. ROCHA, Justiniano José da. *Considerações Preliminares. Compendio de Historia Universal*. Tomo I: Historia Antiga. Typologia do Regenerador, Rio de Janeiro, 1860, p. II.

¹⁶² ROCHA, op. cit., p. III.

Dentro da concepção monoteísta de Justiniano, as escrituras bíblicas são tidas como a única fonte da verdade. Por isso, Justiniano considera algumas crenças de povos da antiguidade, como pertencendo a um tempo fabuloso, cheio de erros e exagerações. Ele afirma:

Creatura predilecta do Omnipotente, delle tendo recebido a revelação da verdade eterna, o homem olvidou em pouco tempo o que havia sabido; dispersando-se para ocupar as extensões do globo, sua temporaria morada, desaprendeu essa verdade, perdeu a memoria dos tempos primitivos, não porém tão completamente que lhe não restassem no espirito alguns clarões incertos; dahi e da fraqueza de seu espirito, uma tendencia para o maravilhoso, para a deificação de tudo quanto despertava a sua imaginação. Assim Ceres, Triptolemo, foram-lhe deuses bemfazejos que lhe ensinaram a aproveitar, a semear o trigo, etc.¹⁶³

Essa *tendência para o maravilhoso* ainda receberia a interferência do orgulho de família, tribo ou povo. É assim que explica alguns mitos fundadores de dinastias, como a criação de reis e rainhas, em que Ciro é amamentado por uma cadela, Rômulo por uma loba, Semíramis por fagueiras pombas. Assinala também que Prometeu “(...) rouba aos Céus o fogo sagrado para animar a argila amolgada por suas mãos; Numa recebe os conselhos de Egeria para amoldar pelas leis os costumes dos salteadores do Lacio.” Dito isto, mesmo o autor considerando essas histórias como “fábulas, exagerações, poéticos inventos em que é necessário joeirar a verdade, ou seja, selecionar criteriosamente” ele as destaca.¹⁶⁴ Por quê?

Justiniano aborda que, no meio de *todas estas facilidades do erro*, as quais modificam o *testemunho histórico*, a crítica vai *discriminando “os factos”*, e revelando o passado da humanidade, segundo o autor, com cerca de sessenta séculos. E continua: “Para nós, que felizmente somos catholicos, não haveria tanta difficuldade. Temos nos nossos livros sagrados, naquelles que a fé nos diz escriptos sob a inspiração da verdade eterna, guias infalliveis, se os soubéssemos seguir.”¹⁶⁵

Apesar disso, “a historia no ponto de vista christão, como cumpriria ser estudada, ainda está por escrever” já a história *clássica*, que era adotada em todos os livros de educação das nações cultas, não apresentaria os mesmos princípios, não prescindiria da revelação divina, pois seria “pagã”, isto é, não católica. Assim, o autor diz que, com o esforço da crítica, irá coligir o que de mais plausível dizem os escritores profanos, pois alega: “Não podemos nós innovar; cumpre-nos seguir o mesmo trilho.”¹⁶⁶

¹⁶³ ROCHA, Justiniano José da. Considerações Preliminares. *Compendio de Historia Universal*. Tomo I: Historia Antiga. Typologia do Regenerador, Rio de Janeiro, 1860, p. III.

¹⁶⁴ Cf. ROCHA, op. cit., p. III.

¹⁶⁵ ROCHA, op. cit., p. IV.

¹⁶⁶ ROCHA, op. cit., p. IV. Dessa maneira, podemos perceber um amálgama dos preceitos da História sagrada com uma concepção da História Geral. Segundo Koselleck, esta fusão é um dos processos que compõem a configuração do moderno conceito de História, para ele, a inserção da História sagrada [*heilige Geschichte*] na História do mundo [*Weltgeschichte*] estava sendo organizada pela historiografia eclesiástica protestante. Ademais, Johann Christian von Hofmann, em 1841, emprega a expressão “História da Salvação” [*Heilsgeschichte*], não como uma tradução da “*historia sacra*”, mas como um conceito que almejava atender às necessidades de uma História fundamentada em “princípios histórico-filosóficos” que se propagavam gradativamente. Cf. KOSELLECK, Reinhart. A configuração do moderno conceito de História. In: KOSELLECK, Reinhart. *O conceito de História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, pp. 165-176.

Ou seja, o Brasil Imperial que intentava aderir ao conjunto de nações cultas, ou seja, os países europeus, deveria também estudar essa história considerada “clássica”, e que faria parte do passado de toda a humanidade, ainda que essa história se mostrasse repleta de “erros”, ao contrário dos livros bíblicos, redigidos sob a inspiração da verdade e da revelação divina.

Ademais, Justiniano indica que dentro da história antiga, autores como Heródoto, Tucídides, Tito Lívio, Tácito, ainda que contenham erros, “offerecem a compensação do seu estylo, das suas longas vistas, e do conhecimento do coração humano.” Isso não acontece com autores dos períodos mais recentes, os quais não possuem esses guias e as dificuldades aumentam, “a confusão é insuperável.”¹⁶⁷

Passados quatro anos da publicação da obra de Justiniano, Manuel Duarte Moreira de Azevedo, publica o *Compendio de Historia Antiga*, obra com várias edições.¹⁶⁸ Antes de sua introdução, chamada de *Ideias Preliminares*, o autor aponta uma lista de livros que poderiam ser comprados. É curioso notar que o livro de Justiniano é o primeiro citado, seu primeiro volume apresenta o preço de 2\$500 réis. Azevedo inicia com uma breve conceituação da história: “chama-se historia a narração dos fatos”. O autor ressalta que “para estudar convenientemente a história é necessário dividir os factos segundo os lugares e epochas em que se derão”. Ele também destaca a necessidade de estudar outras duas disciplinas: a geografia “que nos faz conhecer a natureza e posição dos paizes”; e a cronologia “que nos ensina a classificar os acontecimentos segundo a epocha ou o tempo em que tiverão lugar.”¹⁶⁹

Logo adiante, Azevedo apresenta o motivo de confeccionar a obra:

Tendo de lecionar a historia antiga aos alumnos do 2º anno e do 3º do Imperial Collegio de Pedro II, reconhecemos que os compendios existentes, escriptos na nossa língua, não convinhão ao ensino, não só pelo estylo, aliás correcto, porém difficil á comprehensão dos meninos senão pelas **considerações e apreciações philosophicas que não podião ser comprehendidos por alumnos de menor idade**, e cuja intelligencia ainda não se acha desenvolvida. Não havendo um livro, que podesse ser adoptado, seguimos o sistema de postillas dictados aos discipulos. Reunindo hoje em compendio essas postillas, dando-lhes melhor fórma e maior desenvolvimento procuramos não esquecer que escrevíamos para alumnos que começam o estudo da historia. Lendo os historiadores seguimos a narração e o methodo geralmente adoptados, aproveitando o que podemos colher dos livros dos mestres. Se o livro, que apresentamos, poder ser útil aos alumnos do Imperial Collegio de Pedro II, ficará satisfeito a nossa ambição de professor.¹⁷⁰

¹⁶⁷ ROCHA, Justiniano José da. Considerações Preliminares. *Compendio de Historia Universal*. Tomo I: Historia Antiga. Typologia do Regenerador, Rio de Janeiro, 1860, p. IV e V.

¹⁶⁸ Manuel Duarte Moreira de Azevedo nasceu no Rio de Janeiro, em 1832, onde cursou Medicina. Em 1863, após concurso, foi designado professor de História Antiga e Moderna do Imperial Colégio de Pedro II. Além de ser membro do IHGB, também era do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano; do Instituto Histórico de Goiana; do Instituto Acadêmico; do Retiro literário e da Sociedade Propagadora das Belas Artes do Rio de Janeiro. Ademais, era integrante do Conselho Diretor da Instrução Primária e Secundária do Município Neutro. Cf. BLAKE, Augusto Victorino Alves do Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900, volume 6, p. 61.

¹⁶⁹ Cf. AZEVEDO, Moreira de. *Ideias Preliminares. Compendio de História Antiga*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1864, s/p.

¹⁷⁰ Cf. AZEVEDO, op. cit. s/p. [grifos nossos]

Acima podemos perceber o direcionamento da obra de Azevedo para os alunos mais jovens do colégio de Pedro II. Segundo o autor, os compêndios existentes eram de difícil compreensão. E, neste passo, será que o compêndio de Justiniano faz parte desta lista? É possível afirmar que sim. Como já foi dito, sua obra é citada no rol de livros para serem comprados e, analisando a obra de Justiniano, ela contém diversas *considerações e apreciações filosóficas*, assim como as referidas por Azevedo. Também se pode inferir que o livro de Justiniano inspirou a denominação dos capítulos dados por Moreira de Azevedo, pois quase todos são intitulados da mesma maneira, apenas na parte da História Romana percebe-se títulos diferentes.

Em 1865, é divulgada a tradução do *Compendio da Historia Universal*, de autoria de Victor Duruy, apresentado na obra como Ministro da Instrução Pública da França e professor de História no Liceu Napoleão.¹⁷¹ Seu tradutor é o padre Francisco Bernardino de Souza.¹⁷² Este é o único dos livros em língua portuguesa que tratam da História Antiga, arquivados no IHGB, que não apresenta nenhum prefácio ou introdução.¹⁷³

É relevante destacar que a historiadora Circe Bittencourt, ao comparar o livro de Victor Duruy com a tradução feita pelo clérigo, indica alterações importantes. *Nouveau Manuel du baccalauréat es lettres* é o título original da obra, redigida em consonância com o programa de 1852, o qual estava inserido em uma política conservadora do Império francês e que buscava conter as ideias socialistas divulgadas em 1848, além de intentar reaproximar-se dos católicos. Dentro desse contexto, Duruy objetivava propagar e assegurar o ensino de História, pois a disciplina era vista como uma matéria subversiva na década de 1850. Sua obra não retirou a História Sagrada, todavia a separou da História Nacional e de uma História Geral profana, baseada na tríade Antiguidade, Idade Média e Tempos Modernos.¹⁷⁴

Em sua tradução, Souza reorganizou os primeiros capítulos, com o intuito de intensificar a origem sagrada da humanidade. Ao iniciar com a exposição da origem do homem de acordo com as tradições bíblicas, o padre reforçou a versão cristã, ao contrário de Duruy, que atenuou essa interpretação ao inserir pareceres científicos sobre o surgimento das raças humanas. Segundo Bittencourt, a versão brasileira apresenta omissões de alguns subitens e acréscimos de conteúdo sobre a história portuguesa. Na análise da historiadora, as traduções dos livros didáticos atendiam às necessidades sociais e políticas internas dos projetos educacionais locais e o texto era modificado a partir dos interesses e da ideologia do tradutor.¹⁷⁵

¹⁷¹ O autor faz parte de um grupo de historiadores que ocuparam altas funções políticas na França oitocentista, é o que afirma Jacques Le Goff, o qual cita Guizot, ministro do Interior, depois da Instrução Pública, e dos Negócios Estrangeiros, entre 1830 e 1848. Duruy ocupou este cargo de 1863 a 1869. Cf. LE GOFF, Jacques. *A história deve ser dividida em pedaços?* São Paulo: Editora Unesp, 2015, p. 39.

¹⁷² Francisco Bernardino de Souza nasceu na Bahia, em 1834. Em 1860, passou a residir no Rio de Janeiro, onde foi nomeado cônego da Capela Imperial. Lecionava religião, latim e português no ICPII, além de geografia e retórica no curso preparatório anexo ao seminário episcopal. Participou de trabalhos etnográficos em viagens as províncias do Pará e do Amazonas. Continuou a dedicar-se ao magistério na Bahia, onde foi designado examinador sinodal do arcebispado. Cf. BLAKE, Augusto Victorino Alves do Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, volume 2, 1893, p. 410 e 411.

¹⁷³ Circe Bittencourt nos diz que esse livro sofreu várias reimpressões durante o Império. Em 1869 (2. ed.), 1873 (3. ed.), 1877 (4. ed.) e 1886 (5. ed.). Cf. BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e saber escolar (1810-1910)*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 123.

¹⁷⁴ Cf. BITTENCOURT, op. cit., p. 123.

¹⁷⁵ Cf. BITTENCOURT, op. cit., p. 123 e 124.

Duas décadas após a publicação dos três livros examinados anteriormente, temos a obra *Noções de Historia Universal*, de Alfredo Moreira Pinto, bacharel em Letras pelo ICPII, professor de geografia e história da Escola Militar da Corte.¹⁷⁶ Na introdução de Moreira Pinto, percebemos o surgimento de uma temática diferente, o conceito de pré-história, até então não empregado nos compêndios dos anos 1860, e que nos livros didáticos do século XX e XXI, costumeiramente, é estudado na parte introdutória à História. Ele alude:

A sciencia hoje demonstra que, em época anterior ao actual período geologico, já o homem existia na superficie da terra, tendo chegado nessas edades remotissimas a possuir um certo gráo de cultura, isto é, uma certa industria, um certo commercio, etc. esse periodo, denominado *prehistorico*, é caracterizado pela descoberta de instrumentos de pedra mais ou menos grosseiramente talhados, de fragmentos de louças para usos domesticos, de armas, utensilios para diversos misteres, etc.; tudo nos evidenciado a existencia de um *homem prehistorico*, isto é, de raças sobre cuja historia nada sabemos. É no periodo conhecido em geologia pela denominação de *quaternario*, periodo que precede o período geológico *actual*, que encontram-se os vestigios da existencia do homem prehistorico.¹⁷⁷

No trecho acima podemos notar a importância da geologia e das descobertas arqueológicas para a construção da ideia de *pré-história*. Vale salientar que Pinto em nenhum momento citou o surgimento da escrita, evento a que o conceito de pré-história esteve associado a partir do final do século XIX.

De acordo com Gabriel Camps, “a Pré-história é uma ciência jovem”, com apenas um século e meio de existência. Ela tem como objeto de análise os períodos anteriores a que o homem “(...) pode transmitir, por meio da escrita, uma série de mensagens dos fatos notáveis na evolução das sociedades a que nós chamamos de fatos históricos”. Ou seja, a Pré-história investiga a humanidade no momento anterior à invenção da escrita.¹⁷⁸

Como vimos, Moreira Pinto entende a “*prehistoria*” como um “período” que abarcava a existência humana antes da história propriamente dita, cujas balizas eram dadas por um saber externo à história, ou seja, a geologia. Mais do que julgar qual é a melhor ou pior, ou então, criar rótulos como o de conceito ultrapassado, destaco como o ramo de estudos pré-históricos ainda estava em formação no momento da publicação dos compêndios analisados.

Camps apresenta alguns desses estudos no cenário europeu, como de Philibert Lalande e Elie Massénat, em 1868; e de Édouard Lartet e Henry Christy, em 1875. E afirma que esses primeiros pré-historiadores eram, em sua maioria, “notáveis, médicos, aristocratas, notários, que contratavam operários,” enquanto suas profissões os afastavam das escavações.¹⁷⁹ Dessa maneira, podemos compreender a ausência do conceito nos compêndios da década de 1860, e

¹⁷⁶ PINTO, Alfredo Moreira. *Noções de Historia Universal*. Rio de Janeiro: Livraria Nicolau Alves, 1886. Segundo Blake, também lecionava particularmente, e escreveu diversos compêndios e pequenos livros destinados a facilitar os exames de instrução pública.¹⁷⁶ Além disso, nas páginas pré-textuais do compêndio ele é apontado como sócio da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, do Instituto de bacharel em Letras, e autor do Dicionário Geográfico do Brasil. Cf. BLAKE, Augusto Victorino Alves do Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, volume 1, 1883, p. 60.

¹⁷⁷ PINTO, Alfredo Moreira. Introdução. *Noções de Historia Universal*. Rio de Janeiro: Livraria Nicolau Alves, 1886, p. 1.

¹⁷⁸ Cf. CAMPS, Gabriel. Verbete: Pré-história. In: BURGUIÈRE, André (org.), *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro, Imago Ed., 1993, p. 618.

¹⁷⁹ Cf. CAMPS, op. cit., p. 620.

como na definição acima de Moreira Pinto, em 1886, ele alude sobre “um *homem prehistorico*, isto é, de raças sobre cuja historia nada sabemos”.

Cabe ressaltar aqui como o critério da transmissão de mensagens por meio da escrita para designar a passagem da pré-história para a história, estabelece a fonte escrita como mais confiável para o estudo do passado, e conseqüentemente, gera uma inferiorização daqueles que possuem outros meios para transferir suas tradições e conhecimentos, criando, nas palavras de Henri Moniot, a concepção de “povos sem história”.

Havia a Europa, e nisso se resumia a história. Por cima e à distância algumas “grandes civilizações” que seus textos, suas ruínas, às vezes seus laços de parentesco, de trocas, de herança com a Antiguidade Clássica, nossa mãe, ou a amplidão das massas humanas, que eles opuseram aos poderes e à atenção dos europeus, faziam com que fossem admitidas à margem do império de Clio (...) A exclusão de tantos povos era decretada de diversas formas. Inicialmente por uma ideia já adquirida: não fizeram nada de notável, nenhum produto durável, **antes da chegada dos Brancos e da civilização – a selvageria como pré-história anônima e bronca**, um dos estereótipos justificadores do “fardo do homem branco”.¹⁸⁰

Assim, “os povos sem história” seriam aqueles que não detinham a técnica da escrita e, por isso, na concepção eurocêntrica, seriam considerados *não civilizados*, ainda na pré-história. Em relação ao desenvolvimento do homem, Moreira Pinto indica que os *povos primitivos* passaram por três sucessivos estados: bárbaro, nômade e agrícola. E também se refere à idade da pedra, do bronze e do ferro.¹⁸¹

É necessário salientar que, no Brasil Imperial, havia um debate sobre a historicidade dos indígenas. Segundo Rodrigo Turin, entre os letrados do IHGB era recorrente o *topos* do “enigma” ou “obscuridade” da história indígena. Ao analisar as relações entre a História e a Etnografia, o autor argumenta que era atribuição do discurso etnográfico “fornecer um discurso sábio sobre o passado de sociedades que, aparentemente, seriam desprovidas de história.”¹⁸²

¹⁸⁰ MONIOT, Henri. A história dos povos sem história. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (orgs.), *História: novos problemas*. Rio de Janeiro, Francisco Alves Editora, p. 99. [grifos nossos]

¹⁸¹ Cf. PINTO, Alfredo Moreira. Introdução. *Noções de Historia Universal*. Rio de Janeiro: Livraria Nicolau Alves, 1886, p. 1 e 2.

¹⁸² TURIN, Rodrigo. *Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História, UFRJ, 2009, Tese de Doutorado, pp. 19-23. De acordo com o autor, nesse contexto, as possibilidades políticas limitavam-se “ao extermínio ou à assimilação” dos povos indígenas. Com isso, a investigação desse passado revelava-se estratégico, pois asseguraria, ou não, um lugar às populações indígenas “no projeto civilizador do Império brasileiro.” Havia também a compreensão dos autores oitocentistas dos “selvagens” em uma “infância da humanidade, como indivíduos recém-saídos do estado de natureza (ou ainda presos a ela)”. Dentre eles, Francisco Adolpho de Varnhagen e o Dr. Peter Wilhelm Lund indicavam a inviabilidade do “selvagem brasileiro ascender ao estado de civilização”. Já Januário da Cunha Barbosa, José Joaquim Machado Oliveira e Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro intercediam pela catequização, na possibilidade de deslocar os “selvagens brasileiros” para os “cômodos da civilização”, desde que se buscasse uma pedagogia apropriada às suas “necessidades infantis”. *Ibidem*, pp. 39-46.

Entramos agora no estudo do livro *Lições de Historia Universal*, publicado em 1887, por Luis de Queirós Mattoso Maia.¹⁸³ Logo no início, Maia apresenta uma dedicatória ao imperador D. Pedro II.¹⁸⁴

Em seus *Prolegomenos*, Mattoso Maia conceitua a História:

(...) é o ramo de conhecimentos humanos, que trata da formação, do crescimento, e da decadencia dos Estados: ou por outra, da origem, do desenvolvimento, e da ruina dos povos e das nações. **E' o memorial da humanidade; é a mestra da vida, como diz Cícero;** porque pelo passado podemos ajuisar do presente e prever o futuro. Devendo ocupar-se de factos authenticos e de acontecimentos memoráveis, a Historia não póde por si só remontar a eras extremamente remotas, e devassar um passado que não foi transmitido por meios mais ou menos infalliveis, como, por exemplo, a escripta.¹⁸⁵

No excerto acima, observamos que o autor estabelece uma ligação intrínseca entre a história e a escrita, pensada como uma fonte mais confiável para se estudar o passado. Ademais, para Mattoso Maia, a história é o memorial da humanidade, a mestra da vida, e sua definição é feita a partir de Cícero, seguindo o *topos* da *historia magistra vitae*. De acordo com Reinhart Koselleck, frase alguma foi tão mencionada na bibliografia histórica quanto a louvação feita por Cícero acerca das cinco utilidades da *Historie* para o orador: *Historia vero testis temporum, lux veritatis, vita memorie, nuntia vetustatis, qua voce alia nisi oratoris immortalitati commendatur* [A história é a testemunha dos tempos, a luz da verdade, a vida da memória, a mensageira da velhice, por cuja voz nada é recomendado senão a imortalidade do orador]. Ademais, a História ensinaria através de exemplos - *plena exemplorum est historia* - [a história é cheia de exemplos].¹⁸⁶ Dentre aquelas utilidades, a parte mais recortada do *topos* é a da *historia magistra vitae*, a qual serviu de epígrafe para as disputas seculares relacionadas com a possibilidade de instruir e oferecer exemplos, e cuja dissolução é possível ser compreendida pela teoria histórica.¹⁸⁷

¹⁸³ O autor nasceu na cidade do Rio de Janeiro, onde cursou Medicina. No Colégio de Pedro II ensinava geografia e corografia. Também prestou serviços na guerra do Paraguai. Cf. BLAKE, Augusto Victorino Alves do Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, volume 5, 1899, p. 456.

¹⁸⁴ Senhor, Muitos motivos levam-me a dedicar a V. M. Imperial o meu presente trabalho litterario; além das obrigações pessoaes, que devo a V. M. Imperial, tenho praticamente reconhecido nas *palestras litterarias*, a que tenho tido a honra de assistir, ser V. M. Imperial, sinão o maior, pelo menos, um dos maiores sabios actualidade. Certo não se poderá attribuir este meu juizo a uma expansão de lisonja; porquanto os mais respeitaveis vultos scientificos da culta Europa pensam da mesma fórma, e assim o tem manifestado. Portanto é o Soberano, a quem tanto deve, é ao Sabio, a quem tanto apreciá, que um pobre cultor das letras offerece o fructo de quinze annos dos mais aturados estudos. Digne-se V. M. Imperial de acceital-o como um tributo de homenagem, reconhecimento e gratidão, que o mais Illustrado e Magnanimo dos Monarchas. Dr. Luis de Queirós Mattoso Maia, Côrte, 5 de Fevereiro de 1887. MAIA, Luís de Queirós Mattoso. *Lições de História Universal*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.

¹⁸⁵ MAIA, Luís de Queirós Mattoso. *Prolegômenos. Lições de História Universal*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887, p. I. [grifos nossos]

¹⁸⁶ Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Historia Magistra Vitae: Sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento*. In: *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006, p. 43.

¹⁸⁷ Cf. KOSELLECK, Reinhart. *O conceito de História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 110 e 111. Apesar de a expressão ser atribuída a Cícero, suas raízes são anteriores. A concepção da teoria exemplar da história é mais antiga e remonta à tradição da retórica como, por exemplo, em Isócrates (436-338 a.C.), influente retórico grego, para quem a finalidade suprema da educação era formar cidadãos aptos a falar e agir apropriadamente na arena política. Segundo Políbio (século II a. C.), o estudo da história dispõe de caráter

Em relação aos usos da fórmula da *historia magistra vitae* no Brasil oitocentista, em sua tese *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*, Valdeci Lopes de Araujo assinala que, nesse contexto, ocorre um processo de “metaforização” dos *topoi* retóricos do exemplo e da imitação. Para ele, as referências aos autores da Antiguidade clássica, são em grande medida compreendidas pelo vigor do ensino da retórica ao longo do século XIX, e não se deve confundir a permanência dessas menções com algum tipo de continuidade conceitual. Em seu entendimento, “é na descontinuidade na experiência do tempo e da história que se devem buscar os fundamentos dessa reestruturação conceitual.”¹⁸⁸

Segundo Araujo, “as demandas por imitação do passado e dos feitos virtuosos perdem o caráter da repetição para assumir a dimensão da experiência.” Não se objetivava assimilar um repertório limitado de situações e, a partir desse conhecimento, saber agir com a sua volta, mas reunir experiências produzidas no passado com o intuito de assegurar a superioridade do presente e do futuro.¹⁸⁹

Em outro trabalho, intitulado “Sobre a permanência da expressão *historia magistra vitae* no século XIX brasileiro”, Araujo sugere a hipótese de que a continuidade e o alargamento de alguns fragmentos dos *topos* da *historia magistra vitae* foram essenciais no processo de constituição dos Estados nacionais. As exigências da educação moral sofreram alterações com a formação das grandes comunidades nacionais no século oitocentista. Nesse contexto, requeria-se alcançar um contingente muito maior de pessoas em uma conjuntura de relatividade crescente de valores e de homogeneização inédita da experiência, em função da universalização de procedimentos. Portanto, para Araujo, a permanência do *topos* teria uma função estrutural e, desse modo, será justamente em torno da educação cívica nacional que esse discurso atingirá maior êxito.¹⁹⁰ No século XIX, a história permaneceu como “mestra da vida”, sua possibilidade de ensinar não foi contestada, mas a maneira como ela podia instruir. Assim, Araujo afirma: “a continuidade no uso da expressão não nos deve surpreender, mas nos alertar para a complexidade crescente de seus usos e a multiplicidade de seus significados.”¹⁹¹

Outros autores também analisam a concepção da história como mestra da vida no século XIX brasileiro. Temístocles Cezar ressalta a *historia magistra vitae* como um princípio

educativo, correspondendo a um treinamento para a vida, podendo ter aplicação direta em sua vida prática. Políbio enfatizou o caráter exemplar do tipo de treinamento político oferecido pelas histórias, assim, os exemplos de malfeitos políticos poderiam servir de advertência e instrução. Cf. ASSIS, Arthur. Por que se escrevia história? Sobre a justificação da historiografia no mundo ocidental pré-moderno. In: SALOMON, Marlon (org.). *História, verdade e tempo*. Chapecó: Argos, 2011, p. 108-110. Contudo, Cícero se tornou a principal referência da teoria exemplar da história. Felipe Charbel Teixeira traz à baila que, segundo o senador: “(...) somente o orador pleno, um homem prudente, está apto a produzir uma história rica em ensinamentos, útil por ser capaz, inicialmente, de deleitar seus ouvintes/leitores e em seguida de movê-los no sentido da ação virtuosa”. TEIXEIRA, Felipe Charbel. Uma construção de fatos e palavras: Cícero e a concepção retórica da história. Belo Horizonte, *Varia Historia*, vol. 24, n. 40, 2008, p. 565. Disponível em: www.scielo.com.br. Acessado em 07/03/2013, p. 561. Assim, esta concepção de história está intimamente ligada à retórica e têm suas origens na Antiguidade clássica.

¹⁸⁸ Cf. ARAUJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008, p. 150.

¹⁸⁹ Ibidem, p. 154.

¹⁹⁰ Cf. ARAUJO, Valdeci de Lopes. Sobre a permanência da expressão *historia magistra vitae* no século XIX brasileiro. In: ARAUJO, V. L.MOLLO, H. M., NICOLAZZI, F. (orgs.). *Aprender com a história?: o passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 140.

¹⁹¹ Ibidem, p. 145.

organizador e orientador dos trabalhos históricos do IHGB pois, a partir do *topos*, buscava-se salvar os fatos do esquecimento e eternizar aquilo que era suscetível de se tornar memorável.¹⁹²

Maria da Glória de Oliveira, em sua tese *Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*, afirma que a escrita biográfica estava plenamente afinada ao programa da *historia magistra vitae* e que seus exemplos eram utilizados para instruir os brasileiros no presente.¹⁹³ A autora destaca que, no século XIX, o *topos* pode ser considerado um princípio orientador da atividade historiográfica do IHGB, porém, ele aparece como um argumento incidental em alguns textos programáticos.¹⁹⁴ Segundo Oliveira:

No longo processo de sutura do mosaico de identidades coletivas que marcou a cultura histórica do Brasil no século XIX, historiografia e biografia compartilharam não apenas os propósitos de fixação dos fatos e nomes memoráveis, de modo a que eles espelhassem os valores políticos e morais da nação, mas também os procedimentos que forneciam credibilidade à representação do passado. Assim, ao buscarem inscrever a sociedade ‘surgida da cunhagem da moeda colonial’ em um tempo propriamente histórico, os letrados brasileiros oitocentistas não dispensaram a articulação dessas duas modalidades de escrita na tessitura dos elos possíveis de ligação entre o presente, o passado e o futuro, indicando que, a despeito das novas exigências disciplinares, a história não precisaria renunciar terminantemente à antiga função de *magistra vitae* em nome dos modernos axiomas de cientificidade.¹⁹⁵

No tocante à continuidade conceitual da *historia magistra vitae*, Circe Bittencourt, ao estudar os compêndios brasileiros do século XIX, também propõe que a História seguia os pressupostos de “mestra da vida”, e estava concatenada com a formação do sentimento nacionalista. Assim, a História ensinada nesse período utilizava personagens históricos transformados em modelos a serem seguidos, e que compunham a galeria de “brasileiros ilustres”, cujos feitos deveriam ser divulgados.¹⁹⁶

¹⁹² Cf. CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história. *Historiografia e nação no Brasil do século XIX. Diálogos*, Maringá/PR, v. 8, 2004, p. 14. Disponível em: [http://www.dialogos.uem.br/index.php?journal=ojs&page=issue&op=view&path\[\]=17&path\[\]=showToc](http://www.dialogos.uem.br/index.php?journal=ojs&page=issue&op=view&path[]=17&path[]=showToc).

Acessado em 02/07/2012. Neste sentido, um dos fundadores do IHGB, Januário da Cunha Barbosa explicita: “Basta attendermos ao que diz Cicero sobre a historia, para conhecermos logo as vantagens que se devem esperar de hum instituto que della particularmente se occupe, e composto de homens os mais conspicuos por suas letras e por suas virtudes. – *A historia* (escreve aquelle philosopho romano) *He a testemunha dos tempos, a luz da verdade e a escola da vida*. – Por esta judiciosa doutrina bem facilmente se conhece quão proficua deve ser a nossa associação, encarregada, como em outras nações, de eternisar pela historia os factos memoraveis da patria (...)”. BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Livro de fontes da historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, p. 22.

¹⁹³ Cf. OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Programa de Pós Graduação em História Social, UFRJ, 2009. Tese de Doutorado, p. 40.

¹⁹⁴ *Ibidem*, p. 18.

¹⁹⁵ OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Programa de Pós Graduação em História Social, UFRJ, 2009. Tese de Doutorado, p. 188.

¹⁹⁶ Cf. BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e saber escolar (1810-1910)*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 148 e 149.

Mattoso Maia também alude que a história deveria servir-se de “auxiliares importantes”, tais como: “a geographia, a chronologia, astronomia, palentologia, topographia, philologia (principalmente da comparada), ethnographia, lendas ou mythos, monumentos, tumulos, ruinas, etc.”¹⁹⁷

Não há sciencia que deixe de prestar o seu concurso ao historiador, para compôr o memorial dos factos, que se deram, e só de fontes tão variadas pôde provir um resultado mais ou menos escoimado de inexactidões. Ainda mesmo depois da invenção da imprensa, que divulga com tanta facilidade a vida das nações, e que fez espalhar o conteúdo de manuscriptos seculares, quanto escrupulo precisamos ter para deixarmos de aceitar versões, que se attribuem a muitos acontecimentos! A critica e a philosophia da historia devem por consequencia marchar unidas, para não perdermos a bussola da verdade por entre as innumerables hypotheses e probabilidades dos factos.¹⁹⁸

Assim Maia reforça a noção da história como um memorial, como *historia magistra vitae* em que se deveria *escoimar*, ou seja, livrar de inexactidões, os diversos acontecimentos históricos, e não *perder a bússola da verdade*.

O estudo da origem da humanidade “nos primeiros horisontes ou prolegomenos da Historia propriamente dita, antes dos monumentos figurados, antes das tradições e das lendas, antes dos documentos escriptos,” seria atribuição da “*paleoethnologia*.”¹⁹⁹ Desse modo, podemos perceber como o objeto do discurso historiográfico estava pautado no critério do domínio da escrita.²⁰⁰

Maia também destaca a antiguidade do homem na América, a qual não seria “inferior ao chamado *Velho Mundo*”. E afirma que o Brasil seria o continente mais antigo do planeta, baseando-se nas descobertas paleontológicas do naturalista dinamarquês Peter Lund na região de Lagoa Santa, em Minas Gerais:

(...) o planalto central do Brazil já era uma terra firme, quando as outras partes do globo ainda estavam submergidas no seio do oceano universal, ou surgiam apenas como umas ilhas insignificantes, tocando assim ao Brazil o titulo de ser o mais antigo continente do nosso planeta. Pelos ossos humanos fósseis e pelos de especies de animaes actualmente extinctos, Dr. Lund concluiu *modestamente* que a povoação do Brazil deriva de tempos muito remotos, indubitavelmente anteriores aos tempos historicos.²⁰¹

Vale ressaltar que os estudos do Dr. Lund foram publicados na revista do IHGB e, nessa chave, sua incorporação no compêndio de Mattoso Maia aponta para a conexão entre a

¹⁹⁷ MAIA, op. cit., p. I.

¹⁹⁸ MAIA, op. cit., p. I e II.

¹⁹⁹ MAIA, Luís de Queirós Mattoso. *Prolegômenos. Lições de História Universal*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887, p. V.

²⁰⁰ Como já foi assinalado, o campo de investigação para os povos sem escrita era a Etnografia, responsável por desvendar, sobretudo, o passado indígena. Segundo Turin, a pesquisa arqueológica era fundamental na “descoberta dessa história perdida”, em razão da inexistência de documentos escritos, a pesquisa etnográfica do IHGB, empenhava-se em encontrar “restos materiais, especialmente grandes edificações ou cidades perdidas, que revelassem a antiga nobreza dos selvagens brasileiros”. TURIN, Rodrigo. *Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História, UFRJ, 2009, Tese de Doutorado, p. 65 e 66.

²⁰¹ MAIA, op. cit., p. VII.

escrita desses compêndios e os trabalhos “científicos” que circulavam no âmbito do Instituto.²⁰²

Os habitantes do Brasil e da América seriam de tempos tão remotos que Mattoso Maia cita alguns autores defensores da teoria de que a América seria o berço da civilização e responsável por povoar os outros continentes. Entre esses autores, destaca-se Florentino Ameghino (1854-1911), o qual em sua obra *La Antigüedad del Hombre en el Plata*, assinala: “os habitantes da America que povoaram a China e d’ahi se espalharam por todo o mundo”²⁰³

Se o objetivo dos letrados oitocentistas era inserir o Brasil no quadro dos países considerados esclarecidos e civilizados, há que se concordar que o argumento de que na América se originou a civilização e se disseminou a povoação do planeta, visa a reforçar esse propósito.²⁰⁴ Mais à frente, o autor nos diz:

Muitos povos empregavam apenas a pedra, quando seus vizinhos conheciam o bronze e mesmo o ferro: outros pelo contrario serviam-se ao mesmo tempo de armas e utensilios de bronze ou ferro, e de armas e utensilios de silex: v. g.: os Ethiopes do exercito de Xerxes; os soldados de Vercingétorix na batalha de Alexia, já aos 52 A. C. Actualmente ainda existem tribus selvagens, como a dos *Mqhavi* nas margens do rio colorado (California), que não têm um unico utensilio feito de metal. A idade de pedra não é pois uma época exactamente determinada no tempo, mas sim uma phase do desenvolvimento da humanidade, e cuja duração varia conforme os meios e conforme as raças.²⁰⁵

Assim, possuir a tecnologia do bronze ou do ferro, em contrapartida com o uso de instrumentos de pedra, significaria estar em um estágio mais avançado do desenvolvimento humano, o qual seria explicado conforme os meios e as raças humanas. Além disso, Maia sugere que as diferentes “fases” evolutivas da humanidade coexistiam ao mesmo tempo. A esse respeito, Turin alude que os estudos etnográficos oitocentistas apontavam para uma “negação da contemporaneidade” àqueles distanciados da civilização e, desse modo, “viajar

²⁰² Segundo Martinez, Peter Wilhelm Lund foi o iniciador do estudo da paleontologia brasileira. Ele tornou-se sócio honorário do IHGB, desde as primeiras atividades da agremiação, estabelecendo “correspondência, intercâmbio de publicações, desenhos e material que coletou em pesquisas”. Seus estudos também foram enviados aos museus, revistas e cientistas da Europa. Cf. MARTINEZ, Paulo Henrique. A nação pela pedra: coleções de paleontologia no Brasil, 1836-1844. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 19, n.4, 2012, pp. 1155-1170. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459702012000400004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20/04/2016. De acordo com Turin, o modelo de abordagem do naturalista Lund era distinto dos padrões etnográficos do IHGB: “Mesmo sendo reconhecido por suas pesquisas, pode-se afirmar que Lund ocupou uma posição marginal na discussão etnográfica do IHGB.” TURIN, op. cit., p. 71.

²⁰³ AMEGHINO apud MAIA, Luís de Queirós Mattoso. *Prolegômenos. Lições de História Universal*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887, p. IX. Florentino Ameghino foi um naturalista, paleontólogo e antropólogo argentino, defensor da *teoria autoctonista*, na qual a América é o berço da humanidade. O homem americano teria partido da América do Sul pelo istmo do Panamá até a América do Norte, e daí cruzou a Beríngia até a Ásia e pela Groelândia chegou até a Europa. Disponível em: <http://www.historiacultural.com/2009/05/florentino-ameghino-biografiateorias-y.html>. Acessado em 25/04/2016.

²⁰⁴ Nessa perspectiva, Circe Bittencourt expõe que sob os auspícios governamentais foi publicado, em 1900, o primeiro compêndio de História da América, trata-se do *Compêndio de história da América*, de Rocha Pombo. Cf. BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e saber escolar* (1810-1910). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 130.

²⁰⁵ MAIA, op. cit., p. XI.

pelo interior do Brasil equivalia, assim, a viajar por diferentes estratos temporais”, em que “os diferentes estágios da história da humanidade apresentavam-se em suas formas vivas.”²⁰⁶

Analisaremos agora o último dos compêndios selecionados, o *Compendio de Historia Universal*, publicado em 1894, por Raphael Maria Galanti (1840-1917).²⁰⁷ Diferentemente dos autores já analisados, Galanti não era professor em colégios na Corte e sua obra é a única do contexto republicano, em que o ensino, teoricamente, deveria ser laico.²⁰⁸ Contudo, é em sua obra que notamos mais fortemente as concepções advindas da História Sagrada.

Nas *Noções Preliminares* do compêndio, Galanti afirma: “Historia é a narração authentica e bem ordenada dos acontecimentos memoraveis que pertencem ao gênero humano.” É dividida em Universal, Geral e Particular, respectivamente, a primeira: “é a que se estende a todos os paizes e a todos os tempos”; a segunda: “é a que abrange os acontecimentos de todos os paizes só numa certa epoca ou de só um povo em todas as epocas da sua existencia”; e a terceira: “é aquella que se limita a alguns annos, a uma só provincia, cidade, guerra, etc”.²⁰⁹

O autor aponta que há ainda a *Biographia*; a *Memoria*; os *Annaes*; as *Chronicas*; e a *Chronologia*. A biografia trata da “historia abreviada da vida de pessoas particulares”. Segundo Galanti, quando a biografia “fôr muito resumida, recebe o titulo de Memoria”. Já os *Annaes* são: “uma narração simples e concisa de factos dispostos anno por anno sem ornamento, nem ligação.” Os anais diferem da História, pois esta: “muitas vezes omite os mezes e os dias, e relata os factos em pormenores, indicando as causas e os effectos, descrevendo logares, referindo discursos, tratados e cousas semelhantes”. Divergem também das crônicas, as quais: “por via de regra, contam os factos de um só povo, ao passo que os *annaes* os narram de muitos”. E por último, a cronologia: “é a sciencia que se occupa em averiguar e registrar as datas dos acontecimentos.”²¹⁰

Conforme Galanti, a História Sagrada pode ser evidenciada por Moisés, descrito como o mais antigo dos historiadores:

(...) Moysés, que reúne em si todas as qualidades de historiador verídico, a saber, *sciencia e veracidade*. Pois é impossível recusar o dote da *veracidade*

²⁰⁶ TURIN, Rodrigo. *Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História, UFRJ, 2009, Tese de Doutorado, p. 217 e 218.

²⁰⁷ Este missionário italiano ingressou na companhia de Jesus, aos vinte anos. Foi enviado ao colégio S. Salvador, em Santa Catarina, pouco tempo depois, retornou a Roma. Passou pela Inglaterra e pela Bélgica, voltando ao Brasil, em 1874. Lecionou no Colégio S. Luís, em Itu (SP) e no Colégio Anchieta de Nova Friburgo (RJ). Naturalizou-se brasileiro e em 26/11/1896, foi eleito sócio correspondente do IHGB.

TAPAJÓS, Vicente; TÓRTIMA, Pedro. *Dicionário Bibliográfico de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos Brasileiros*. Rio de Janeiro: 1993, vol. 4, p. 74. De acordo Ligia Bahia de Mendonça, sua candidatura foi proposta por Tristão Alencar Araripe, no dia 13 de setembro de 1896. Cf. MENDONÇA, Ligia Bahia de. Padre Raphael Maria Galanti: intelectual e historiador jesuíta. *Revista Intellèctus*, Ano XIV, n. 1, 2015, p. 43.

²⁰⁸ Conforme o texto da Constituição, deferido em 24 de fevereiro de 1891, algumas medidas foram estabelecidas de acordo com a natureza do Estado liberal e que a Igreja forçosamente teve que aceitar, como o: “casamento civil, ensino leigo, secularização dos cemitérios, recusa de direitos eleitorais aos religiosos ligados por voto de obediência”. (grifos nossos) Cf. MOURA, Sérgio; ALMEIDA, José. A Igreja na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III: O Brasil Republicano. 2º Volume: Sociedade e Instituições (1889-1930). São Paulo: Ed. Difel, 3ª edição, 1985, p. 327 e 328.

²⁰⁹ GALANTI, Raphael Maria. *Noções Preliminares. Compendio de História Universal*. 2ª. ed. São Paulo: Typographia da Companhia Industrial, 1894, p. I.

²¹⁰ GALANTI, Raphael Maria. *Noções Preliminares. Compendio de História Universal*. 2ª. ed. São Paulo: Typographia da Companhia Industrial, 1894, p. I.

a um homem escolhido pelo proprio Deus para libertar e guiar seu povo, e que, durante toda a vida, deu o mais brilhante exemplo de gravidade, retidão e santidade. Nem podemos tão pouco negar a sciencia dos factos relatados a um homem tal, que por certo não contaria o que ignorava. Moysés é o mais antigo dos historiadores; passou oitenta annos no valle do Nilo, mil annos antes dos mais antigos historiadores profanos. Educado na Côrte dos Pharaós, viveu no meio dos sacerdotes, e foi iniciado em todas as sciencias dos Egypcios, conforme conta o próprio Manethon, inimigo dos Hebreus. Devia, por conseguinte, conhecer a fundo as tradições, os monumentos, as inscrições, etc. do Egypto, Moysés, portanto, tambem a este respeito, é incomparavelmente superior a qualquer historiador profano.²¹¹

Notamos que Moisés é o “historiador” por excelência da História Sagrada. Para Galanti, o conhecimento de Moisés se explica pelo contexto vivido, em que foi possível transmitir oralmente as tradições pelo convívio com figuras sagradas descritas na Bíblia.

Do outro lado, quando elle escreveu, a tradição dos factos primitivos não podia deixar de ser ainda muito fresca e bem conservada. Vinha immediatamente depois dos que tinham conhecido Abrahão e Sem, e este vivera longo tempo com Lamech e com Mathusalem, que haviam conversado com o primeiro homem. Na verdade Mathusalem, que falleceu no anno do diluvio, passara 244 annos com Adão, 356 com Seth, 303 com Henoch, 600 com Noé, 100 com os filhos deste. Noé sobreviveu ao diluvio o espaço de 350 annos.²¹²

Percebemos que a narrativa de Galanti estava bem distante de ser considerada laica. Através das idades seculares de personagens bíblicos, o autor infere que os patriarcas estabeleceram contatos entre si, e assim, conservaram a *tradição dos factos primitivos*. Além da autoridade da Bíblia, Galanti aponta que os mesmos acontecimentos são descritos por outros povos e são corroborados por descobertas na Assíria:

(...) esses mesmos acontecimentos, com pequenas alterações, introduzidas pelo estado da barbaria, em que se acharam os homens depois da confusão das linguas, encontram-se referidos por todos os povos, e, em nossos dias, são admiravelmente confirmados pelas descobertas da Assyria.²¹³

Que referências são essas? Quais são essas descobertas? Galanti assinala que as descrições de Moisés são quase que idênticas ao poema *Isdubar*:

Quasi toda a historia dos tempos primitivos acha-se exposta no poema de *Isdubar*, que remonta, pelo menos, até o XX seculo antes da era christan. A

²¹¹ GALANTI, op. cit., p. II e III.

²¹² GALANTI, Raphael Maria. Noções Preliminares. *Compêndio de História Universal*. 2ª. ed. São Paulo: Typographia da Companhia Industrial, 1894, p. III. A argumentação de Galanti continua com a seguinte nota de rodapé: “Para que o leitor veja como é que se deduz o que acabamos de afirmar, tiramos da Vulgata as datas seguintes: Adão viveu 930 annos, Seth > 912 > nasceu no anno 130 de Adão; Enos> 905 > nasceu no anno 105 de Seth; Cainan> 910 > nasceu no anno 90 de Enos; Malaleel> 895 > nasceu no anno 70 de Cainan; Jared> 962 > nasceu no anno 67 de Malaleel; Henoch> 365> nasceu no anno 162 de Jared; Mathusalem> 99 > nasceu no anno 62 de Henoch; Lamech> 777 nasceu no anno 187 de Mathusalem; Noé > 950 > nasceu no anno 182 de Lamech; Sem, etc. > [em branco] >500 de Noé. Postas estas datas é facil inferir quanto tempo cada um destes patriarchas passou com o outro. O problema vem a ser o seguinte: << Quanto tempo vive o filho com o pae, avô, etc. ? No caso de lhe sobreviver é claro que o filho vive o com o pae, avô, etc, todo o tempo da vida do pae, avô, etc, menos os annos que o mesmo pae contava quando nasceu o filho, neto, etc.” GALANTI, op. cit., p. III.

²¹³ GALANTI, op. cit., p. III.

não serem algumas alterações de pouca monta dir-se-ia que a narração mosaica foi copiada desse poema, ou vice-versa. Tão grande é a conformidade entre um e outro livro! Com effeito a cosmogonia de Moysés, sobre ser monotheísta, é muito mais simples e sublime a da Chaldéa é polytheista, porém nos mais, tudo é o mesmo até na ordem da criação: a existencia dos anjos, a revolta de uma parte delles, a luta, a derrota; o estado primitivo do homem, a sua innocencia, a felicidade, a tentação, a queda, o castigo, etc, tudo isto no poema de Isdubar é identico ao que refere Moysés. Quanto ao diluvio não existem mais, entre o poema de Isdubar e a historia de Moysés, que duas ou tres leves discrepancias relativamente a pontos mui secundarios.²¹⁴

Nessa linha de raciocínio, as similitudes entre os escritos de Moisés e o poema Isdubar, configuram um recurso para validar a narrativa de Moisés sobre os tempos primitivos.²¹⁵ Dentro de sua argumentação, até mesmo a ciência oitocentista e a Geologia estariam em harmonia com a história de Moisés:

A propria sciencia moderna, com especialidade a Geologia, harmoniza-se tão bem com a historia de Moysés que o grande Ampère poude dizer: *Ou Moysés possuia uma cultura scientifica igual á que temos no sec. XIX, ou era inspirado.* Comtudo [sic] é sabido que Moysés, quando escreveu, não se propoz o fim de compôr tratados scientificos.²¹⁶

No tocante aos fatos que são objetos da História, para Galanti, seriam eles:

os factos levados a effeito pelo homem, e bem assim os que de algum modo lhe dizem respeito, v. g. um eclipse, um terremoto, a erupção de um vulcão, etc. Em summa todos os factos e as circumstancias, que direta ou indirectamente tem alguma relação com a natureza physica ou moral do homem, entram como elementos modificadores na Historia. **Sendo a Historia, na phrase do grande orador romano, a mestra da vida**, segue-se que o historiador deve explicar os factos, comparando-os, apontado as relações que os ligam, investigando as causas e indicando os effeitos, afim de que das occurencias particulares possa deduzir lições geraes de sabedoria moral e politica. É facil inferir de tudo isto que a Historia é uma sciencia de alta importancia, e que a narração pura e simples, embora necessaria para a constituição da sciencia, não fórma, só de per si, o objecto da Historia propriamente dita.²¹⁷

Notamos que, para Galanti, a História tem como objeto os fatos humanos, comportando também os acontecimentos que de alguma forma influem na vida humana, seja de natureza física ou moral. Além de exaltar a história como uma “ciência”, pois ela seria muito mais do que uma narração, o *topos* da *historia magistra vitae* é mais uma vez empregado para conceituá-la.

²¹⁴ GALANTI, op. cit., p. III.

²¹⁵ Gilgamesh, também conhecido como Isdubar, é um personagem legendário da mitologia suméria, e de acordo com a lista Real Suméria, foi o quinto rei de Uruk, em torno de 2650 a.C.. Protagonista da *Epopéia de Gilgamesh*, a qual está concatenada, para estudiosos, com o dilúvio universal narrado no livro bíblico do Gênesis. Disponível em: <http://pt.encydia.com/es/Gilgamesh>. Acessado em 25/04/2016.

²¹⁶ GALANTI, Raphael Maria. Noções Preliminares. *Compêndio de História Universal*. 2ª. ed. São Paulo: Typographia da Companhia Industrial, 1894, p. III e IV.

²¹⁷ GALANTI, op. cit., p. IV. [grifos nossos]

Quanto ao método para o estudo e ensino da História, Galanti apresenta três que se podem adotar: *ethnographico*; *synchronico*; e *mixto*. O primeiro: “relata os factos de cada povo na sua successão chronologica sem attender ao que na mesma época occorria nos outros paizes”. Segundo o autor, este método seria apropriado apenas aos povos da antiguidade, “cujo desenvolvimento realizou isoladamente e sem grande influxo mutuo das diversas nações”. Já o *synchronico*: “refere simultaneamente os eventos de todos os povos segundo a ordem dos tempos”, o que, para Galanti, expõe melhor a vida da humanidade, contudo, “si fôr adoptado em sentido exclusivo, encontra numerosas e graves difficuldades em um livro elementar destinado ao ensino.” O último método é a combinação dos outros dois, nessa perspectiva, Galanti assinala que, sobretudo na história média, moderna e contemporânea é a ele que se deve recorrer, pois os fatos: “(...) se acham entretrecidos de tal modo que frequentes vezes não se póde explicar a historia de uma nação sem ao mesmo tempo ter em vista a de outra.”²¹⁸

Acerca das fontes históricas, são definidas pelo autor como: “todos os monumentos e documentos pelos quaes podemos conseguir o conhecimento de algum facto historico.” Para Galanti, podem ser *directas* ou *indirectas*. As primeiras: “são todos os documentos escriptos com o intuito de transmitir á posteridade os factos memoraveis”. As segundas: “são todos os monumentos ou documentos, que, examinados com o auxilio da critica, nos revelam alguma noticia acerca da vida do homem.”²¹⁹

Há ainda subsídios da História, a saber: “a geographia, a linguistica, as estatuas, as pinturas, etc., e em geral as obras de arte.”. O autor também apresenta as tradições orais como um tipo de fonte histórica, mas com ressalvas: “comtanto [sic] que reunam em si todos os caracteres exigidos pela critica.”²²⁰

Portanto, a partir dos prefácios dos compêndios selecionados, percebemos que, em dois deles, a História é enunciada como mestra da vida, a saber, nas obras de Mattoso Maia e de Raphael Galanti, enquanto na de Moreira Pinto e na tradução de Francisco Bernardino de Souza não se encontra uma definição explicitamente formulada de História. Diferentemente, Justiniano José da Rocha conceitua a História como “o conhecimento do passado da humanidade” e, para Moreira de Azevedo, ela é a “narração dos fatos”.

Em suma, é factível afirmar que não se concretizou a dissolução da *historia magistra vitae* entre os professores-autores do Brasil oitocentista. Aponto que a permanência da história mestra da vida em alguns dos compêndios pode ser entendida por diferentes razões. Em primeiro lugar, por seu uso estar profundamente ligado à retórica, a qual ocupava uma posição destacada no ensino brasileiro do século XIX. Segundo, pela convicção acerca da capacidade do conhecimento histórico ensinar através de exemplos, seja oferecendo lições morais a partir

²¹⁸ GALANTI, Raphael Maria. Noções Preliminares. *Compêndio de História Universal*. 2ª. ed. São Paulo: Typographia da Companhia Industrial, 1894, p. IV. A partir dos “métodos” de estudo e ensino, propostos por Galanti, podemos perceber uma singularidade do homem, além de inseri-lo em uma mesma ordem temporal. Segundo Turin, em meados do século XIX, argumentava-se sobre a “unidade psíquica do homem”, a qual obedecia “leis universais de desenvolvimento”, dessa maneira, devido à semelhante “natureza humana”, as sociedades estavam situadas em um “mesmo plano evolutivo”. Entretanto, em razão de alguma “misteriosa razão”, os grupos humanos estavam em distintos “estágios de desenvolvimento”. Devido a essa “coexistência”, era exequível reedificar a história da humanidade, “graças ao método comparativo”. TURIN, Rodrigo. *Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História, UFRJ, 2009, Tese de Doutorado, pp. 109 e 110.

²¹⁹ GALANTI, op. cit., p. IV.

²²⁰ GALANTI, op. cit., p. IV.

de personagens bíblicos, em um momento de primazia da História Sagrada; ou por meio de modelos patrióticos, dentro de um contexto de discussão e construção da identidade nacional. Por último, mas não menos importante, o *topos* ciceroniano orientava a atividade historiográfica do IHGB, *locus* das obras arquivadas, e instituição legitimadora da escrita da história nesse contexto.

2.2. O problema da periodização

Uma das questões recorrentes nos prefácios dos compêndios oitocentistas é a questão da periodização da História.²²¹ Como nos ensina Jacques Le Goff, “a periodização é, assim, um campo maior de investigação e de reflexão para os historiadores contemporâneos. Graças a ela se esclarece a maneira pela qual a humanidade se organiza e evolui na duração, no tempo.”²²² A partir dos marcos cronológicos empregados pelos autores podemos entender alguns aspectos teórico-metodológicos das obras, além de possíveis diretrizes políticas.

Em relação à cronologia adotada no mundo ocidental, cuja baliza referencial é o nascimento de Cristo, Krzysztof Pomian atribui a Dionísio, o Exíguo, o qual no século VI fixou esse acontecimento, a data de 25 de dezembro do ano de 753, a contar da fundação de Roma. Este sistema cronológico foi utilizado inicialmente na Itália por cronistas e analistas, já vigorava para datar documentos privados a partir do século VII, assim como, nas atas régias francesas e inglesas no século IX e, após o século X, era conhecido em toda a Europa Ocidental.²²³

Para Le Goff, a partir de Denis, o Pequeno, aqueles que viviam na cristandade, ao menos no seio da elite clerical e laica, sabiam que a humanidade tinha adentrado em uma nova era com o nascimento de Cristo e, principalmente, com a conversão do imperador romano Constantino no início do século IV. Todavia, ainda não existia uma periodização oficial do passado, somente nos séculos XIV e XV houve um anseio por isso.²²⁴

Segundo Pomian, é notório que algumas periodizações estão concatenadas a crenças ideológicas ou religiosas. São traduzidas em cronologias ou impostas pelas festas oficiais, pela propaganda e pelo ensino obrigatório, se tornam assunto de Estado ou da Igreja. Contudo, existem também as de caráter mais científico, ou puramente científico, ligadas, em

²²¹ Jacques Le Goff aponta que “período” vem do grego “*periodos*”, e significava um caminho circular. Entre os séculos XIV e XVIII, o termo tomou o sentido de “intervalo de tempo” ou “idade”. Somente no século XX, a forma derivada “periodização” foi elaborada. Cf. LE GOFF, Jacques. *A história deve ser dividida em pedaços?* São Paulo: Editora Unesp, 2015, p. 11 e 12.

²²² LE GOFF, op. cit., p. 134.

²²³ Cf. POMIAN, Krzysztof. “Periodização”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, vol. 29, 1993, p. 164. Jacques Le Goff também destaca o corte temporal introduzido por Dionísio, o Exíguo, chamado em seu livro de Denis, o Pequeno, um escritor da Scythia radicado em Roma. O historiador assinala que segundo os cálculos empreendidos posteriormente por estudiosos do Novo Testamento, Denis, o Pequeno, provavelmente, se equivocou quanto ao nascimento de Jesus, pois este nasceu quatro ou cinco anos antes da data proposta. Segundo Le Goff, o essencial é que “no Ocidente e no nível internacional reconhecido pela ONU, o tempo do mundo e da humanidade é primordialmente exposto como ‘antes’ ou ‘depois de Jesus Cristo’.” Cf. LE GOFF, op. cit., p. 19 e 20.

²²⁴ LE GOFF, Jacques. *A história deve ser dividida em pedaços?* São Paulo: Editora Unesp, 2015, p. 25.

geral, à classificação de objetos materiais, como fósseis.²²⁵ Já Le Goff nos assinala que a periodização da história nunca é um ato neutro ou ingênuo, como pode ser exemplificado pela mudança na imagem da Idade Média nas épocas moderna e contemporânea. “Por meio da periodização, expressa-se uma apreciação das sequências assim definidas, um julgamento de valor, mesmo que seja coletivo.”²²⁶

Passamos, então, para os marcos cronológicos que orientam o compêndio de Justiniano. O autor afirma que os sessenta séculos da história universal são, geralmente, divididos em três períodos. O primeiro deles é a História Antiga, iniciada nos primeiros dias da criação, que se estenderia até a divisão definitiva do império romano entre os filhos de Teodósio, em 395. O segundo é a História da Idade Média, a qual seguiria até a ruína do império romano do Oriente e a conquista de Constantinopla pelos Turcos, em 1453. O terceiro e último é a História Moderna, esta iria até a época vivida pelo autor.²²⁷

De acordo com Le Goff, somente a partir do século XVI, a historiografia dominante no Ocidente divide a História nas três idades: Antiga, Medieval e Moderna. A Antiguidade é a época anterior ao triunfo do cristianismo no mundo greco-romano, um período em que os humanistas do Renascimento buscavam modelos a serem imitados. Assim, o *antigo* designa um período cronológico e uma civilização, apresentando o prestígio do passado e auréola do Renascimento.²²⁸

Faz-se necessário ressaltar que, em 1688, o historiador luterano alemão Christoph (Keller) Cellarius (1638-1707), na obra *História universal*, segundo tomo, estabelece a primeira Idade Média como o período entre o imperador Constantino e a derrocada de Constantinopla, em 1453.²²⁹ Reinhart Koselleck ao dissertar sobre os “tempos modernos” na teoria da história e na historiografia, indica a importância da classificação introduzida por Cellarius, o qual dividiu a história universal “*in Antiquam et Medii Aevi ac Novam*” [em Antiga e da Idade Média e Nova].²³⁰

Em relação ao uso da tríade Antiguidade/Idade Média/Modernidade, Koselleck indica que ninguém a utiliza sem conectar a determinações de conteúdo que qualificam esses períodos de maneira díspar. Embora, em si, a divisão triádica já desempenha em certa medida um grande grau de abstração, além de ser caracterizada pela profundidade temporal, ela pode ser datada e entendida de modos diferentes. É o que pode ser percebido a partir das diversas tentativas de organização no decorrer de muitos séculos.²³¹

Justiniano considera defeituosa a divisão triádica, e apresenta duas razões. Primeiramente, aponta para a necessidade de subdividir a história moderna, pois o período

²²⁵ Cf. POMIAN, Krzysztof. “Periodização”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, vol. 29, 1993, p. 166.

²²⁶ LE GOFF, op. cit., p. 29.

²²⁷ Cf. ROCHA, Justiniano José da. Considerações Preliminares. *Compendio de Historia Universal*. Tomo I: Historia Antiga. Typologia do Regenerador, Rio de Janeiro, 1860, p. IV.

²²⁸ Cf. LE GOFF, Jacques. Antigo/Moderno. In: História e Memória. 5ª Ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003, p. 174-178.

²²⁹ LE GOFF, Jacques. *A história deve ser dividida em pedaços?* São Paulo: Editora Unesp, 2015, p. 27.

²³⁰ Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC - Rio, 2006, p. 271. Koselleck assinala que essa divisão em três grandes compartimentos (história antiga, história média e história moderna) foi duramente criticada por Ranke, em suas lições sobre a história universal, para ele, não há razão de ser e nenhuma vantagem neste método. Cf. *Ibidem*, p. 271.

²³¹ Cf. KOSELLECK, op. cit., p. 270.

estaria muito amplo, “complicado de tantos factos”, “dominado por tantas tendencias”. Também alude sobre a ascensão do “barbaro superlativo de modernissima” que designaria a história dos acontecimentos posteriores a 1813, e ainda indaga: “(...) barbaros superlativos terão que inventar os nossos netos se quiserem seguir a divisão historica que nós herdámos, e que lhes transmittiremos?”²³²

Em segundo lugar, Justiniano argumenta sobre a dificuldade de dividir os períodos, e exemplifica com a invasão dos *bárbaros*, marco inicial da Idade Média, de grande duração, não sendo possível fixar-se uma data: “já nos dias florescentes de Augusto, Virgílio aponta entre as preocupações que tiram o somno aos Romanos”.²³³

Caso tivesse por objetivo escrever uma história universal completa, e não um resumo, ao invés da divisão cronológica acima, Justiniano propunha a seguinte:

1. Período pagão, estendendo-se dos tempos primitivos até o triumpho do christianismo, e apparecimento do — *In hoc signo vinces* — na bandeira dada a Constantino.
2. Período christão, que iria de Constantino a Luthero, do triumpho da fé até a insurreição da razão e da liberdade contra a authority religiosa.
3. Período philosophico, envolvendo no movimento religioso o movimento político, e indo terminar-se na revolução dos Estados Unidos e da França.
4. Período industrial, desenvolvendo-se com o triumpho da liberdade religiosa, política e civil, nas diversas expansões que hoje nos maravillham.²³⁴

Deste modo, vemos que a periodização de Justiniano está impregnada de referências religiosas, especialmente da história do cristianismo. É justamente na crença no tempo histórico linear, iniciado na Criação até chegar ao Juízo Final, que se alicerçam as duas periodizações mais presentes entre os autores ocidentais, as quais, segundo Pomian, coexistiram durante mais de mil anos, a teoria das quatro monarquias e a introduzida por Santo Agostinho.²³⁵

A teoria das quatro monarquias tem origem no livro bíblico de Daniel, conforme nos ensina Pomian, este livro “funciona, pois, ao mesmo tempo como uma profecia e como uma periodização da história.” Daniel inspirado pela revelação divina interpretou um sonho de Nabucodonosor, no qual existiriam quatro reinos até chegar a um quinto que subsistirá para sempre. Sendo que o primeiro reino seria contemporâneo a Daniel e teria Nabucodonosor como soberano. Afirma Pomian que, para São Jerônimo (347-420), “sabendo em que monarquia se vive e em que momento da sua história, se compreende os acontecimentos e se conhece o futuro.” O comentário de São Jerônimo ao livro de Daniel inspirou exegetas e historiadores de muitos séculos, no qual “O quarto reino, que se refere claramente ao dos Romanos, é de ferro, e tudo esmaga e tritura.” E o quinto reino “é o Senhor, nosso Salvador”.²³⁶

Christian Meier, ao dissertar sobre o conceito e as concepções de História na Antiguidade, afirma que, no início do século II a. C., circulava em Roma a doutrina dos

²³² ROCHA, Justiniano José da. Considerações Preliminares. *Compendio de Historia Universal*. Tomo I: Historia Antiga. Typologia do Regenerador, Rio de Janeiro, 1860, p. V.

²³³ ROCHA, op. cit., p. V.

²³⁴ ROCHA, op. cit., p. V.

²³⁵ Cf. POMIAN, Krzysztof. “Periodização”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, vol. 29, 1993, 169.

²³⁶ Cf. POMIAN, Krzysztof. “Periodização”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, vol. 29, 1993, pp. 167-169.

quatro reinos, mais conhecida pelo livro de Daniel. Contudo, ela parece ter sido desenvolvida entre os persas, durante a dominação grega, em sequência ao esquema dos três reinos, dentro do qual o grego Ctésias, no começo do século IV a. C., em *Persiká*, havia escrito a História assíria, médica e persa. Em sua forma original, persa e judaica, a teoria das quatro monarquias especulava acerca do declínio do último reinado. A partir do século II, a doutrina foi alterada e Roma passa a constituir o quarto reino, a fase final da História guiada por Deus, que perduraria até o surgimento do Anti-Cristo.²³⁷

O outro modelo judaico-cristão de periodização é o agostiniano, o qual, segundo Pomian, dividia a história terrena da humanidade em seis épocas, em que cada uma estava correlacionada a um dia da Criação e a uma idade na vida do indivíduo; até chegar a libertação da condição carnal e a entrada num domingo eterno.²³⁸

De acordo com Le Goff, Daniel e Agostinho elaboram a divisão dos tempos inspirados pelos ciclos da natureza e com significações simbólicas. Assim, os quatro reinos de Daniel correspondem às quatro estações, já os seis períodos agostinianos referem-se, como já foi dito acima, aos seis dias da Criação e às seis idades da vida. E acrescenta: “Na concepção do tempo passado longínquo, os períodos não podem ser sequências neutras. Eles exprimem diversos sentimentos em relação ao tempo e a isso que se chamará, numa longa elaboração plurissecular, a ‘história’.”²³⁹ O historiador salienta que as periodizações de Daniel e de Santo Agostinho perduraram globalmente até o século XVIII.²⁴⁰

Pode-se assinalar que os compêndios analisados apresentam diversas cronologias pautadas nos livros bíblicos, e do mesmo modo que os dois modelos sacros de periodizações, as obras dos professores-autores têm como apanágio o critério cristocêntrico, a perspectiva linear do tempo e a crença de que a História Universal é guiada por Deus.

Destacaremos agora o *Compendio de Historia Antiga*, cujo autor é Manuel Duarte Moreira de Azevedo. De início, pode-se afirmar que os marcos temporais utilizados por Azevedo não são destoantes dos de Justiniano. Ele também usa a tripartição História Antiga/Média/Moderna para dividir a *História Universal*.

Sua obra se destina à apresentação apenas da *História Antiga*, a qual é subdividida em tempos primitivos; tempos mitológicos ou fabulosos; e tempos históricos. Os primitivos são “aquelles que comprehendem a narração dos acontecimentos antes do dilúvio”. Os tempos mitológicos ou fabulosos “compreendem factos obscuros, incertos, envolvidos ou desfigurados pela fabula, como são a fundação dos primeiros impérios, a fundação das primeiras cidades da Grecia, a guerra de Troya e outros factos.” Já os tempos históricos

²³⁷ Cf. MEIER, Christian. Antiquidade. In: KOSELLECK, Reinhart. *O conceito de História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 58 a 61.

²³⁸ Cf. POMIAN, op. cit., p. 169. A primeira idade vai de Adão a Noé (primeira infância). A segunda, de Noé a Abraão (infância). A terceira estende-se de Abraão a David (adolescência). A quarta, de David ao cativo babilônico (juventude). A quinta idade, compreendida entre o cativo babilônico e o nascimento de Cristo (maturidade). Finalmente, a sexta idade, iniciada com o nascimento de Cristo, durará até ao fim dos tempos, isto é, até a vinda do Senhor e do domingo. Cf. POMIAN, op. cit., p. 169.

²³⁹ LE GOFF, Jacques. *A história deve ser dividida em pedaços?* São Paulo: Editora Unesp, 2015, p. 17 e 18. Le Goff ressalta que escritores medievais influentes relançaram a teoria agostiniana, tais como Isidoro de Sevilha (cerca de 570-636) e sua *Chronica Majora*; o anglo-saxão Beda, o Venerável (673-735), grande teólogo do tempo, principalmente em seu *De temporum ratione*; além do franciscano Vincent de Beauvois (em torno de 1260), o qual dedicou ao rei Luís IX uma tripla enciclopédia, na qual em seu terceiro volume, *Speculum historiale*, emprega a periodização agostiniana. Ibidem, p. 20 e 21.

²⁴⁰ Ibidem, p. 20 e 23.

apresentam “factos certos, claros e verificados como são os acontecimentos ocorridos desde a fundação de Roma até a queda do imperio romano do Ocidente.”²⁴¹

É a destruição do império romano ocidental que encerra a História Antiga. Azevedo apresenta o ano de 476 d. C. para o seu término. Diferentemente, no entendimento de Justiniano, é a divisão definitiva entre os filhos do imperador Teodósio, em 395, o marco para o fim da História Antiga.²⁴²

Já o desfecho para a história medieval tem a tomada de Constantinopla pelos Turcos, em 1453, como evento delimitador.²⁴³ Após esse acontecimento, irrompe a história moderna, a qual perduraria “até os nossos dias”. Porém, Azevedo menciona que “alguns historiadores admitem uma subdivisão na historia moderna, denominando historia contemporanea que começa na revolução franceza em 1789 até hoje.”²⁴⁴

Investiga-se agora o compêndio de Victor Duruy. É importante lembrar que a tradução do padre Francisco Bernardino de Souza, de 1865, não possui prefácio, espaço este onde são debatidas as divisões cronológicas. Contudo, a partir do índice da obra é possível subentender alguns pontos. Seu primeiro capítulo se refere às tradições bíblicas sobre os primeiros homens; as raças humanas; e os limites do mundo conhecido pelos antigos e é intitulado como “Tempos primitivos”, da mesma forma que Moreira de Azevedo, o qual aponta o início da Antiguidade sob esta denominação, além de ter o mesmo título do primeiro capítulo do compêndio de Justiniano.

Para o encerramento dos tempos antigos, não é diferente, é o triunfo do cristianismo com Constantino; a partilha do império romano entre os filhos de Teodósio e a queda do império do Ocidente a que se destina o último capítulo, ou seja, os mesmos marcos temporais utilizados pelos outros autores. Entretanto, devido à origem francesa do livro, o último capítulo também se dedica à organização e administração da Gália durante toda a duração do império romano.

Passamos a analisar as divisões elaboradas por Alfredo Moreira Pinto em seu livro *Noções de Historia Universal*. Neste caso não em um prefácio, mas em sua Introdução. Diferentemente dos autores anteriores, Moreira Pinto não estabelece o recorte em História

²⁴¹ AZEVEDO, Moreira de. Ideias Preliminares. *Compêndio de História Antiga*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1864, s/p.

²⁴² Para Jacques Le Goff, a passagem da “Antiguidade” para a “Idade Média” foi atribuída desde a conversão do imperador Constantino ao cristianismo (Édito de Milão, em 313) até a remissão ao imperador de Bizâncio das insígnias imperiais ocidentais, em 476. Contudo, ele enfatiza que a transformação de uma época a outra foi demorada, gradual e cheia de sobreposições. Dessa maneira, propõe que não é possível fixar uma data de ruptura clara entre ambas. Sendo que a abordagem dominante atualmente é a da mutação no intervalo dos séculos III ao VII e, a partir do modelo da historiografia alemã, a qual define o termo *Spätantike* para o período alcunhado de “Antiguidade tardia”. Cf. LE GOFF, Jacques. *A história deve ser dividida em pedaços?* São Paulo: Editora Unesp, 2015, p. 31.

²⁴³ Conforme nos ensina Pomian, Voltaire confere um significado novo à data de 1453, herdada de uma tradição muito antiga.²⁴³ Tal delimitação foi encontrada anteriormente em Sleidan, decerto não o primeiro a servir-se dela numa periodização e localizada também mais tarde em Michelet, segundo o qual a história da Idade Média termina com a última invasão dos Bárbaros, isto é, dos Turcos. Ou ainda em Burckhardt, o qual não se refere à conquista de Constantinopla, mas situa o início da época moderna, em 1450. Assim, “os manuais escolares mantiveram-se fiéis a esta data quase até aos nossos dias.” Cf. POMIAN, Krzysztof. “Periodização”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, vol. 29, 1993, p. 184.

²⁴⁴ Cf. AZEVEDO, Moreira de. Ideias Preliminares. *Compêndio de História Antiga*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1864, s/p.

Antiga/Medieval/Moderna, mas sim *Periodo Prehistorico; Povos Primitivos; e Origem da Industria Humana*.

A indústria humana é caracterizada por três lentos e sucessivos estados: *idade da pedra, idade de bronze e idade do ferro*. “Cada uma dessas épocas é designada pela materia principal de que então o homem utilisava-se.”²⁴⁵ Moreira Pinto ainda subdivide a idade da pedra em: paleolítica (pedra lascada) e neolítica (pedra polida). Divisões as quais estamos ambientados atualmente e que, pela primeira vez, aparecem nos compêndios estudados.

Em seguida, apresentam-se os marcos cronológicos da obra *Lições de Historia Universal*, de Luís de Queirós Mattoso Maia. De início, ele assevera: “Sendo a Historia Geral, ou Universal, os fastos da humanidade inteira, divide-se em *Antiga, Idade Média e Moderna*.” Quanto à História Antiga, Maia apresenta os mesmos recortes temporais, ou seja, principiando com a criação do mundo e, para o seu término, ao invés de optar entre as datas de 395 e 476, propõe as duas. Para o encerramento da Idade Média, além da amplamente citada data da tomada de Constantinopla por Mahomet II, em 1453, aponta também o descobrimento da América, em 1492.

Conforme afirma Koselleck, o conceito de Idade Média tornou-se abrangente no século XVIII, comumente em sentido pejorativo, e transformou-se, no século oitocentista, em um *topos* fixo da periodização histórica.²⁴⁶ No século XVIII, o “novo tempo” foi inserido como conceito de periodização, em contraste com a Idade Média. Ao mesmo tempo, tornou-se natural, como em Cellarius, conceber o tempo por volta de 1500 como o limiar de uma época. O historiador cita Johann Christoph Gatterer (1727-1799), organizador de uma história universal em quatro eras, para o qual era inegável que a última época englobaria o novo tempo da descoberta da América, em 1492, até os dias vividos pelo autor. Assim, Koselleck afirma que no século setecentista vigorou a consciência de que há três séculos se experimentava um novo tempo, e que se distinguia dos anteriores como um novo período.²⁴⁷

De acordo com Mattoso Maia, a Idade Moderna tem como baliza o fim do reinado de Napoleão Bonaparte, ou o Congresso de Viena, em 1815, em que começaria uma quarta subdivisão, a qual não é citada acima, a História Contemporânea.²⁴⁸ Para Bittencourt, o fato político desencadeador de mudanças que originavam um novo período gerava discordâncias entre os autores. Os monarquistas optavam pela queda de Napoleão e o restabelecimento da ordem monárquica liberal. Enquanto os republicanos escolhiam a Revolução Francesa. A historiadora ilustra que, em 1900, dentro do período republicano brasileiro, Max Fleiuss dedicou a Affonso Celso e Antônio Nogueira, célebres monarquistas da época, sua obra *Elementos de História Contemporânea*, a qual apresenta como primeiro capítulo a Santa Aliança, com o subtítulo “a Restauração Monárquica”.²⁴⁹

No entendimento de Mattoso Maia, há certo acordo sobre as épocas em que terminam as grandes divisões da História, contudo, para ele, o ponto de partida da História Antiga gera

²⁴⁵ Cf. PINTO, Alfredo Moreira. Introdução. *Noções de Historia Universal*. Rio de Janeiro: Livraria Nicolau Alves, 1886, p. 2.

²⁴⁶ Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC - Rio, 2006, p. 271.

²⁴⁷ KOSELLECK, op. cit., p. 280.

²⁴⁸ MAIA, Luís de Queirós Mattoso. Prolegômenos. *Lições de História Universal*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887, p. II.

²⁴⁹ Cf. BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e saber escolar (1810-1910)*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 126.

uma grande confusão. E pergunta: “Quando começa o período prehistorico da humanidade? Qual foi a data do aparecimento do homem sobre a terra?”²⁵⁰ Na sequência, Maia aponta a diversidade de opiniões a respeito, apresentando argumentos do que ele chama de “sciencia moderna” e da Bíblia.

Em falta de uma chronologia absoluta appellamos para uma chronologia relativa, socorrendo-nos da geologia e da paleontologia. Em sua sublime simplicidade a Biblia marca o aparecimento do homem no 6º dia da Creação: a sciencia moderna diz que o homem remonta com certeza ao principio do periodo quaternário, e *provavelmente* ao fim do período terciario. Com a simples observação de serem os 6 dias bíblicos épocas longas e indeterminadas, e não períodos de 24 horas cada um, desaparecerá o antagonismo dos sabios hodiernos e Moysés, nos seus immortaes escriptos.²⁵¹

Para o autor, não há antagonismo entre a criação do mundo, segundo a narração bíblica, e as descobertas da paleontologia e da geologia, pois o mesmo interpreta os seis dias da criação, conforme o Gênesis, como épocas longas e indeterminadas.

Voltamos agora para a periodização de Mattoso Maia, o único dos autores dos compêndios analisados que traz à baila uma datação para os períodos geológicos. Ele alude:

Diz a geologia que a terra na sua evolução tem atravessado 5 grandes épocas ou periodos, primordial, *primario*, *secundario*, *terciario*, *quaternario* e achase no 6º *periodo*, *actual* ou *contemporaneo*. Dá-se ao período quaternario a duração de 222.000 annos, subdividindo-o em 4: - *Acheuleano* ou *preglacial*, 78.000 annos, Mousterial ou glacial, 100.000 annos, Solutreano, 11.000 annos, e Magdaleneano, 33.000 annos. O homem tendo apparecido no principio dos tempos quaternários, terá 222.000 annos, mais os 6.000 annos historicos dos monumentos egypticos, e uns 10.000 annos provavelmente decorridos entre os tempos geologicos e o que sabemos da civilização egyptica: total 230 a 240.000 annos.²⁵²

É interessante notar que, no quesito antiguidade, a civilização egípcia é a única citada. Apesar das subdivisões bem delimitadas, Maia reconhece a dificuldade nesses cálculos.²⁵³ Contudo, alega que é incontestável a durabilidade dos períodos, além de aferir, a partir de estudos de sábios ingleses, não explicitados por ele, que foram necessários 1.018 milhões de anos para que as águas se tornassem habitáveis.²⁵⁴

Destarte, Maia assinala que esse número elevado de anos pode causar espanto no homem, “acostumado a medir a duração dos tempos pelos limitados horisontes da sua curta existencia”. Porém, ele afirma a imensidade da criação, além de que foi necessário “um

²⁵⁰ MAIA, Luís de Queirós Mattoso. Prolegômenos. *Lições de História Universal*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887, p. II.

²⁵¹ MAIA, op. cit., p. III.

²⁵² MAIA, Luís de Queirós Mattoso. Prolegômenos. *Lições de História Universal*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887, p. III.

²⁵³ “Não pôde haver certeza em semelhante calculo, por que a transformação da chronologia relativa em absoluta falha muitas vezes, para não dizer quasi sempre. A formação delta de alguns rios, a marcha das dunas do Golfo de Gasconha, a excavação da cataracta do Niagara, etc. têm sido calculadas de modo diverso por homens de muita erudição, e a duração do período quaternário pôde ser sujeita a apreciações que lhe mudem o numero de annos de percurso. Ainda mais um exemplo para mostrar a fallibilidade desses calculos.” MAIA, op. cit., p. III.

²⁵⁴ MAIA, op. cit., p. IV.

numero incalculável de annos para que se realisassem os phenomenos indelevelmente estampados no nosso globo.” Esse número avultado jamais contradiz a Bíblia, a qual “não marca data para a época inicial da criação do mundo nem para a criação do homem, nem para o tempo que se estende desde a criação ao Diluvio á Vocaçào de Abrahão.”²⁵⁵ Como podemos perceber, em nenhum dos livros estudados as descobertas geológicas representam uma contradição com as Escrituras bíblicas.

Por fim, Mattoso Maia expõe as mesmas categorias históricas “para methodisar o estudo dessa antiguidade remotíssima” de Moreira Pinto, como Idade da pedra, do bronze e do ferro e período paleolítico e neolítico. Maia ainda disserta acerca das repartições do período paleolítico e neolítico, sobre as descobertas de utensílios dessas épocas, também fala a respeito do desaparecimento de alguns animais como o “mammoth, grande urso, e o grande veado”.²⁵⁶

Resta-nos analisar as cronologias empreendidas pelo padre Raphael Galanti, em suas *Noções Preliminares do Compendio de Historia Universal*, publicado em 1894. De acordo com ele:

Scientificamente fallando a *Historia Universal* divide-se em *Antiga e Moderna*. A Antiga abrange os seculos anteriores ao Christianismo, a Moderna, os séculos christãos; pois, segundo a bella idéa de S. Agostinho, tudo quanto a seguiu e ha de segui-la até o fim do mundo é consequencia da mesma. Damos, todavia, esta outra divisào não tanto por ser a mais commum, quanto por ser a mais apropriada ao ensino.²⁵⁷

Logo de início, o padre recorre a Santo Agostinho para explicar a importância do cristianismo dentro da História Universal, recortada em Antiga e Moderna. Entretanto, ele aponta que utilizará uma divisão *mais apropriada ao ensino*, a qual se trata da tradicional separação em Antiga; Média; Moderna e, nesta obra, acrescida a História Contemporânea. Seus marcos temporais são os dominantes na historiografia oitocentista, para o fim da Antiguidade, 395, da Idade Média, 1453, e para o encerramento da História Moderna, o Congresso de Viena, em 1815, em que se iniciaria a História Contemporânea que “chega até nossos dias”.²⁵⁸

²⁵⁵ MAIA, op. cit., p. IV.

²⁵⁶ Cf. MAIA, Luís de Queirós Mattoso. Prolegômenos. *Lições de História Universal*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887, p. V-VII.

²⁵⁷ GALANTI, Raphael Maria. *Noções Preliminares. Compendio de História Universal*. 2ª. ed. São Paulo: Typographia da Companhia Industrial, 1894, p. I.

²⁵⁸ GALANTI, op. cit., p. I e II. Acerca da introdução da expressão história contemporânea [neueste *Geschichte*], no contexto da língua alemã, Koselleck alude que Johann Georg Büsch (1728-1800), no ano de 1775, ou seja, antes mesmo da Revolução Francesa, organizou a história em antiga, média e “nova, até os nossos tempos, em cujo período ainda pode distinguir a história contemporânea, compreendendo o tempo da última geração, ou deste século”. Koselleck afirma que as imposições do Iluminismo tardio e os eventos da Revolução Francesa agregaram novas experiências, as quais outorgaram ao termo “tempo contemporâneo” uma força social e política. Desse modo, a expressão foi aceita sem mais delongas, o que não aconteceu com a do “tempo moderno” [neureZeit]. Koselleck nos fala que o “tempo contemporâneo” designou rapidamente o limiar de uma nova época, a qual conforme a consciência dos participantes foi encetada antes de tudo com a Revolução Francesa. O que foi malogrado com o conceito do “novo tempo” [neueZeit] alcançou-se com o “tempo contemporâneo” [neuesteZeit]: gerar um conceito de época que inaugurava um novo período, não exercendo somente o registro de uma visão retrospectiva. Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC - Rio, 2006, p. 280-282.

O ineditismo na obra de Raphael Galanti em relação às anteriores abordadas são as suas subdivisões, nas quais podemos perceber a grande influência da religião cristã na narrativa do padre. Ele aborda que a História Média, Moderna e Contemporânea subdivide-se em *Ecclesiastica* e *Profana* ou *Civil*. A primeira se ocupa “*principalmente* dos acontecimentos religiosos”; e a segunda, “dos eventos civis e políticos do mundo”. O autor observa que, apesar de distintas, a História Eclesiástica e a Profana “são entre si tao intimamente unidas que não se podem separar na exposição”.²⁵⁹

Dentro da História Antiga, ainda se tem a repartição em *Sagrada e Profana*, respectivamente, a primeira “narra os factos relativos ao Povo de Deus”, a segunda, “os que pertencem aos Gentios”. Ademais, para Galanti, a História Profana Antiga com os diferentes graus de certeza que possui, separa-se em tempos alegóricos ou incertos; fabulosos ou heroicos; e históricos. Nos primeiros: “os factos relatados não passam de uma verosimilhança ou allegoria. Chegam mais ou menos até 1800 antes da era vulgar ou christan.” Já nos tempos fabulosos: “predomina a fabula a respeito de heróes imaginarios, que nunca existiram, embora se contem delles numerosas façanhas. Terminam pelos fins do sec. IX antes da era christan”. Por último, os tempos históricos são aqueles: “cujos factos podemos provar com monumentos, documentos, etc. e por isso são certos.”²⁶⁰

Ao tratar da História Sagrada, Galanti afirma que esta não pode ser dividida como a História Profana, “por ser de fé o que ahi se narra, e porque, mesmo considerando a Escripura Sagrada simplesmente como um livro qualquer de historia, prova-se cabalmente a sua autoridade.” Ou seja, não há dúvidas nem incertezas na História Sagrada, devido à autoridade estabelecida pela Bíblia.

Podemos concluir que as periodizações podem estar concatenadas a referências religiosas (como foi ilustrado com a grande presença de conteúdos bíblicos). Os marcos cronológicos são variáveis conforme as escolhas narrativas dos autores dos compêndios, pois seguem diferentes modelos e balizas de periodização da história ocidental que circulavam na historiografia naquele contexto, e, por meio delas, é possível compreender um pouco das concepções históricas das obras. Estas seguem a divisão do tempo dominante na historiografia ocidental, referenciada, sobretudo, pelo sistema cronológico da Era cristã, estabelecido por Dionísio, o Exíguo, além de se inspirarem nos dois modelos judaico-cristãos, a teoria das quatro monarquias do profeta Daniel e as seis épocas de Santo Agostinho.

Ensinando a divisão triádica de História Antiga, Medieval e Moderna, difundida por Cellarius, e posteriormente, acrescida do Mundo Contemporâneo, as obras apresentam cronologias em que temas como o fim do império romano ocidental e oriental, a Revolução Francesa e o Congresso de Viena são apontados como eventos que delimitam a história da humanidade. Vale ressaltar que esses marcos temporais são fruto de interpretações, além de que a própria fragmentação da história em grandes eras foi alvo de intenso debate ao longo dos séculos.

²⁵⁹ GALANTI, Raphael Maria. Noções Preliminares. *Compêndio de História Universal*. 2ª. ed. São Paulo: Typographia da Companhia Industrial, 1894, p. II.

²⁶⁰ GALANTI, Raphael Maria. Noções Preliminares. *Compêndio de História Universal*. 2ª. ed. São Paulo: Typographia da Companhia Industrial, 1894, p. II.

2.3. Quais civilizações ensinar?

É notório que os livros de História Universal selecionam algumas civilizações para apresentar suas realizações. Dentre os diversos povos que compõem a Antiguidade, quais os autores oitocentistas consideravam que tinham lições importantes para serem ensinadas por meio de seus compêndios? Além dessa triagem temática, como eram distribuídos os conteúdos ao longo desses manuais didáticos? Tais questões guiam esta parte da dissertação.

Após levantamento dos assuntos tratados pelos seis compêndios selecionados no IHGB, foram elaboradas quatro categorias de conteúdos, a saber: História Sagrada; Antiguidade Africana e Asiática; História Grega e História Romana. A partir da tabela abaixo podemos cotejar a divisão temática empreendida por cada autor em relação ao mundo antigo.²⁶¹

Tabela 1: Conteúdos de História Antiga nos compêndios

Compêndios →	Rocha (1860)	Azevedo (1864)	Souza (1865)	Pinto (1886)	Maia (1887)	Galanti (1894)
Conteúdos ↓						
História Sagrada	10,9%	10,1%	8,5%	–	10,2%	9,6%
Antiguidade Africana e Asiática	11,4%	8,6%	7,5%	18,8%	24,2%	21,1%
História Grega	30,6%	25,9%	20,7%	35,4%	26,3%	27%
História Romana	47,1%	55,4%	63,3%	45,8%	39,3%	42,3%

Estudando os compêndios oitocentistas, os capítulos iniciais são os que mais chamam a atenção, pois a maioria das obras apresenta a História Sagrada, um tipo de resumo da história dos hebreus em que, comumente, os tópicos versam sobre temas como a criação do mundo; a torre de Babel; a saída do Egito; a história dos patriarcas, sobretudo, Moisés; a vida de reis, como Saul, Davi e Salomão; os reinos de Israel e Judá. Esta seria uma parte da História Universal privilegiada e com sua veracidade inquestionável para os autores do século XIX, pois ela tem como fonte o livro sagrado da Bíblia.

Com exceção do livro de Moreira Pinto, no qual a História Sagrada é inexistente, esta categoria ocupa em média quase dez por cento das obras (9,86 %). Isso sem levar em

²⁶¹ Foi atribuído cem por cento à quantidade de páginas textuais que cada compêndio destinou à História Antiga. Logo após, foi verificado o número de páginas ocupadas por cada um dos capítulos, os quais foram agrupados nas quatro categorias.

consideração as diversas lições bíblicas nas introduções e ao longo dos compêndios. Pode-se afirmar que esta é parte da História Antiga que mais sofreu modificações, perceptível através de uma rápida comparação com os livros didáticos dos séculos XX e XXI, mais afinados a uma escrita laica.

Acerca da Antiguidade africana e asiática, primeiramente, faz-se necessário elucidar quais civilizações compõem esta categoria de arcabouço geocronológico tão vasto. Em geral, são estudados os egípcios, babilônicos, persas e fenícios. Dentre eles, é dado maior destaque aos egípcios que, em média, são abordados por quase cinco por cento (4,85%) do conjunto de temas dos compêndios, sendo que na obra de Mattoso Maia, a civilização egípcia preenche 9,8%.

Todavia, algumas obras possuem particularidades. Assim, Moreira Pinto emprega um capítulo no estudo do que ele chama de *Estados secundários da Ásia*, no caso a Síria e a Fenícia. Raphael Galanti trata a Fenícia, em um capítulo juntamente com Cartago, colônia fenícia salientada pelos autores devido às guerras com a república romana. Já no compêndio de Mattoso Maia, a Fenícia é estudada no oitavo capítulo, ao lado dos “Aryas e Hindús” [sic], e no décimo capítulo o tema é a China. Este é o único livro em que estas civilizações são estudadas.

De maneira geral, a Antiguidade africana e asiática ocupa 15,27% das obras. Entretanto, se levarmos em consideração apenas os compêndios publicados na década de 1860, esta média cai para menos de dez por cento (9,17%). Já nos três manuais divulgados duas décadas mais tarde, há um aumento percentual (21,37%), mais do que o dobro das obras anteriores, embora ainda pequeno em relação ao total dos assuntos averiguados.

Portanto, podemos estabelecer duas conclusões. Em primeiro lugar, poucos são os povos africanos e asiáticos estudados nos compêndios oitocentistas, em sua maioria, os autores não expandem a abordagem além do Egito, da Mesopotâmia e da Fenícia. Em segundo lugar, apesar dos autores proporem lecionar sobre a História Antiga de toda a História Universal, os conteúdos da Antiguidade africana e asiática recebem um espaço bastante limitado.

Em contrapartida, a terceira categoria que versa sobre a Grécia Antiga é evidenciada por todos os autores, principalmente, por seu desenvolvimento artístico e literário. A narrativa nos compêndios perpassa desde a formação da Grécia, seus *tempos primitivos e heroicos*, suas colônias, até a anexação romana. Dentre as diversas cidades-Estado que formam o mundo helênico, somente duas são enfatizadas, Atenas e Esparta, e brevemente alude-se sobre Tebas.

De grande destaque, a história helênica abarca em média mais de um quarto das obras (27,65%), chegando a mais de um terço (35,4%) com Moreira Pinto. Este autor ainda apresenta ao final de seu compêndio um apêndice com nove páginas sobre o “Século de Péricles”, no qual discorre sobre notáveis artistas, oradores e escritores gregos antigos, o que realça a ênfase à Grécia.²⁶² É possível afirmar que os compêndios de Raphael Galanti e de

²⁶² São eles: Péricles, Demóstenes, Ésquines, Lísias, Sócrates, Platão, Aristóteles, Tucídides, Xenofonte, Hipócrates, Píndaro, Ésquilo, Sófocles, Aristófanes, Fídias, Praxiteles, Policeto, Calímaco, Zeuxis e Apeles. Cf. PINTO, Alfredo Moreira. *Noções de Historia Universal*. Rio de Janeiro: Livraria Nicolau Alves, 1886, p. 369-377.

Moreira Pinto dão menor destaque aos temas do chamado “período helenístico” da história grega.²⁶³

A última categoria, a da História Romana, claramente é a parte da História Antiga mais privilegiada pelos autores, a qual abrange em média quase metade dos manuais didáticos pesquisados (48,87%). Na obra de Bernardino de Souza, o realce é ainda maior, quase dois terços (63,3%).

Grosso modo, a História Romana nos compêndios oitocentistas narra a fundação de Roma; os primeiros reis; a República, com a divisão entre patrícios e plebeus, senadores, cônsules e tribunos da plebe; as guerras, em especial, as guerras púnicas; os triunviratos; os imperadores; até a invasão dos “bárbaros” e a queda do império romano do Ocidente.

Contudo, alguns livros apresentam especificidades. Apontarei três delas. Em primeiro lugar, a obra de Moreira de Azevedo é a única a atribuir um capítulo para o Império Bizantino, no caso o último, intitulado de “Império Bizantino até Zenon”, nos demais a análise se restringe à parte ocidental do império romano. Segundo, a tradução do compêndio do francês Victor Duruy, feita por Bernardino de Souza, além de dedicar-se no último capítulo ao fim do império romano do Ocidente, disserta sobre a “Organização e administração da Gália durante toda a duração do império romano”. Por último, assinalo que o livro de Moreira Pinto, excepcionalmente, não contém dentro da História Romana nenhum capítulo intitulado com temáticas sobre a religião cristã, tais como “Nascimento e progressos da religião”, “Triunfo do cristianismo”, “História do cristianismo até o fim do século IV”. Não por acaso, é a obra que, de maneira singular, não principia a História Antiga com conteúdos bíblicos.

Dentre os seis exemplares analisados, três deles não versam apenas sobre a História Antiga, a qual em relação ao conjunto de temas da História Universal, sem dúvida, possui bastante relevância, é o que nos mostra o quadro abaixo.²⁶⁴

²⁶³ Segundo Finley, o período helenístico compreende: “desde a época de Alexandre Magno até a conquista romana do Mediterrâneo oriental: séculos durante os quais a civilização grega se expandiu para leste, para novos centros como Alexandria e Antioquia, a partir de onde uma aristocracia greco-macedônica governava vastos territórios do Próximo-Oriente (como a Síria e o Egito), sob monarcas absolutos. FINLEY, Moses. *Os Gregos Antigos*. Lisboa: Edições 70, 1963, p. 26. De acordo com Hartog, deve-se a Droysen a delimitação do terceiro período da história grega (depois da morte de Alexandre) de *Hellenismus*. Cf. HARTOG, François. *Memória de Ulisses: narrativa sobre a fronteira na Grécia antiga*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 178.

²⁶⁴ Foi atribuído cem por cento ao número de páginas textuais de cada compêndio. Em seguida, foi apurada a quantidade de páginas referentes aos conteúdos de História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea.

Tabela 2: Distribuição temática nos compêndios

Compêndios →	Souza (1865)	Pinto (1886)	Galanti (1894)
Conteúdos ↓			
História Antiga	43,12%	26,30%	26,96%
História Medieval	25,23%	23,28%	26,44%
História Moderna	31,65%	43,84%	24,34%
História Contemporânea	–	6,58%	22,25%

No compêndio traduzido por Francisco Bernardino de Souza a História Antiga é a que ocupa o maior espaço, com 43,12%. Já Alfredo Moreira Pinto apresenta a Antiguidade em mais de um quarto de sua obra (26,30%), somente a História Moderna é mais destacada. Enquanto Raphael Maria Galanti confere aos tempos antigos 26,96%, aproximadamente o mesmo espaço que as outras partes da História Universal. Portanto, é notório que os manuais oitocentistas atribuíam a Antiguidade uma grande importância nas lições de história, além disso, é perceptível que os compêndios da década de 1880 diminuem os conteúdos de História Antiga e conferem maior destaque a História Moderna e Contemporânea.

Em suma, acerca da seleção dos conteúdos fica notório que a perspectiva de civilização europeia orienta as obras estudadas. Minha assertiva prolonga-se em três pontos. Primeiramente, a colossal ênfase na História Grega e Romana, a qual ocupa em média 76,5% dos livros, com expressividade ainda maior nas obras de Moreira de Azevedo, Bernardino de Souza e Moreira Pinto, pois em todas essas mais de 80% do conteúdo corresponde aos helênicos e romanos, aos quais se atribuíam uma linha civilizatória ocidental. Em segundo lugar, o contraste com toda a Antiguidade africana e asiática, com somente 15,27% em média, além de apresentar espaço reduzido, restringe em grande medida seus objetos de estudo aos povos limítrofes ao mundo europeu, ou seja, as civilizações destacadas são aquelas que mantiveram contatos mercantis e militares com a Europa. Por último, mas não menos importante, nenhum capítulo se refere aos povos ameríndios, ou seja, dentre as civilizações antigas que deveriam ser ensinadas pelos professores-autores do Brasil oitocentista, não havia espaço para as civilizações americanas.

Ainda nessa linha de raciocínio, o aspecto civilizatório também alicerça os marcos temporais apresentados nos compêndios, pois percebe-se que os eventos delimitadores para o

fim da Antiguidade e da Idade Média são o fim do Império Romano ocidental e oriental, ocasionados por duas invasões de povos considerados “bárbaros”. Tal aspecto demonstra que a construção da identidade europeia empreendida pela elite letrada se fundamenta em uma continuidade entre a civilização greco-romana e em uma oposição aos povos bárbaros e, do mesmo modo, a periodização histórica ocidental também se norteia pela contraposição “barbárie” e “civilização”, estabelecendo a usurpação dos povos germânicos ou turcos como feitos de ruptura no mundo civilizado.

Por fim, minha pesquisa evidencia a sintonia da História Sagrada com a História Universal nos compêndios. Conforme a crença no tempo histórico linear, guiado pela providência divina, os acontecimentos políticos e militares da História Universal estavam concatenados ao que D. Macedo chamou de uma “História Santa e tranquila”, a qual estabelecia a Bíblia como a única fonte da verdade. E, nem mesmo nos manuais mais consoantes com as descobertas geológicas, em nenhum deles havia contradição com as Escrituras Sagradas. Dessa maneira, ao lado do entendimento da História Universal através dos progressos da civilização, os professores-autores direcionavam seus ensinamentos para o triunfo do cristianismo. Nesse horizonte, no próximo capítulo serão analisados os conteúdos de História Antiga presentes no *Compêndio de Historia Universal*, do escritor saquarema Justiniano José da Rocha, cujas lições são de grande importância para a história da historiografia oitocentista.

CAPÍTULO 3: O MUNDO ANTIGO NARRADO POR JUSTINIANO

Neste terceiro e último capítulo, realizarei uma leitura crítica e uma análise qualitativa do *Compendio de Historia Universal*, de Justiniano José da Rocha, com o intuito de problematizar seus conteúdos. Ressaltamos que a obra é essencial para compreendermos a tessitura da história da Antiguidade ensinada nas escolas brasileiras do século XIX, sobretudo, no Imperial Colégio de Pedro II, a principal instituição do ensino secundário no Oitocentos, onde Justiniano lecionou e que adotou a obra em 1862, mesmo ano da morte do autor.

Vale ressaltar que, antes de publicar o *Compendio*, Justiniano exerceu a função de professor de história antiga no ICPII, e, em 1840, traduziu dois manuais franceses selecionados para o ensino da disciplina no Colégio, são eles, o *Compêndio de história romana desde a fundação de Roma até o Império*, de Charles Du Rozoir; e o *Compêndio da história dos imperadores e da igreja durante os quatro primeiros séculos*, de Édouard Dumont. Segundo Rodrigo Turin, estes compêndios apresentam um esquema narrativo que “reforça a visão de um equilíbrio social como condição da ordem e da civilização”, frente a ameaça da anarquia e do despotismo. Para o autor, a partir do enredo dessas obras, escritas na década de 1820, durante a restauração monárquica empreendida pelo ministério de François Guizot, é possível perceber significados e lições para os letrados e governantes brasileiros que organizavam a educação secundária no Segundo Reinado.²⁶⁵

Também é relevante destacar que o ensino escolar oitocentista objetivava formar os “futuros cidadãos ativos do Império”. Por conta disso, para ser membro do “mundo do governo” era necessário uma formação humanista, em um ensino que enaltecia algumas línguas estrangeiras, obras literárias europeias, a geografia e a história imperial, além de oratória e retórica. Eram esses os ensinamentos ofertados no Imperial Colégio de Pedro II, cujo acesso era restrito aos filhos das elites. Neste colégio erigido como padrão da monarquia, o ensino constituía um instrumento para controlar a educação, a moral e a conduta dos alunos, de modo a garantir o comprometimento com os valores monárquicos. Desse modo, “a ‘elite letrada’, topo da intelectualidade e da boa sociedade imperial, ao controlar o ensino, queria garantir, assim, a reprodução da própria ‘boa sociedade’.”²⁶⁶

Nas páginas a seguir, meu objetivo é apresentar, de maneira sucinta, as principais interpretações de Justiniano a respeito dos temas da História Antiga, evidenciando questões a contribuir para o desenvolvimento da história da historiografia. Em sua estrutura geral, a primeira parte do compêndio destina-se a apresentar uma narrativa sagrada, pois se assenta no livro da Bíblia, é a história dos judeus, a qual compõe a formação religiosa cristã dos discentes. Em seguida, destaca-se a exígua história das civilizações africanas e asiáticas, em que predominam as mitologias e as fábulas. No terceiro e último tópico, externa-se a Antiguidade clássica, de grande primazia na obra e que descreve os feitos dos civilizados e heroicos gregos e romanos.

²⁶⁵ TURIN, Rodrigo. A Prudência dos Antigos: figurações e apropriações da tradição clássica no Brasil oitocentista. O caso do Colégio Imperial Pedro II. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 22, n. 41, jul. 2015, p. 306-309.

²⁶⁶ SOUZA, Carlos Eduardo Dias. *Ensinando a ser brasileiro: o Colégio Pedro II e a formação dos cidadãos na Corte Imperial (1837-1861)*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação de História Pontifícia Universidade Católica, 2010. Dissertação de Mestrado, p. 13 e 14.

3.1. A História Sagrada

Justiniano José da Rocha inicia seu compêndio com um resumo da história antiga dos hebreus, intrinsicamente concatenado com ensinamentos bíblicos. Segundo Justiniano, “os tempos primitivos do mundo e da humanidade”, apenas, podemos conhecer através da “luz da verdade derramada pela Bíblia”.²⁶⁷ Em primeiro lugar, em que época situam-se os tempos primitivos? Para ele, da gênese divina do Universo até a disseminação da raça humana pela Terra, em decorrência da destruição da Torre de Babel, o “estado primitivo da humanidade abrange 21 séculos – pois a criação do mundo foi em 4963 – a dispersão dos homens foi em 2868 antes de Jesus Christo.”²⁶⁸ Há que se assinalar como a dedução de uma data para a criação do mundo por volta do quarto e quinto milênio antes de Cristo representava, no contexto da escrita da obra, um dogma insofismável para a Igreja Católica.²⁶⁹

Nessa perspectiva, evidencio que os primeiros conteúdos abordados pelo autor estavam em concordância com a História Sagrada e objetivavam instruir os alunos sobre a doutrina religiosa católica. Ademais, harmonizavam-se com o texto constitucional de 1824, no qual o catolicismo permaneceria como a religião oficial do Império. Essa continuidade religiosa preservava a legitimidade outorgada pela Igreja Católica ao regime monárquico.²⁷⁰

Vale salientar que o próprio Imperial Colégio de Pedro II, responsável por ofertar a cultura necessária às elites dirigentes, não se limitava aos estudos literários, mas buscava garantir uma formação religiosa e cívica, de modo que era atribuição dos professores lembrar aos alunos seus deveres com a pátria e com Deus. Assim, a religião era concebida como o “princípio da sabedoria, base da moral e da paz dos povos”. Esse papel de destaque da religião no ICPII também pode ser ratificado pelos diversos diretores religiosos.²⁷¹ Por conseguinte, Justiniano expõe:

A magestosa e simples narração de Genesis dá thema ás mais profundas observações da moral, ás mais sublimes meditações de religião: não cahem porém ellas em um esboço historico que queremos que seja breve. Apenas diremos que o progresso das sciencias humanas, as mais admiraveis indagações do espirito moderno, têm servido para confirmar a narração da Biblia.²⁷²

²⁶⁷ ROCHA, Justiniano José da. *Compendio de Historia Universal*. Tomo I: Historia Antiga. Typologia do Regenerador, Rio de Janeiro, 1860, p. 1.

²⁶⁸ ROCHA, Justiniano José da. *Compendio de Historia Universal*. Tomo I: Historia Antiga. Typologia do Regenerador, Rio de Janeiro, 1860, p. 5. Reitera-se que Moreira de Azevedo não concebe os tempos primitivos findando com a Torre de Babel, mas como a “narração dos acontecimentos antes do dilúvio”. AZEVEDO, op. cit., *Ideias Preliminares*, s/p.

²⁶⁹ A esse respeito, é ilustrativa a declaração do bispo de Usher da Irlanda, que estabeleceu, em 1654, a Criação, às nove horas da manhã de 26 de outubro do ano 4004 a. C., por séculos esta foi declarada a data exata, aqueles que propusessem uma época precedente seriam acusados de heresia. Apenas com o Papa Pio XII (1876-1958), foram aceitos os cálculos que atribuem a origem do Universo em bilhões de anos. Cf. KELLER, Werner. *E a Bíblia tinha razão – Pesquisas arqueológicas demonstram a verdade histórica dos Livros Sagrados*. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1958, p. 348-351.

²⁷⁰ Cf. ABREU, Martha. “Catolicismo”. In: VAINFAS, Ronaldo (org.) *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 126 e 127.

²⁷¹ Cf. HOLANDA, S., CAMPOS, P. *História Geral da Civilização Brasileira*. SÃO PAULO: Ed. Difel, 4º volume, Declínio e queda do Império, 4ª edição, 1985, p. 372 e 373.

²⁷² ROCHA, op. cit., p. 1. Este trecho foi retirado de uma nota de rodapé, este recurso é muitíssimo empregado por Rocha ao longo do compêndio, claramente, é o espaço onde seus comentários são mais exteriorizados.

Destarte, Justiniano não pensa os primeiros livros bíblicos de maneira simbólica, mas sim como fonte histórica com veracidade irrefutável para um curso sobre as origens da vida e da humanidade, explicada conforme a doutrina criacionista, concepção fundamentada no Gênesis. Estas lições estão diretamente ligadas a reflexões morais sustentadas pelo autor. Em relação aos tempos primitivos, destacarei temas enfatizados pelo autor, como “os primeiros dias da humanidade” com Adão e Eva; o dilúvio universal; e a dispersão da humanidade conforme os descendentes de Noé.

Justiniano afirma que os dias da humanidade se iniciam com a expulsão de Adão e Eva do Éden, o paraíso terrestre, o qual se localizaria na Ásia: “com a sua fertilidade e riqueza, com os seus bellos rios, o Tigre e o Euphrates, foi o teatro desses acontecimentos.” Após a condenação dos “nossos primeiros paes”, o homem passou a ter que comer “o teu pão com o suor do teu rosto”, para ele, “A lei santa do trabalho, a lei de consolação e de regeneração do homem”. A redenção humana também está concatenada com a figura da mulher, para o autor, devido à sua vaidade foi levada a desobedecer a Deus, e por isso foi sentenciada: “a mulher parirá com dôr”. Contudo, do “castigo a esperança: da mulher sahirá o Redemptor”.²⁷³

O enaltecimento do trabalho como atividade humana dignificante e, por conseguinte, associada ao projeto civilizador é verificado na explicação para o tempo de seis dias da gênese do mundo: “Deus podia realizar conjunctamente, no mesmo instante, no apice do tempo em que foi creada a luz, toda a criação. Assim porém não o quis: sem duvida para dar ao homem a grande lição do trabalho”.²⁷⁴

Após ser excluída do paraíso, a raça humana “multiplicava suas iniquidades, e sobre si attrahia a colera de Deus”, apenas uma família mantinha-se “fiel aos divinos preceitos”, a de Noé, “abriram-se as cataractas do Céu: foi o diluvio universal.” Para ele, a historicidade do evento é inquestionável: “Um factio tão importante como o diluvio universal não podia apagar-se da lembrança dos homens ainda nas epochas mais barbaras; achamos pois em toda parte commemorado um diluvio”.²⁷⁵ Neste passo, além de guardar-se na memória de diferentes povos, a existência do dilúvio seria corroborada pela arqueologia, “os primeiros trabalhos das sciencias archeologicas, a cada passo, em toda a extenção da terra, vão descobrindo vestigios indeleveis desse terrivel cataclisma.”²⁷⁶ Essas escavações não são

²⁷³ Cf. ROCHA, Justiniano José da. *Compendio de Historia Universal*. Tomo I: Historia Antiga. Typologia do Regenerador, Rio de Janeiro, 1860, p. 3.

²⁷⁴ ROCHA, Justiniano José da. *Compendio de Historia Universal*. Tomo I: Historia Antiga. Typologia do Regenerador, Rio de Janeiro, 1860, p. 2. Para ele, a afirmação de que os seis dias criação não foram sucessivos, porém intervalados por extensos séculos não pode ser aceita. O autor assinala que o dia é indicado pela rotação da terra, e os dias da criação devem ser sucedâneos, para serem finalizados com o descanso do sétimo. Para a idade mais vetusta de algumas partes da terra, Rocha nos oferece uma curiosa justificativa: “Deus não creou o homem como menino recém-nascido, que fosse depois crescendo; creou-o na plenitude de sua força, na flor de sua existência; Deus não creou as arvores em ponto pequeno, que se fossem ao depois desenvolvendo; cobrio com ellas a terra, umas já com os caracteres da velhice, outras com os da recente nascença, outras enfim em todo o seu vigor e fructificação. Porque pois crearia a terra e o mundo com uma apparencia toda recente e juvenil? Porque não daria ás suas camadas, aos rochedos, o aspecto de antiguidade que apresentam, embora creadas no mesmo momento que as camadas, aparentemente mais recentes, que as cobrem?” ROCHA, op. cit., p. 2.

²⁷⁵ De acordo com o escritor alemão Werner Keller (1909-1980), o historiador e missionário norte-americano Aaron Smith, verificou a menção em 80.000 obras, em 72 línguas, sobre o dilúvio, 70.000 das quais citam o monte Ararat (localizado na parte oriental da Turquia), no qual, segundo o Gênesis, o lendário casco da arca de Noé parou. Cf. KELLER, Werner. *E a Bíblia tinha razão – Pesquisas arqueológicas demonstram a verdade histórica dos Livros Sagrados*. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1958, p. 50 e 51.

²⁷⁶ Cf. ROCHA, Justiniano José da. *Compendio de Historia Universal*. Tomo I: Historia Antiga. Typologia do Regenerador, Rio de Janeiro, 1860, p. 4 e 5. Nesse horizonte, Gabriel Camps assevera que a pesquisa pré-

apresentadas pelo autor, contudo, pesquisas arqueológicas localizaram um grandioso dilúvio na Mesopotâmia.²⁷⁷

Segundo Justiniano, os descendentes de Noé foram dominados pelo orgulho e, para se protegerem de novos dilúvios e da cólera celeste, construíram um grandioso campanário, a torre de Babel, cujos vestígios, “descobertos por viajantes modernos, vieram confirmar a verdade dessa loucura do orgulho humano”. Mais do que a destruição da torre, a punição divina abrange a confusão das línguas e a dispersão: “a raça humana tomou conta de toda a terra”.²⁷⁸

A propagação da humanidade pelas regiões do planeta se estabelecia geograficamente através dos descendentes dos três filhos de Noé (Sem, Japhet e Cham). Do primeiro: “tomou conta das vastas regiões da Asia central”; de Japhet: “espalhou-se pela Europa”; e “a raça de Cham foi povoar a Africa”.²⁷⁹ Nesta narrativa, os habitantes do continente africano seriam descendentes do filho amaldiçoado por Noé:

Noé plantou a vinha, e espremeu-lhe o succo, e como ignorasse os efeitos do vinho, bebeu em demasia. Estando ébrio, seu filho Cham escarneceu da posição indecente em que se descompunha; os outros filhos, porém, aproximaram-se reverentes, e cobriram a sua nudez. Pelo que foi Cham amaldiçoado.²⁸⁰

Nessa perspectiva, no Brasil imperial, alguns padres ensinavam por meio de seus catecismos que “os negros eram filhos ‘do maldito’ e constituíam uma raça de condenados cuja salvação estava em servir ao branco, com paciência e devoção.”²⁸¹ Ou seja, restava aos oriundos dessa estirpe maligna, devido ao escárnio de *Cham*, trabalhar e resignar-se, essa era a lição a ser aprendida pelos filhos da elite imperial.

histórica “num primeiro tempo, cumpriu, durante um longo e difícil combate, provar a existência do homem fóssil e desvendar ‘antiguidades antediluvianas’.” CAMPS, Gabriel. Verbete: Pré-história. In: BURGUIÈRE, André (org.), *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro, Imago Ed., 1993, p. 620.

²⁷⁷ Meio século após a publicação do compêndio, escavações dirigidas pelo arqueólogo inglês Sir Charles Leonard Woolley (1880-1960), receberam, em 1929, as manchetes “Descobrimos o Dilúvio” na imprensa dos Estados Unidos e da Inglaterra. No caso, a revelação de uma grande inundação situada ao nordeste do Golfo Pérsico, com dimensões de 630 quilômetros de comprimento por 160 quilômetros de largura, calculada por volta do quarto milênio antes de Cristo. Um acontecimento local, porém, para os moradores daquela região esse “era todo o seu mundo”. Cf. KELLER, Werner. *E a Bíblia tinha razão – Pesquisas arqueológicas demonstram a verdade histórica dos Livros Sagrados*. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1958, p. 39-45.

²⁷⁸ Cf. ROCHA, op. cit., p. 5. Segundo Keller, a partir de pesquisas de arqueólogos alemães corrobora-se a técnica de construção descrita na Bíblia e calcula-se a altura da torre de Babel em torno de 90 metros de altura. Cf. KELLER, op. cit. p. 255 e 256.

²⁷⁹ Cf. ROCHA, op. cit., p. 6. Vale destacar que conforme o autor, a unidade da descendência de Adão e de Noé é respaldada pelo estudo das “raças humanas” elaborado pela “paciente sciencia anthropologica dos modernos, especialmente alemães”, contudo, ele não cita nenhum trabalho. Cf. ROCHA, op. cit., p. 6 e 7.

²⁸⁰ Cf. ROCHA, op. cit., p. 5. Desse modo, os africanos são considerados descendentes do esconjurado *Cham*, dentro de um regime escravista que, para Hebe Mattos, permanentemente dependia do tráfico atlântico e tipicamente era africano, mais do que em qualquer outra sociedade escravocrata nas Américas. Cf. MATTOS, Hebe. “Africanos”. In: VAINFAS, Ronaldo (org.) *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 29-32. Segundo Sheila de Castro Faria, é consenso historiográfico que, na primeira metade do século oitocentista, ocorreu a “maior africanização da população escrava da história do Brasil”. E, mesmo com as medidas proibitivas para cessar o tráfico africano a partir de 1850, até 1857 registrou-se o ingresso de africanos no Brasil. Cf. FARIA, Sheila. “Escravidão”. In: VAINFAS, Ronaldo (org.) *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 237-239. Isto é, três anos antes da publicação do compêndio.

²⁸¹ Cf. HOLANDA, S., CAMPOS, P. *História Geral da Civilização Brasileira*. SÃO PAULO: Ed. Difel, 4º volume, Declínio e queda do Império, 3ª edição, 1972, p. 150.

Após a elucidação dos tempos primitivos da humanidade, o compêndio relata a história dos judeus, povo que, sob o prisma de Justiniano, era o preferido por Deus, mas se mostrou ingrato e sofreu o desprezo das nações da antiguidade.

Emquanto a raça humana, entregue a si mesma, se perdia na triste escola da própria perversidade, enquanto esquecia as lições do Eterno, e as verdades reveladas, Deus, que preparava o cumprimento da promessa feita ao primeiro peccador, quis preservar do contágio uma família, um povo de quem nascesse o Redemptor.²⁸²

O escolhido para originar o povo judeu é *Abrahão*, o qual, em 1920 a.C., Deus fez com que cruzasse o rio Eufrates, e chegasse à Canaã, onde os habitantes o nomearam Hebri (homem do outro lado), por isso, seus descendentes se chamaram Hebreus.²⁸³ Neste sentido, o autor evidencia a história dos herdeiros das promessas de Deus, os patriarcas, Abraão, Isaac, Jacó, José, Moisés, Josué.

Vale ressaltar que Jacó, o terceiro patriarca, portanto, filho de Isaac e neto de Abraão, não era o primogênito, este era Esaú, o qual “as bênçãos paternas sobre elle deviam recahir”. No entanto, Esaú se mostrou indigno delas, as quais foram dadas a Jacó. “A substituição do filho mais moço ao primogenito, em castigo do desprezo que este mostrara pelas bênçãos de Deus, é o symbolo da substituição da Igreja á Synagoga, que repellira, que fizera crucificar o Messias, enquanto aquella se punha debaixo da sua lei.”²⁸⁴ Ou seja, para Justiniano, o filho desmerecedor é representado pelos judeus, os responsáveis pelo martírio de Cristo, os quais foram sobrepostos pela Igreja cristã, a glorificada por Deus.

Dentre os patriarcas, é notório que o mais enfatizado é Moisés, sobretudo, por sua legislação, o Decálogo:

Em epochas tão barbaras, quando os espiritos os mais adiantados não podiam repellir as mais ridiculas opiniões, e tão pouco conheciam do homem moral, como admittir em um simples Estadista a capacidade de formular legislação tão sublime? Legislação tal que o Redemptor, longos seculos depois, declarou que a não vinha alterar, ou mudar, porém sómente completar, e cujos preceitos moraes, resumidos no Decalogo, ainda hoje são repetidos quotidianamente por toda a Christandade, e reconhecidos como o mais puro e admiravel, o mais laconico e completo dos tractados de moral?²⁸⁵

Desse modo, Justiniano exalta as leis estabelecidas nos dez mandamentos, base das regras a serem seguidas por judeus e cristãos. Para o autor, as normas outorgadas por Moisés além de hodiernas, devem fundamentar a conduta moral de todo cristão, constituindo mais um exemplo de ensinamento catequético propalado pela obra.

²⁸² Cf. ROCHA, Justiniano José da. *Compendio de Historia Universal*. Tomo I: Historia Antiga. Typologia do Regenerador, Rio de Janeiro, 1860, p. 6 e 7. Vale destacar que na obra de Rocha, a noção de “Raça” não parece seguir critérios cientificistas. De acordo com Hebe Mattos, somente após a década de 1870, “os dilemas da construção da nacionalidade” foram concebidos segundo o “racismo científico então em voga”. Cf. MATTOS, Hebe. “Raça”. In: VAINFAS, Ronaldo (org.) *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 616-618.

²⁸³ Cf. ROCHA, op. cit., p. 7.

²⁸⁴ ROCHA, op. cit., p. 9.

²⁸⁵ ROCHA, Justiniano José da. *Compendio de Historia Universal*. Tomo I: Historia Antiga. Typologia do Regenerador, Rio de Janeiro, 1860, p. 15.

O autor define os judeus como um povo sem pátria, ignorado e menosprezado pelas nações da antiguidade. “Só depois que a influencia romana se estendeu pela Asia e envolveu a Palestina, começaram a divulgar-se algumas das verdades filosoficas, religiosas e moraes cujo deposito havia sido por elle conservado.”²⁸⁶ Assim, o autor nobilita Roma, responsável por difundir os princípios religiosos judaico-cristãos e, dessa maneira, podemos concluir que os judeus são depreciados por Justiniano, ao contrário dos romanos, os protagonistas de sua obra.

As lições doutrinárias do autor apresentam outros personagens, diversos reis, com destaque para Davi e Salomão, conflitos entre os próprios judeus e guerras com povos mesopotâmicos que provocam a “ruína dos judeus”, encerrando a narrativa com Ciro, rei da Pérsia, que em 538 a. C., liberta os judeus do cativeiro da Babilônia e lhes permite voltar a sua pátria e praticar livremente seu culto. Contudo, eles nunca se restabelecem, “Idumeos, Syrios, Gregos, Romanos successivamente dominam, opprimem, impoem contribuições a esse povo malfadado, que todavia conserva a tradição de um glorioso passado, é depositário dos livros sanctos, e nunca de todo desaprende as verdades reveladas.”²⁸⁷ Dessa maneira, Justiniano finaliza a história dos hebreus, a qual integrava a formação religiosa dos alunos que deveria ser lecionada nos colégios brasileiros do século XIX, em conformidade com a História Sagrada, cujos conteúdos ocupavam mais de dez por cento do compêndio, e que possuía como fonte histórica a Bíblia.

3.2. A breve e infame história africana e asiática

Ao fim da história dos hebreus, Justiniano afirma: “A Asia vê formarem-se os primeiros reinos de que faz menção a historia; por elles começaremos.” Ele principia com a Assíria, descrevendo a sucessão de diversos reis e impérios, “diversos Estados se formam, se avassallam, se aniquilam”.²⁸⁸ O autor narra uma história vista de cima, uma história política que se preocupa em registrar os principais governantes e suas conquistas, apesar do estigma mitológico que compreende a descrição desses povos antigos.

Na incerteza desses tempos até o nome e a existencia dessas primeiras personagens é incerta (...) ver-se-á que não é desacertado pensar que Nemrod, Belo, Assur não são senão mythos que nos apresentam como um só homem toda a serie de chefes que foram pouco a pouco reunindo, avassallando as tribus (...) O nascimento e a criação de Semiramis é toda maravilhosa. Abandonada por seus paes, a menina foi alimentada por pombas que iam buscar leite e queijo nas moradas dos pastores visinhos, e vinham aleitar a engeitadinha. Os pastores descobriram a traça das pombas, acharam a menina, condoeram-se della, criaram-a: sua belleza e seu valor fizeram o resto. Dahi tiram-se fundamentos para negar a existencia de Semiramis, e asseverar que nesse nome vai comprehendida uma serie de chefes e de princezas. (...) Seja porém como fôr, as obras prodigiosas e de antiquissima data attribuidas a Semiramis, para engrandecimento e fortificação de Babylonia, ainda quando por diversos principes tivessem sido feitas, merecem a admiração do historiador.²⁸⁹

²⁸⁶ ROCHA, op. cit., p. 17.

²⁸⁷ ROCHA, op. cit., p. 22.

²⁸⁸ ROCHA, Justiniano José da. *Compendio de Historia Universal*. Tomo I: Historia Antiga. Typologia do Regenerador, Rio de Janeiro, 1860, p. 22.

²⁸⁹ ROCHA, op. cit., p. 23 e 24.

Embora mencione diversos reis dessa história maravilhosa, é a rainha Semíramis a mais salientada.²⁹⁰ Ainda que destaque uma governante mulher, ele argumenta:

Ninyas, successor de Semiramis, desmentindo as virtudes de seus paes, foi príncipe tão effeminado, que seus Estados entraram logo em decadencia; a divisão se introduziu entre os povos reunidos pela conquista. Os successores de Ninyas continuaram os seus exemplos, até que o ultimo delles, Sardanapalo, mais mulher do que as próprias mulheres (...).²⁹¹

Em meio às distintas construções que demonstram a grandeza da Babilônia, relatadas com base em Heródoto, para ele, “o primeiro historiador conhecido”, sublinho a seguinte:

Além das muralhas, da riqueza de seus templos, da beleza de seus edifícios, Babylonia se recomendava pelos seus jardins suspensos. Para conservar uma lembrança das montanhas em que nascera, Semiramis mandou construir enormes arcarias, por cima das quaes levantou grandes aterros, e nelles fez plantar arvores já crescidas, que lhe improvisaram uma floresta.²⁹²

Trata-se de uma das sete maravilhas do mundo antigo de acordo com os helenos, os jardins suspensos da Babilônia, para Justiniano, erigido por Semíramis.²⁹³ Justiniano brevemente alude sobre a religião babilônica, afirmando que era organizada pelos “sacerdotes da Chaldéa”. Embora assinale que estes desenvolveram progressos na astronomia, medicina e nas artes, o autor classifica alguns de seus cultos como “infames depravações”, pois, no seu entendimento, as crenças dessa civilização eram marcadas pela magia e pela idolatria.²⁹⁴

Incluso no capítulo destinado à Assíria, Justiniano, unicamente em um parágrafo, alude sobre a Fenícia:

²⁹⁰ André Aymard esclarece que a “lendária” Semíramis é a mãe e regente de Samon-Ramat, no fim do século IX a. C. AYMARD, André. *O Oriente e a Grécia Antiga: as civilizações imperiais*. In: CROUZET, Maurice. *História Geral das Civilizações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª edição, 1998, p. 209.

²⁹¹ ROCHA, op. cit., p. 25.

²⁹² ROCHA, Justiniano José da. *Compendio de Historia Universal*. Tomo I: Historia Antiga. Typologia do Regenerador, Rio de Janeiro, 1860, p. 25.

²⁹³ Aymard afirma que arqueólogos descobriram “os embasamentos dos jardins”, os quais foram edificados por Nabucodonosor, com o objetivo de agradar sua mulher, aclimatada aos parques reais da Média. AYMARD, André. *O Oriente e a Grécia Antiga: as civilizações imperiais*. In: CROUZET, Maurice. *História Geral das Civilizações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª edição, 1998, p. 272 e 273. Petit corrobora a autoria dessa construção a Nabucodonosor, possivelmente inspirados nos hortos persas. PETIT, Paul. *História Antiga*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 7ª edição, 1995, p. 69.

²⁹⁴ ROCHA, op. cit., p. 37 e 39. É importante sinalizar as mudanças na abordagem da história da Mesopotâmia, acarretadas por muitas explorações arqueológicas. Afirimo que em nenhum momento Justiniano menciona os sumérios e acádios, povos que dominavam a Mesopotâmia séculos antes dos assírios. Cf. AYMARD, op. cit., p. 245 e 246. De todos os achados arqueológicos na região, destaco o Código de Hamurábi, descoberto apenas em 1902, e de grande importância para o estudo da legislação e os costumes mesopotâmicos, não somente nos círculos acadêmicos, mas também nos livros didáticos. De acordo com Aymard, não há código mais célebre do que o Código de Hamurábi, retirado da Babilônia, em torno de 1175 a. C., por Chutruc-Nakhunté, rei de Susa, onde foi encontrado pelas escavações francesas na Pérsia, em 1902, e que hoje é propriedade do Museu do Louvre. Cf. AYMARD, André. *O Oriente e a Grécia Antiga: as civilizações imperiais*. In: CROUZET, Maurice. *História Geral das Civilizações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª edição, 1998, p.254-258. Segundo Petit, “é um dos mais belos documentos da história universal” e reúne diversos códigos sumerianos, ele também chama a atenção para as tabuletas A e B de Assur, o *Código assírio*, que remonta aos séculos XV-XIII a. C., para ele, mais “bárbaro” que o de Hamurábi, e que foi detectado somente em 1920. Cf. PETIT, Paul. *História Antiga*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 7ª edição, 1995, p. 22.

A posição geographica da Phenicia tinha-lhe em cedo feito conhecer as vantagens do commercio maritimo: as suas cidades, a principio governadas como reinos, e depois constituídas em republicas, haviam mandado diversas colonias para o occidente, especialmente para o norte da Africa, onde Carthago attestarâ a sua grandeza, e para a Grecia, onde Thebas conservará lembrança da princesa Europa, do seu irmão Cadmo, e do rei phenicio Antenor. As necessidades do commercio, ao passo que lhes faziam aperfeiçoar a navegação, lhes fizeram descobrir e divulgar o uso das letras alphabeticas. Tyro, orgulhosa de sua opulencia, era a principal cidade da Phenicia.²⁹⁵

O autor nos apresenta a Fenícia no contexto de sua subjugação frente aos babilônicos, e salienta a oferta do alfabeto aos gregos pelo lendário Cadmo.²⁹⁶ Há que se destacar o exíguo espaço dado aos fenícios, estes são mencionados novamente por Justiniano, somente, em razão de sua colônia Cartago.

Carthago, fundada, ao que dizem, pela princeza tyria Dido (880), devia á sua origem e á sua posição geographica um espirito mercantil, que lhe deu a importancia de um dos maiores estados do mundo. Foi a rival a quem Roma teve o mais implacavel odio; por ahi podemos apreciar a gravidade do perigo a que a expôz. (...) Da religião, dos costumes, das leis civis de Carthago, cujo conhecimento tão util seria; pois desvendarnos-ia os segredos da Phenicia, nada sabemos, apenas que admittiam o culto desse Moloch, de que fala a Escriptura Sancta, e lhe sacrificavam victimas humanas.²⁹⁷

Justiniano reconhece o seu pouco conhecimento sobre os fenícios, mas alude sobre o deus Moloch e imolações humanas.²⁹⁸ Em sua breve descrição sobre os povos antigos da Ásia, Justiniano nos fala sobre os persas e destaca Ciro.

²⁹⁵ ROCHA, Justiniano José da. *Compendio de Historia Universal*. Tomo I: Historia Antiga. Typologia do Regenerador, Rio de Janeiro, 1860, p. 25 e 26.

²⁹⁶ Cadmo é um herói de Tiro, seu pai, Agenor, rei fenício mandou-o procurar sua irmã Europa, a qual havia sido raptada por Zeus. Como não conseguiu encontrá-la e não podia retornar sem ela, fundou algumas colônias na Grécia, entre elas Tebas. Seu mito relembra a expansão das colônias fenícias e se propagou por todo mundo mediterrâneo, pela Ásia Menor, sobretudo na Ilíria e pela África, especialmente na Líbia. Cf. BRANDÃO, Junito de Souza. *Dicionário mítico-etimológico da mitologia grega*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 5ª ed., 2008, p. 170-172. Para André Aymard, a criação do alfabeto por esta civilização “encontrou o mais sólido apoio na descoberta de Biblos”. AYMARD, André. *O Oriente e a Grécia Antiga*. Vol. 2: *O homem no Oriente próximo*. In: CROUZET, Maurice. *História Geral das Civilizações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª edição, 1998, p. 65. Biblos é o nome grego da cidade fenícia Gebal. Apenas, a partir de 1920, escavações arqueológicas sistemáticas foram feitas no local. Cf. <http://dicionario.sensagent.com/biblos/pt>. Acessado em 25/05/2016.

²⁹⁷ ROCHA, Justiniano José da. *Compendio de Historia Universal*. Tomo I: Historia Antiga. Typologia do Regenerador, Rio de Janeiro, 1860, p. 123 e 124. Segundo Warmington, a história cartaginesa é bem complexa, devido às suas informações serem provenientes dos gregos e romanos, os quais apresentam uma imagem assaz negativa de seus inimigos. É nas guerras entre Cartago com Siracusa e, depois com Roma, que os autores helenos e latinos concentram sua atenção. Ao contrário do que é indicado por Justiniano, a instituição da cidade de Cartago não foi em 880 a. C., pois os vestígios arqueológicos demonstram que não houve nenhum colônia na costa do Magreb anterior a 800 a. C. Cartago liderava as povoações fenícias, a frente de um império na África do Norte, essa primazia também se explica pelo enfraquecimento de Tiro, com a dominação babilônica. WARMINGTON, B. H. O período cartaginês. In: MOKHTAR, Gamal (org.) *História Geral da África*, vol. II: África Antiga. Brasília: UNESCO, 2010, p. 476.

²⁹⁸ Conforme Warmington, a vida religiosa cartaginesa seguia as tradições fenícias, a suprema divindade era Baal-Hamon, e a deusa Tanit era a mais adorada após o século V a. C. Sua religião foi asperamente criticada pelos escritores clássicos, sobretudo, pela existência dos sacrifícios humanos, os quais são comprovados arqueologicamente. WARMINGTON, op. cit., p. 488.

Outra personagem misteriosa: Cyro é a expressão que vale tanto como *Senhor*. O nascimento e infância desse príncipe são involtos em circunstâncias supersticiosas que repugnam a história. Assustado por um sonho, Astyages mandou por Harpago matar o filho de Mandana, que um sonho lhe anunciara ter de ser dominador da Ásia: Harpago teve pena do menino, e em vez de mata-lo, contentou-se com engeita-lo. Uma cadella o veio aleitar, até que os camponeses o descobrissem, e delle compadecidos o criassem. Dizem outros que Harpago déra elle próprio o menino aos camponeses, e que a mulher de um delle, cujo nome Spaca significa cadella, fôra quem o alimentára. (...) Ao demais, a história de Cyro está involta em uma infinidade de fabulas, Xenophonte, que a escreveu na sua famosa *Cyropedia*, quiz antes compor uma novella que dêsse lições aos corruptos do seu tempo, do que conservar-se fiel á verdade. O estylo do mais gracioso dos discipulos de Socrates tudo cobriu, tudo fez acceitar como classico.²⁹⁹

Desse modo, o caráter fabuloso é a chave explicativa para narrar a história de Ciro, o qual, assim como Semíramis e Rômulo, também fora abandonado e alimentado por um animal. Em meio às lendas acerca de Ciro, baseadas na obra *Ciropédia*, do grego Xenofonte, Justiniano exalta suas conquistas, em especial, a Lídia.

A história do reino da Lydia é muito obscura; apenas acha-se menção do seu fundador Gigés, tão famoso pelo anel talismânico que tornava invisível quem o tinha: do sempre lembrado Midas que quiz dever á benevolencia de Baccho a faculdade de mudar em ouro tudo aquillo em que tocasse, e de Cresos enfim cujo nome ficou proverbial para designar a riqueza. Na história de Midas não podemos, deixar de ver um mytho. Com effeito, dizem que esse rei, enganando-se na apreciação da verdadeira riqueza, obrigou o seu povo ao trabalho das minas, fazendo-o abandonar o dos campos: a rainha, para lhe fazer conhecer o seu erro, mandou fazer de ouro a imitação de algumas iguarias e fructas, e serviu-lh'as para jantar, o rei não podendo fartar a fome, comprehendeu a allegoria. Quanto á fábula de Midas e de Baccho, ao rio Pactolo, em cujas arêas o rei depositou o fatal presente que o Deus lhe outorgara, leiam-se, não aridos artigos de dictionarios mythologicos, mas os bellos versos de Ovidio.³⁰⁰

Novamente o autor leciona a Antiguidade, assentando-se em mitos difundidos pela literatura clássica. Justiniano elucida sobre a Lídia e sua fama de grande fortuna.³⁰¹ No que

²⁹⁹ ROCHA, Justiniano José da. *Compendio de Historia Universal*. Tomo I: Historia Antiga. Typologia do Regenerador, Rio de Janeiro, 1860, p. 29. Aymard assevera que a civilização persa é uma das três grandes civilizações imperiais do Oriente Próximo, ao lado da egípcia e da mesopotâmica. Os persas estabeleceram-se ao longo do II milênio a. C., na parte ocidental do planalto do Irã. Ciro é o primeiro imperador aquemênida, dominou a Lídia e a Babilônia. Seu filho Cambises conquistou o Egito e Cirene, já o terceiro rei, Dario I, ocupou a Trácia e algumas ilhas do Egeu. Enfim, os persas submeteram territórios até o Turquestão e o Indo, não fora identificado nenhum império no mundo antigo com tamanha dimensão.

³⁰⁰ ROCHA, op. cit., p. 29 e 30. O fantástico rei Midas era sequeiro de Dionísio (equivalente na mitologia grega a Baco), o qual por suas honrarias ofereceu ao rei um pedido, Midas solicitou que transformasse em ouro tudo o que tocasse. O deus atendeu ao desejo de Midas, porém, quando este ia se alimentar o pão e o vinho transmutavam no metal. Faminto e arrependido de sua cobiça, Midas suplicou a Dionísio que lhe removesse a sinistra dádiva, o que aconteceu ao lavar a cabeça e as mãos na fonte de Pactolo, a qual suas águas permaneceram sempre inundadas de ouro. Cf. BRANDÃO, Junito de Souza. *Dicionário mítico-etimológico da mitologia grega*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 5ª ed., 2008, p. 122.

³⁰¹ Aymard afirma que Gigés (século VII a. C.) é o fundador de uma dinastia lídia que governou toda a Ásia Menor ocidental e a costa egeia até o triunfo persa. A imagem de enorme riqueza é associada a Cresos, último soberano da Lídia e o primeiro, no mundo mediterrâneo, a cunhar o ouro. Esta civilização estava imbuída pelos

concerne aos persas, Justiniano concentra-se na organização política e militar, e em suas guerras, em especial, o embate com a Grécia. “A defesa das Thermopylas é um dos factos mais poeticos, mais heroicos da antiguidade”, após a vitória persa na batalha, em 480 a. C., ele exclama “os Barbaros estão na Grecia”. Em contrapartida, os helenos são glorificados: “um novo triumpho acaba com esses exercitos monstruosos de que Xerxes fiava a subjeição da patria dos heroes”.³⁰² Quanto à religião persa, ele não a enaltece, porém afirma que não apresentava as infâmias da Babilônia, nem o ridículo de algumas práticas egípcias.³⁰³

Ao dissertar sua história universal, Justiniano confere ao Egito um espaço maior do que aos outros povos africanos e asiáticos, contudo, a escrita da história egípcia estava longe de ser aprofundada e impregnada de opiniões religiosas.

O Egypto é dos Estados primitivos o que mais attenção merece; dahi partiram os civilisadores da Grecia; ahi foi Herodoto beber os conhecimentos com que compoz a sua historia: lá achámos a mór parte das fabulas que a poesia dos Gregos enfeitou, e de que compoz a sua mythologia; no Egypto emfim ainda hoje se vêm monumentos cuja audacia espanta a imaginação, e que tornam acreditavel quanto dizem os historiadores do seu desenvolvimento.³⁰⁴

Como podemos perceber, o autor destaca a mitologia egípcia e a sua ligação com a civilizada Grécia. Apesar disso, Justiniano apresenta a religião do povo egípcio como credices sem fundamento, “era uma mescla absurda das mais profanadoras superstições, que arrancaram a Bossuet as seguintes palavras – no Egypto tudo era Deus menos Deus”.³⁰⁵ Nessa linha, ele explica a capitulação egípcia aos persas: “Dizem que, pondo na frente de seu exercito um bando de gatos, animal adorado pelos Egipcios, Cambyses os obrigou a não se defenderem, para não maltratar os gatos.”³⁰⁶ Assim, o autor expõe o fim do antigo império egípcio através de um estratagema do imperador persa, Cambises, e, claramente, visa satirizar a religião egípcia, para ele, “fábulas que, por mais ridículas que sejam, nunca hão de preservar a credulidade humana da fraqueza e da superstição.”³⁰⁷

Justiniano também questiona a antiguidade egípcia, afirmando: “(...) basta reflectir sobre a natureza do chão do Egypto, para reconhecer que não é possível attribuir-lhe a antiguidade que ele pretendia, e para ver que a civilização não foi nelle originaria, mas necessariamente importada.”³⁰⁸ De onde a civilização teria sido adquirida, ele não nos diz.

Ademais, Justiniano dissocia a imagem do Egito da África: “Entre os antigos era o Egypto considerado como uma parte da Asia e não da Africa (a esta davam o nome de Libya, conservando o de Africa para a região carthaginesa.”³⁰⁹ Sua assertiva parece estar baseada em

helenos, seus reis consultavam os oráculos gregos, sobretudo, em Delfos, onde veneravam Apolo. Cf. AYMARD, André. *O Oriente e a Grécia Antiga: as civilizações imperiais*. In: CROUZET, Maurice. *História Geral das Civilizações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª edição, 1998, p. 298-301.

³⁰² Cf. ROCHA, Justiniano José da. *Compendio de Historia Universal*. Tomo I: Historia Antiga. Typologia do Regenerador, Rio de Janeiro, 1860, p. 69-71.

³⁰³ ROCHA, op. cit., p. 41 e 42.

³⁰⁴ ROCHA, op. cit., p. 31.

³⁰⁵ ROCHA, Justiniano José da. *Compendio de Historia Universal*. Tomo I: Historia Antiga. Typologia do Regenerador, Rio de Janeiro, 1860, p. 33.

³⁰⁶ ROCHA, op. cit., p. 36.

³⁰⁷ ROCHA, op. cit., p. 37.

³⁰⁸ ROCHA, op. cit., p. 31.

³⁰⁹ ROCHA, op. cit., p. 36.

Hecateu de Mileto, o qual dividiu o mundo em dois continentes, além da Europa, apresentava a Ásia como constituída pelo Egito e pela África do Norte (sob o nome de Líbia).³¹⁰

O compêndio também aborda a geografia do Egito, destacando o rio Nilo com a célebre frase: “O chão do Egypto é uma dádiva do Nilo.”³¹¹ Se a interpretação da história através dos acontecimentos políticos domina o manual, concentrando-se em guerras e datas, em relação ao Egito isso não acontece. “O primeiro dos reis do Egypto de que faz menção a historia foi Menés, o mais glorioso foi Sesostris, os que mais oprimiram os povos foram Cheops e seu irmão Cheparem; o ultimo foi Psammenith.”³¹² É importante ressaltar o grande arcabouço temporal entre os faraós citados por Justiniano : Menés é o fundador da primeira dinastia no período arcaico (3200 a 2900 a. C.); Sesóstris pertence a XII dinastia no Médio Império (2060 a 1785 a. C.); já Queóps (ou Khufu) e Quéfren (ou Khafre) são da IV dinastia no Antigo Império (2900 a 2280 a. C.).³¹³ Estes são classificados por Justiniano como opressores: “Cheops e Chephrem exerceram tão cruel tyrannia, que os ódios por eles provocados não os deixaram descançar nas pyramides que haviam erguido.”³¹⁴ A única indicação de tempo apresentada pelo autor é ao fim do capítulo com a invasão persa (526 a. C.), no reinado de Psamético III, evento que encerrou a história do Egito como uma potência independente.³¹⁵

Neste passo, assinalo que os conhecimentos do autor acerca das civilizações egípcia, mesopotâmica, fenícia e persa são incipientes, fundamentados na literatura clássica e impregnados por suas assertivas preconceituosas sobre a religião destas civilizações, designadas como ridículas superstições. Também destaco que a incerteza acerca da história destas civilizações, diversas vezes externada por Justiniano, era muito mais acentuada no contexto de publicação da obra, em razão de diversos achados arqueológicos no fim do século XIX e durante o século XX, os quais revolucionaram o estudo da Antiguidade, tais como o Código de Hamurábi e a cidade de Biblos. Neste sentido, Justiniano inicia as lições sobre a Mesopotâmia com os babilônicos, e não apresenta os sumerianos e os acadianos, além dele, nenhum outro compêndio oitocentista estudado no capítulo 2, destina algum capítulo para a apresentação dessas civilizações.

³¹⁰ RIAD, H. O Egito na época helenística. In: MOKHTAR, Gamal (org.) *História Geral da África*, vol. II: África Antiga. Brasília: UNESCO, 2010, p. 177.

³¹¹ ROCHA, Justiniano José da. *Compendio de Historia Universal*. Tomo I: Historia Antiga. Typologia do Regenerador, Rio de Janeiro, 1860, p. 31. De acordo com Aymard, a fórmula do Egito como um “presente do Nilo”, é outorgada a Heródoto, mas o próprio revela que provém de seus antepassados gregos, possivelmente Hecateu de Mileto. AYMARD, *O Oriente e a Grécia Antiga*. Vol. 2: *O homem no Oriente próximo*. In: CROUZET, Maurice. *História Geral das Civilizações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª edição, 1998, p. 52. Gamal Mokhtar aponta que o homem teve papel primordial no surgimento e no desenvolvimento da civilização no vale do Nilo, por isso, “O Egito não é apenas uma dádiva do Nilo: é, acima de tudo, uma criação do homem.” MOKHTAR, G. Introdução. In: MOKHTAR, Gamal (org.) *História Geral da África*, vol. II: África Antiga. Brasília: UNESCO, 2010, XLVIII. Neste sentido, Jaime Pinsky assinala que a frase percorreu séculos e ainda é iterada, sem nenhuma problematização, por quase todos livros de história acerca do Egito. Cf. PINSKY, Jaime. *As primeiras civilizações*. São Paulo: Editora Contexto, 2010, p. 87 e 88.

³¹² ROCHA, op. cit., p. 35.

³¹³ BAKR, A. Abu. O Egito faraônico. In: MOKHTAR, Gamal (org.) *História Geral da África*, vol. II: África Antiga. Brasília: UNESCO, 2010, p. 39-54.

³¹⁴ ROCHA, Justiniano José da. *Compendio de Historia Universal*. Tomo I: Historia Antiga. Typologia do Regenerador, Rio de Janeiro, 1860, p. 36. Bakr alude que a pirâmide de Queóps é “a maior construção de uma única peça já erigida pelo homem”, em razão de sua grandiosidade e perfeição é a primeira das Sete Maravilhas do mundo. BAKR, op. cit., p. 47.

³¹⁵ BAKR, op. cit., p. 67.

Ademais, vale ressaltar que a história africana e asiática preenchia notoriamente um espaço de menor destaque, tanto no compêndio de Justiniano, com aproximadamente onze por cento de toda obra, quanto nos demais manuais oitocentistas, nos quais esse conteúdo ocupava, em média, quinze por cento. Dito isto, é possível afirmar que não era na antiguidade africana e asiática que se buscava repertoriar as principais lições pelos professores-autores, não era nessa parte da história da humanidade que se buscavam os modelos morais e patrióticos para os filhos da elite imperial. Estes exemplos estavam no mundo clássico greco-romano.

3.3. Os heróis da civilização ocidental

Nesta parte da dissertação, serão estudadas algumas considerações de Justiniano, a respeito da história grega e romana, a Antiguidade clássica, na qual teria surgido a civilização ocidental trazida pelos portugueses aos trópicos brasileiros. O mundo antigo greco-romano, sem dúvida, é o grande escopo da obra, a qual empreende uma narrativa dos principais feitos dos helenos e dos latinos, os heróis civilizados que dispõem de uma quantidade de páginas muito maior do que a história africana e asiática, quase 80% do manual.

Por conta desse aspecto, é importante lembrar que a preponderância dos temas relativos aos gregos e romanos fundamentava-se na primazia da tradição clássica no ensino do Colégio de Pedro II e em toda a educação oitocentista. A esse respeito, Turin assinala que diversos estudos já destacaram a importância dos estudos clássicos no ICPII, os quais permeavam mais de 50% da carga horária dos alunos, recebendo maior destaque do que a história do Brasil ou a literatura nacional. Todavia, em nenhum destes trabalhos foi realizada uma análise aprofundada acerca da presença da tradição clássica, com exceção de Acízelo de Souza sobre a disciplina de retórica.³¹⁶ Os conteúdos clássicos eram ministrados em várias cadeiras, além do curso de história antiga que enfatizava o mundo greco-romano, ensinavam-se o latim e o grego; no estudo da língua inglesa, utilizava a *History of Rome*, de Oliver Goldsmith. Desse modo, Turin afirma que, em todas as etapas do ensino, “a tradição clássica fazia-se presente aos alunos do Pedro II como seu principal eixo pedagógico”.³¹⁷

Segundo Justiniano, a Grécia seria a nação mais brilhante da antiguidade mas, apesar disso, a escrita sobre os primeiros acontecimentos que circundam a fundação das cidades helênicas e de Roma estaria imersa na mitologia. Embora Justiniano assinala a importância dos mitos, afirmando que “nesses primitivos tempos cuja memória nos é conservada pelas tradições de um povo tão admirado pela imaginação, tão amigo de fabulas e de emblemas, cumpre não desdenhar a mythologia ainda nos estudos históricos”, sua visão a respeito das crenças gregas é bem negativa.³¹⁸

Estudemos pois a religião hellenica, e a sua influencia politica. Proveniente da Asia, porém enfeitada, poetizada pela imaginação grega, essa religião

³¹⁶ No que concerne à importância da disciplina de retórica na educação brasileira do século XIX, ver: SOUZA, Roberto Acízelo de. *O império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ: EdUFF, 1999.

³¹⁷ TURIN, Rodrigo. A Prudência dos Antigos: figurações e apropriações da tradição clássica no Brasil oitocentista. O caso do Colégio Imperial Pedro II. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 22, n. 41, jul. 2015, p. 306-309.

³¹⁸ ROCHA, op. cit., p. 43.

admittiu o polytheismo o mais completo. Os deuses eram homens, com corpos e perfeições e necessidades físicas, amores e odios, homens imortaes, representando em gráu de sublimidade ideal alguma virtude, algum vicio, alguma qualidade moral por elles admirada. Assim Jupiter, o omnipotente e trovejador, era o profanador do thalamo das princesas, e povoava o céu e o mundo de bastardos seus, deuses também, semi-deuses e heróes. Apollo e Diana nascem de Latona seduzida, Baccho de Semele, Hercules de Alcmena, Castor e Pollux de Leda.³¹⁹

No trecho acima, percebemos que o autor opta por mencionar os deuses gregos através dos nomes equivalentes na mitologia romana, por exemplo, Júpiter (Zeus); Diana (Ártemis); Baco (Dionísio), este recurso permeia toda obra e, talvez, possa ser explicado pela pujança da história de Roma no compêndio. O panteão politeísta cultuado pelos gregos é, claramente, condenado pelo autor: “Essa religião torpe e infame, por mais que a poesia a enfeite, mal pôde conceber-se que houvesse sido acreditada e aceita por um povo ilustrado.”³²⁰ No entanto, ele exalta o vínculo político estabelecido entre as *poleis*, pois, segundo Justiniano, a religião propiciava um elemento de unificação, seja com a visita aos oráculos, em especial, Delfos, e com os Jogos Olímpicos, em homenagem a Zeus.³²¹

De acordo com Justiniano, a história arcaica da Grécia era obscura: “Nos tempos da primeira organização grega em monarchias mais ou menos regulares, acham-se alguns factos que, brilhando pela sua importancia no meio das trevas conseguiram chegar, mais ou menos incompletos, ao conhecimento da posteridade (...)”.³²² São eles acontecimentos narrados pela poesia, com destaque para a Guerra de Troia:

Emfim a guerra de Troya (1280) é o ultimo facto dos tempos heroicos, é talvez o primeiro dos tempos historicos da Grécia. Homero em duas admiráveis epopéas, Virgílio na sua Eneida cantaram as occurrencias capitaes dessa guerra, de modo a não se poder admittir que haja quem as ignore.³²³

Vale assinalar que a contribuição literária de Homero e Virgílio é enaltecida, porém, a existência da cidade e da guerra é negada pelo autor: “A antiga cidade nunca mais existiu senão na poesia. E’ certo que ahi o seu lugar é immenso; nenhuma cidade antiga ou moderna o tem maior.”³²⁴ Dentro da perspectiva civilizatória que orienta o compêndio, a Guerra de Troia também é salientada por serem dessa cidade as origens romanas.

³¹⁹ ROCHA, op. cit., p. 44 e 45.

³²⁰ ROCHA, op. cit. 45.

³²¹ Cf. ROCHA, Justiniano José da. *Compendio de Historia Universal*. Tomo I: Historia Antiga. Typologia do Regenerador, Rio de Janeiro, 1860, p. 46 e 47.

³²² Cf. ROCHA, op. cit., p. 48.

³²³ Cf. ROCHA, op. cit., p. 51.

³²⁴ Cf. ROCHA, op. cit., p. 51. De acordo com Finley, com o surgimento da “crítica histórica moderna” no século oitocentista rejeitava-se a historicidade da guerra, como exemplo, a *História da Grécia*, de George Grote, alcunhava a Guerra de Troia de “fábula interessante”. Entretanto, escavações iniciadas, em 1870, pelo arqueólogo Heinrich Schliemann modificaram o modo de interpretar os poemas homéricos, pois ele encontrou ouro em túmulos descritos por Homero, em Micenas, e, ainda mais impressionante, no monte Hissarlik (noroeste da Turquia) descobriu a “Troia da lenda e da história”. Cf. FINLEY, Moses. *Aspectos da Antiguidade*. Lisboa: Edições 70, 1990, p. 39. Além disso, outras descobertas no mar Egeu também revolucionaram a maneira como a história antiga grega é sistematizada. Ao analisar o compêndio de Justiniano, embora mencione algumas vezes a ilha de Creta, o autor não apresenta a civilização cretense, assim como não escreve sobre a civilização minoica. Segundo Finley, em 1898, os turcos deixaram a ilha de Creta, em consequência de um acordo na guerra de independência grega, entre 1821 e 1831 (a mesma que inspirou o poema de Shelley, ver capítulo 1, parte 1). No

A Italia, península do sul da Europa, sobre o Mediterraneo, e em proximidade da Grecia, recebeu seus primeiros habitantes das mesmas regiões e da mesma raça que os Gregos. São Pelasgios, são Phenícios: depois vae o Arcade Evandro, vão os chefes gregos, excluídos da Grecia pela guerra da Troya, levar-lhe as primeiras colonias civilisadoras.³²⁵

Vale lembrar que, de acordo com François Hartog, através da Guerra de Troia se constrói uma genealogia grega para a fundação de Roma, em especial, por meio da obra *As antiguidades romanas*, de Dionísio de Halicarnasso.³²⁶ O contexto em que foi edificada a cidade de Roma também é apresentado por Justiniano através da chave explicativa mitológica.

Os filhos de Marte foram acolhidos por uma loba; logo agasalhados por um pastor, receberam deste a educação laboriosa e fortificadora que ali se dava á mocidade. Moços e robustos, descobrem sua origem, vão a Alba castigar Amulio, restaurar Numitor, e dahi sahem para fundar uma nova cidade. Em tudo quanto se conta dos primeiros tempos de Roma não ha a menor certeza; são fabulas inventadas por seus historiadores ou colhidas de tradições não assaz discriminadas pela critica. Os estudos modernos procuram recompor esses tempos. Não é porém um resumo como este que pôde acompanhar taes investigações, repellir ou modificar a historia classica. Chamam-se Romulo e Remo, os agouros preferem Romulo para fundador e rei da nova cidade: é ella Roma, e os seus alicerces são manchados com o sangue de Remo, derramado pelo fratricidio (753).³²⁷

Em seguida, Justiniano alude sobre a semelhança entre as lendas de criação de Ciro e Rômulo, alimentados, respectivamente, por uma cadela e uma loba, para ele, esses mitos representam a falta de credibilidade das narrações dos historiadores romanos acerca dos primeiros tempos da cidade. Mesmo apontando para o caráter ficcional da fábula, esta deveria ser conhecida pelos alunos, pois integrava a história clássica. Em relação à religião romana, apesar de ser politeísta, assim como a grega e a dos demais povos estudados, Justiniano não intensifica suas críticas.

Embora seja o paganismo a religião de Roma, cumpre não confundil-o com o da Grecia. As mesmas ficções mythologicas nelle se acham; especialmente depois da conquista da Grecia, foram-se ellas introduzindo com o favor da poesia. Mas o Lacio, terra em que Saturno, fugindo ao seu filho Jupiter, veio esconder-se, e a que deu as venturas sem par da Idade de Ouro, tinha deuses especiaes, de origem etrusca, por exemplo, o bifronte Jano.³²⁸

Se a infâmia e a devassidão eram o apanágio das religiões das civilizações antigas, em contrapartida, a mitologia romana tinha “deuses especiaes”. Se o autor afirma que a Grécia é a

mesmo ano, Evans começou as pesquisas na ilha, onde descobriu o palácio de Cnossos e diversas placas escritas em uma forma arcaica de grego, a partir disso, o arqueólogo afirmou encontrar uma cultura altamente avançada para a Idade da Pedra, e a nomeou de civilização minoica. Cf. FINLEY, Moses. *Aspectos da Antiguidade*. Lisboa: Edições 70, 1990, p. 21-28.

³²⁵ ROCHA, Justiniano José da. *Compendio de Historia Universal*. Tomo I: Historia Antiga. Typologia do Regenerador, Rio de Janeiro, 1860, p. 103.

³²⁶ Cf. HARTOG, François. *Os antigos, o passado e o presente*, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003, p. 167.

³²⁷ ROCHA, Justiniano José da. *Compendio de Historia Universal*. Tomo I: Historia Antiga. Typologia do Regenerador, Rio de Janeiro, 1860, p. 104 e 105.

³²⁸ ROCHA, op. cit., p. 108.

nação mais brilhante da história, ele deixa claro que isto se deve a apenas duas ou três cidades:

A historia da Grecia póde-se resumir na de duas ou trez republicas, na do seu poderio, de suas rivalidades, e sangrentas lutas. As outras seguem o turbilhão dos acontecimentos, já dominadas, já aliadas, entregando-se ao commercio, como Corintho, multiplicando colonias, cultivando as artes ao influxo de Athenas, desenvolvendo a vida sensual e a opulencia, e muitas inquinando-se nas prostituições do culto de Venus.³²⁹

No excerto acima, nota-se que Justiniano menciona as cidades-estado helênicas com o termo *republicas*, o que acontece ao longo de toda obra, o que somadas às diversas frases transcritas em latim, sem a mínima tradução, presentes no compêndio, são, possivelmente, mais indícios da excepcional relevância atribuída não só à história romana, mas também ao estudo de Latim, disciplina com o maior carga horária no currículo do Imperial Colégio de Pedro II, além de ser lecionada em seus últimos anos, os quais eram considerados de maior dificuldade, e que integrava a formação clássica do Colégio.³³⁰ Ademais, Justiniano ao inspecionar os institutos educacionais da Corte também havia argumentado sobre a necessidade de se aprofundar o ensino do Latim, propondo que a disciplina deveria ser lecionada em quatro aulas, duas de gramática e duas de latinidade.³³¹

No que tange às cidades entendidas por Justiniano como dominadoras e merecidas de serem estudadas, nos fala de Tebas, no contexto das guerras entre as *poleis* nos séculos V e IV a. C., mas é notório que a história helênica no compêndio concentra-se na supracitada Atenas e na belicosa Esparta. Esta que era governada pela legislação de Licurgo, a qual, na visão do autor, aniquilava a família e o patrimônio, o que ele designa como “o sonho dos utopistas do comunismo”.³³²

Se a raça dorica ganhou tanta importancia em Sparta, a de Ion não a ganhou menor em Athenas, com a differença porém que a republica de Lycurgo annullou-se, desde que perdeu a gloria militar, única que teve em mira; e Athenas, ainda depois de vencida, de arruinada, conservou todo o seu esplendor pelas lettras, pelas sciencias, pelas artes: a Athenais [sic], mais do que a Sparta, deve a Grecia a perpetuidade de sua memoria.³³³

Desse modo, Justiniano confere, acima de todas as outras *polis*, à Atenas a responsabilidade pela magnificência grega. Apesar disso, a instituição da democracia pelos atenienses é explicitamente desvalorizada em sua narrativa.

(...) nas discórdias intestinas a influencia aristocratica vae pouco a pouco cedendo o campo á democracia, e esta, vaga em suas affeições, inconstante em sua confiança, repelle antes de tudo a diuturnidade do poder (...) Solon organisa o poder de modo a assegurar a preponderancia da democracia,

³²⁹ ROCHA, Justiniano José da. *Compendio de Historia Universal*. Tomo I: Historia Antiga. Typologia do Regenerador, Rio de Janeiro, 1860, p. 53.

³³⁰ Cf. PENNA, Fernando de Araujo. A importância da tradição clássica no nascimento da disciplina escolar História no Imperial Colégio de Pedro II. In: *A Tradição Clássica e o Brasil*. CHEVITARESE, A. L., CORNELLI, G., SILVA, M. A. O. (orgs.). Brasília: Fortium, 2008, p. 74 e 75.

³³¹ ROCHA, Justiniano José da. Relatório do ministério do Império de 1849-53 *apud* CARDIM, Elmano. *Justiniano José da Rocha*. São Paulo: Brasiliense, 1964, p. 125 e 126.

³³² Cf. ROCHA, Justiniano José da. *Compendio de Historia Universal*. Tomo I: Historia Antiga. Typologia do Regenerador, Rio de Janeiro, 1860, p. 56.

³³³ ROCHA, Justiniano José da. *Compendio de Historia Universal*. Tomo I: Historia Antiga. Typologia do Regenerador, Rio de Janeiro, 1860, p. 58.

trazendo a tyrannia ou a omnipotência dos demagogos. (...) o grande poder todavia conserva-se inteiro nas mãos do povo, e comprehende-se com que facilidade nessas numerosas assembléas a habilidade de um orador, a influencia de um rico ambicioso tudo podem determinar, tanto mais quanto se sabe qual é a inércia dos bons, nos dias de lutas facciosas, quão facilmente se abstem elles dos encargos publicos. Os Pisistratidas, e melhor do que elles Pericles fez dessa condição da democracia um meio de absolutismo.³³⁴

A esse respeito, vale lembrar que em seu opúsculo *Ação, Reação e Transação: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil*, o autor já havia criticado a democracia e manifestado a defesa dos princípios monárquicos.³³⁵ Turin, ao analisar o folheto *Monarquia-Democracia*, de 1860, aponta que Justiniano argumenta pelos valores monárquicos constitucionais como regime de governo adequado para estabelecer o equilíbrio social no Brasil. Para isso, Justiniano emprega diversos exemplos da antiguidade, tais como a desagregação das cidades gregas, entendidas como anárquicas e alcunhadas de “republichetas municipais”, e identifica “a grandeza e a decadência romana a partir da luta entre a autoridade e a liberdade, expressa na luta entre a aristocracia e a plebe”. De acordo com Turin, os modelos helenos e latinos indicam que, para Justiniano, “a monarquia se constitui como um elemento originário do princípio da ordem social.”³³⁶

Também merece ser assinalada a ambiguidade na maneira em que o autor descreve o macedônico Alexandre, como “um dos primeiros genios de que honra a humanidade (...) chega a Baylonia, lá morre na flôr da idade, com 32 annos e 8 mezes, em consequencia de uma orgia (...) lamentemos que um genio dessa plana não soubesse refreiar o vicio tão asqueroso quão fatal.”³³⁷ Além de denominar Alexandre como admirável e depravado, Justiniano emprega em sua obra a dicotomia de “civilizados” e “bárbaros”, sendo os últimos os povos orientais e germânicos que entraram em contato com a Grécia e com a grande protagonista da narrativa apresentada no manual, Roma.

O mundo antigo absorve-se todo em Roma; vimos cahirem em seu poder as diversas partes do imperio de Alexandre, vejamos como nasce, como cresce, como se organisa essa republica, paciente e violenta, guerreira e astuta, que sabe tão a tempo enfraquecer os Estados que quer conquistar, e esperar com tanta paciencia que as causas de dissolução, nelles semeiadas, os enfraqueçam e lh'os entreguem.³³⁸

Do mesmo modo que nas outras civilizações antigas, o comportamento dominador e a subjugação de outros povos são positivados. Porém, se o mundo antigo nos oferece diversos exemplos de grandiosos impérios, tais como o dos persas, que, mesmo assim, são vistos como “bárbaros”, nenhum desses impérios, para Justiniano, se equipara ao esplendor de Roma, a capital do mundo.

A indole do governo e do povo romano é essencialmente religiosa; na erecção do Capitolio a descoberta de uma cabeça anuncia que esse morro

³³⁴ ROCHA, Justiniano José da. *Compendio de Historia Universal*. Tomo I: Historia Antiga. Typologia do Regenerador, Rio de Janeiro, 1860, p. 59 -61.

³³⁵ Ver ROCHA, Justiniano José da. *Ação, Reação e Transação: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil*. RIHGB. Tomo 219. 1953.

³³⁶ TURIN, Rodrigo. A Prudência dos Antigos: figurações e apropriações da tradição clássica no Brasil oitocentista. O caso do Colégio Imperial Pedro II. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 22, n. 41, jul. 2015, p. 310-312.

³³⁷ ROCHA, Justiniano José da. *Compendio de Historia Universal*, op. cit., p. 91-95.

³³⁸ ROCHA, Justiniano José da. *Compendio de Historia Universal*, op. cit., p. 103.

será a capital do mundo; e dessa certeza tudo em Roma se inspira. No reinado de Tarquinio uma sibilla procura vender-lhe os livros em que estão escriptos os destinos de Roma; depois de muito mercadejar, os livros são comprados, e confiados ao senado, que os consulta, quando o apuro das circunstancias exige esses meios extraordinarios de reanimar a confiança do povo. Juntem-se á influencia desses meios supersticiosos a acção pertinaz de uma politica aristocratica e instituições militares habilmente calculadas, e ter-se-ha a explicação da constancia com que Roma conseguiu realizar o agouro do Capitolio.³³⁹

Justiniano apresenta inacreditáveis razões para o sucesso romano, entre eles, um livro com “os destinos” da cidade para fortificar a crença de seu povo. É evidente que o modo como ele se refere às religiões das outras civilizações antigas é bem desigual. No trecho acima e no decorrer da obra, também é nítida a valorização da aristocracia romana. Nesta perspectiva, Turin alude que os manuais franceses traduzidos por Justiniano, as obras de Rozoir e Dumont, atribuem aos decuriões “o eixo estabilizador” de Roma. Ao invés dessa “classe financeira”, nomeada por Justiniano de “cavaleiros”, o autor opta pelos “prudentes do senado”, uma “aristocracia do espírito”, composta por homens de virtudes como Cícero, “distintos pela palavra e pela prudência política”.³⁴⁰

Tudo em Roma era aristocrático: os principaes cargos eram *curues ou senatorios*; a distincção das classes até vedava o casamento que as confundisse; **o patrício podia elevar a plebéa, como a sua escrava, até á honra da sua cama**, nunca á dignidade de sua esposa; com os filhos della nunca perpetuava o seu nome e a sua raça.³⁴¹

Justiniano, em nenhum momento, critica a segregação de classes entre patrícios e plebeus, o que estava de acordo com seu pensamento conservador, mais preocupado em realçar a distinção com o povo do que interceder pela participação política das classes desfavorecidas, lembrando que ele entende a democracia como um mecanismo tirânico. Mas, o que destaque é a sua perspectiva acerca dos escravos, em outro trecho ele nos diz: “A Romulo aggregam-se todos os aventureiros, escravos fugidos desses arredores; dessa horda infame tem de nascer a primeira nação do mundo antigo.”³⁴² Está claro o desprezo pelos escravos. Qual o impacto desse ensinamento na formação da futura elite brasileira? Ao ser adotado nos colégios do Segundo Reinado, em especial, no ICPII, de que maneira o compêndio espelhava a concepção que a elite tinha sobre os escravos? Lembramos que a obra já aludia, em suas primeiras lições, que os negros eram provenientes da linhagem amaldiçoada pelo patriarca Noé. Também vale lembrar que Justiniano era caricaturado com traços negroides.³⁴³ Pode-se presumir que isto o afetaria de alguma forma.

Ao elucidar sobre a história romana, Justiniano apresenta diversos exemplos de desvirtuamento em Roma, entre eles, os espetáculos de gladiadores, e imperadores como Calígula e Nero:

³³⁹ ROCHA, Justiniano José da. *Compendio de Historia Universal*. Tomo I: Historia Antiga. Typologia do Regenerador, Rio de Janeiro, 1860, p. 110.

³⁴⁰ TURIN, Rodrigo. A Prudência dos Antigos: figurações e apropriações da tradição clássica no Brasil oitocentista. O caso do Colégio Imperial Pedro II. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 22, n. 41, jul. 2015, p. 313.

³⁴¹ ROCHA, op. cit., p. 110 e 111. [grifos nossos]

³⁴² ROCHA, op. cit., p. 105.

³⁴³ A esse respeito ver capítulo 1, além da rica análise de Valdeci Lopes de Araujo, em *Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil*. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 31, n. 56, mai/ago 2015.

O nome de Nero resume toda a ideia de opressão e de crueldade. Devasso a ponto de não recuar do incesto, feroz a ponto de não recuar do parricídio, Nero, educado pelo philosopho Seneca, e pelo austero guerreiro Burrhus não mostrou uma só qualidade louvável. Queria ser artista, apresentava-se no theatro, e ai de quem não o applaudia! Mandava incendiar Roma, para poder cantar versos sobre o incendio de Troya, tendo á vista o espectáculo que descrevia! Um enxame de moços devassos eram companheiros de suas orgias.³⁴⁴

Segundo Turin, enquanto Guizot concebe o declínio da “classe média financeira” como motivo para a decadência romana, Justiniano a entende como fruto da “corrupção das virtudes”, ocasionada por dois fatores. Primeiramente, os conflitos pelo poder que acarretaram o despotismo imperial. Em segundo lugar, a importação de alguns costumes helênicos, que favoreciam o egoísmo, a vaidade, e a futilidade.³⁴⁵

A par disso a aristocracia romana ia perdendo a crosta de rispidez e grosseria que resguardava as suas antigas virtudes; a Grecia vencida vingava-se. civilizando- a, isto é, dando-lhe, com o amor ás letras, ás bellas-artes, aos estudos severos da philosophia, com o atticismo e o bom gosto, o conhecimento do luxo, o amor das delicias e delicadezas da vida.³⁴⁶

Após descrever em sua história universal as diversas religiões das civilizações da Antiguidade, todas depreciadas pelo autor, ele nos apresenta o cristianismo, a qual teve seus primeiros seguidores perseguidos pelos romanos, sobretudo, pelo “monstro Nero”.

No reinado de Tiberio, Jerusalém vê o supplicio do Deus homem; realiza-se o sublime mysterio da bondade, do amor, da misericórdia em que assenta o christianismo; os apóstolos, os discipulos do divino Mestre, recebem a inspiração do Espirito Sancto, e espalham-se pelo mundo cumprindo a ordem que haviam recebido—*Ite, et docete omnes gentes in nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti.*— (...) Triumpharam.. O numero dos christãos vae crescendo; já no reinado de Nero chega a ponto de merecer as iras desse monstro, que lhes atribue o incendio de Roma, e determina a primeira perseguição. As perseguições continuam; os christãos dão lhe facil pretexto, desde que é costume da adulação endeusar todos os imperadores, querer cultos, para esses monstros, exigil-os em nome da magestade humana, e os christãos não reconhecem por Deus senão Deus.³⁴⁷

Assim, aponto que, dentro da história romana, completava-se a instrução religiosa dos alunos, rememorando que Justiniano inicia a obra com lições acerca dos tempos primitivos do mundo e dos patriarcas, baseadas no Antigo Testamento bíblico.³⁴⁸ Neste sentido, ainda na Antiguidade, durante o império romano, acontece, para Justiniano, o triunfo do cristianismo. Dentre os personagens salientados pelo autor, é notória a importância de Constantino.

³⁴⁴ ROCHA, Justiniano José da. *Compendio de Historia Universal*. Tomo I: Historia Antiga. Typologia do Regenerador, Rio de Janeiro, 1860, p. 164.

³⁴⁵ TURIN, Rodrigo. A Prudência dos Antigos: figurações e apropriações da tradição clássica no Brasil oitocentista. O caso do Colégio Imperial Pedro II. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 22, n. 41, jul. 2015, p. 314.

³⁴⁶ ROCHA, op. cit., p. 136.

³⁴⁷ ROCHA, op. cit., p. 165 e 166.

³⁴⁸ Segundo Petit, o Antigo Testamento da Bíblia foi escrito entre os séculos VI a.C. (período do exílio dos judeus na Babilônia até a alforria destes por Ciro) até o século II a. C. (época dos Macabeus, para os últimos livros aceitos no Cânon). Cf. PETIT, Paul. *História Antiga*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 7ª edição, 1995, p. 59.

Emquanto cercava Maxencio, que ali se refugiara, uma cruz luminosa lhe appareceu no céu, diante de todos, e nella a inscripção que todos puderam ler: *in hoc signo vinces*. (...) em Milão, publica o vencedor o decreto que assegura aos christãos o livre exercicio de seu culto (313). (...) Senhor do imperio, por mercê especial de Deus, Constantino ergue a religião do Crucificado sobro as ruinas do paganismo.³⁴⁹

Constantino e a religião cristã desempenham um papel essencial na narrativa, pois através dela se difundiu a civilização para a humanidade.

Dos Barbaros que entravam em contacto com o imperio, que se approximavam da civilização, nem-um adheria ás crenças do paganismo, muitos, senão todos, recebiam a regeneração do baptismo. O character santo, o futuro da obra immensa da propagação da fé e da civilisação do mundo, assim se annunciava.³⁵⁰

Isto é, enquanto no mundo antigo predominava o paganismo, em razão da glória do cristianismo até mesmo os “bárbaros” puderam se reabilitar. Dessa maneira, indico a considerável chave explicativa religiosa da história antiga, presente no manual de Justiniano. O compêndio termina com a divisão do império romano do ocidente, entre os filhos do imperador Teodósio, em 395 d. C.

Se o imperio do Occidente ainda não se extingue, se ainda tem de subsistir 81 annos, está nos paroxismos da morte; suas melhores provincias estão perdidas ; sua existencia é mais nominal do que real: os Barbaros tomam conta delle. O do Oriente ainda manter-se-ha muito tempo: reduzido porém a que estado de fraqueza, com que extensão de territorio! Alguns historiadores chamam-o o Baixo-Imperio; nunca houve mais justa qualificação.³⁵¹

Lamentando a queda do império romano ocidental frente aos “bárbaros”, mesmo o império romano oriental, que continuou a prosperar por mais mil anos até se dissolver em 1453, é depreciado pelo autor. Assim, se encerra a história romana, a protagonista da história universal não só no compêndio de Justiniano, mas em todas as obras oitocentistas do gênero pesquisadas, e que constituía uma disciplina separada da História Antiga no Imperial Colégio de Pedro II.

Por fim, aponto que o *Compêndio de História Universal*, de Justiniano José da Rocha, como fonte para compreendermos a escrita da história da Antiguidade no Brasil oitocentista, evidencia o papel de destaque da formação clássica e cristã das elites naquele contexto. A obra não espelha apenas os fundamentos religiosos do autor, o qual exalta o triunfo do cristianismo e sua difusão pelo mundo civilizado, mas os valores e ideais da sociedade do Segundo Reinado. Além disso, é insofismável que a “história universal” de Justiniano concentrava-se na história grega e romana, muito mais aprofundada do que a história das civilizações africanas e asiáticas; era, portanto, uma história clássica que reafirmava os laços de origem da recente nação brasileira com a civilização ocidental.

³⁴⁹ ROCHA, Justiniano José da. *Compendio de Historia Universal*. Tomo I: Historia Antiga. Typologia do Regenerador, Rio de Janeiro, 1860, p. 180 e 181.

³⁵⁰ ROCHA, op. cit., p. 184 e 185.

³⁵¹ ROCHA, op. cit., p. 193.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escrita da Antiguidade no Brasil oitocentista estava diretamente ligada à formação do cidadão como servidor do estado monárquico. Por conta disso, o ensino das civilizações antigas concatenava-se com duas dimensões, a religiosa e a política. A primeira possuía como apanágio a instrução dos alunos na doutrina cristã/católica, percebida como base da moral e da conduta virtuosa dos indivíduos. Já no âmbito político, caracterizava-se pela necessidade de absorção de uma tradição clássica, destinada aos filhos da *boa sociedade*, os futuros letrados preparados para atuar no Estado e ocupar os principais cargos aristocráticos.

Desse modo, a História Antiga ensinada concentrava-se na Antiguidade clássica, aproximadamente 76, 5% dos conteúdos dos manuais e versavam sobre o mundo greco-romano. O ensino dessa disciplina se justificava como um saber advindo das nações percebidas como cultas, isto é, os países ocidentais, cujo modelo de civilização deveria ser seguido. Nessas narrativas escolares, Roma era modelo por excelência, principalmente, devido ao seu poder imperial militar e conquistador. Enquanto a Grécia era valorizada pelo desenvolvimento artístico e literário.

Enquanto que a história clássica/europeia era salientada pelos compêndios, os povos limítrofes ao continente europeu eram brevemente estudados, principalmente, aqueles que estabeleceram relações comerciais e bélicas com a Grécia e com Roma. Já a humanidade que vivia distante desse mundo mediterrâneo era praticamente ignorada. Assim, o grande arcabouço geocronológico da Antiguidade africana e asiática ocupava somente cerca de 15% das obras. Ademais, a história antiga das civilizações americanas era esquecida por todos os autores.

Neste horizonte, aponto que a seleção de conteúdos dos manuais priorizava a perspectiva civilizatória europeia, refletindo o interesse de edificar uma representação do Brasil distante das “repúblicas anárquicas” americanas, um país sem a imagem dos africanos, os descendentes da estirpe condenada à escravidão perpétua por Noé, mas sim uma pátria monárquica reinada por uma corte de descendência europeia e civilizada. Dessa maneira, o trabalho escravo e a existência de populações indígenas eram percebidos como obstáculos para o projeto civilizador desenvolvido no Império brasileiro, acarretando a exclusão dos povos africanos e indígenas dos cômodos da civilização, desprezando seu passado, flagelando seu presente e destruindo seu futuro.

Nessa linha de raciocínio, os compêndios compreendiam a história de modo linear, com a humanidade em diferentes estágios. Os povos mais desenvolvidos eram os europeus, com os heroicos helenos e latinos, em contrapartida, os povos africanos e asiáticos eram os mais rudimentares, dominados pela “barbárie”, pela superstição, pela infâmia. A partir disso, observa-se que a interpretação da história com o objetivo de descrever os progressos da civilização está concatenada com a periodização das obras, pois os eventos delimitadores para o fim da Antiguidade e da Idade Média são o fim do Império Romano ocidental e oriental, ocasionados por duas invasões de povos considerados “bárbaros”, isto é, a derrocada dos romanos frente aos povos germânicos e turcos são acontecimentos disruptivos no desenvolvimento da civilização.

Também vale assinalar que os personagens históricos eram positivados ou menosprezados de acordo com suas virtudes morais, em razão do uso da história para fornecer exemplos éticos e patrióticos, conforme a intrínseca ligação entre a escrita dos autores e os problemas do contexto. Durante o século oitocentista, a escrita da história da Antiguidade estava marcada por uma sociedade altamente hierarquizada e aristocrática, que intentava

encerrar as perturbações políticas, combater a “anarquia”, erigir a unidade nacional, além da manutenção do sistema escravista, do governo monárquico, da promoção da estabilidade social e da ordem.

Dentro dessa concepção, os acontecimentos históricos são apresentados para fins de exortação moral. Dessa maneira, as lições da história antiga eram principiadas por conteúdos bíblicos, fundamentadas na crença no tempo histórico linear, narrava-se a criação, os feitos dos patriarcas, e todo um resumo da história dos hebreus, proporcionando ensinamentos catequéticos. Estes ensinamentos estavam de acordo com a Bíblia, a qual era entendida como fonte histórica de veracidade inquestionável e inspirada na verdade eterna. Era uma história universal guiada por Deus, cuja narrativa descrevia as superstições e as depravações das civilizações antigas até o triunfo do cristianismo no mundo romano.

Por fim, é importante ressaltar que a educação brasileira oitocentista era inspirada na europeia, sobretudo, na francesa, excluindo a contribuição africana e indígena para a construção da civilização nos trópicos. Aponto que a orientação europeia ainda reverbera em nossos livros de História, por isso, há a necessidade de repensarmos este currículo, de modo não a excluir a história clássica, mas também valorizarmos a cultura africana e indígena, para constituir esses povos com um passado, dar-lhes um presente e, com isso, construir um país menos aristocrático e mais democrático.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Compêndios:

AZEVEDO, Moreira de. *Compêndio de História Antiga*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1864.

DURUY, Victor. *Compêndio da História Universal*. Traduzido pelo Padre Francisco Bernardino de Souza. Rio de Janeiro. Ed. B. L. Garnier. 1865.

GALANTI, Raphael M. *Compêndio de História Universal*. 2ª. ed. São Paulo: Typographia da Companhia Industrial, 1894.

MAIA, Luís de Queirós Mattoso. *Lições de História Universal*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.

PINTO, Alfredo Moreira. *Noções de História Universal*. Rio de Janeiro: Livraria Nicolau Alves, 1886.

ROCHA, Justiniano José da. *Compêndio de História Universal*. Tomo I: História Antiga. Typologia do Regenerador, Rio de Janeiro, 1860.

Bibliografia:

ALENCASTRO, Luís Felipe. O fardo dos bacharéis. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 19, 1987, p. 68-72.

ARAUJO, Valdeí Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

_____. Sobre a permanência da expressão *historia magistra vitae* no século XIX brasileiro. In: ARAUJO, V. L.MOLLO, H. M., NICOLAZZI, F. (orgs.). *Aprender com a história?: o passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

_____. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 31, n. 56, mai/ago 2015, pp. 365-400.

ASSIS, Arthur. Por que se escrevia história? Sobre a justificação da historiografia no mundo ocidental pré-moderno. In: SALOMON, Marlon (org.). *História, verdade e tempo*. Chapecó: Argos, 2011.

AYMARD, André. *O Oriente e a Grécia Antiga: as civilizações imperiais*. In: CROUZET, Maurice. *História Geral das Civilizações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª edição, 1998.

_____. *O Oriente e a Grécia Antiga*. Vol. 2: *O homem no Oriente próximo*. In: CROUZET, Maurice. *História Geral das Civilizações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª edição, 1998.

BAKR, A. Abu. O Egito faraônico. In: MOKHTAR, Gamal (org.) *História Geral da África*, vol. II: África Antiga. Brasília: UNESCO, 2010.

BARMAN, Roderick J. Justiniano José da Rocha e a época da conciliação. Como se escreveu "Ação; Reação; Transação". *RIHGB*, vol. 301, 1973.

BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.) *O Brasil Imperial*. Vol. II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

- BITTENCOURT, Circe. Livro didático e saber escolar (1810-1910). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves do Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol. 1, 1883.
- _____. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, volume 2, 1893.
- _____. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, volume 5, 1899.
- _____. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, volume 6, 1900.
- BRANDÃO, Junito de Souza. *Dicionário mítico-etimológico da mitologia grega*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 5ª ed., 2008.
- BRAUDEL, Fernand. *A History of Civilizations*. New York: Ed. Penguin Books, 1994.
- CALMON, Pedro. Vol. 5: O Século XIX – O Império e a Ordem Liberal, In: *História do Brasil*. 2ª edição, Livraria José Olympio Editora: Rio de Janeiro, 1963.
- CAMPS, Gabriel. Verbete: Pré-história. In: BURGUIÈRE, André (org.), *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro, Imago Ed., 1993.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. São Paulo: FAPESP, 2009.
- CARDIM, Elmano. *Justiniano José da Rocha*. São Paulo: Brasiliana, 1964.
- CERTEAU, Michel de. “A operação histórica” [1974]. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história. *Historiografia e nação no Brasil do século XIX*. *Diálogos*, Maringá/PR, v. 8, 2004, Disponível em: [http://www.dialogos.uem.br/index.php?journal=ojs&page=issue&op=view&path\[\]=17&path\[\]=showToc](http://www.dialogos.uem.br/index.php?journal=ojs&page=issue&op=view&path[]=17&path[]=showToc). Acessado em 02/07/2012.
- _____. A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império. Escrita da História e saber geográfico no Brasil oitocentista. *Ágora (UNISC)*, Santa Cruz do Sul - RS, v. 11, n.1, 2005.
- COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Global, 2004.
- DÓRIA, Escragnolle. *Memória histórica-comemorativa do 1º Centenario do Collegio de Pedro Segundo*. Ministério da Educação: Rio de Janeiro, 1937.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2ª ed., 1994.
- FINLEY, Moses. *Os Gregos Antigos*. Lisboa: Edições 70, 1963.
- _____. Os gregos antigos e sua nação. In: *O uso e abuso da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- _____. *Aspectos da Antiguidade*. Lisboa: Edições 70, 1990.
- _____. *O legado da Grécia: uma nova avaliação*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.
- FRANCISCO, Gilberto da Silva. “Somos todos gregos”: A influência da Grécia de Percy B. Shelley. *Revista História e Cultura*, Franca-SP, v.2, n.3, 2013.

FUNARI, Pedro Paulo. Brasileiros e romanos: colonialismo, identidades e o papel da cultura material. In: *A Tradição Clássica e o Brasil*. CHEVITARESE, A. L., CORNELLI, G., SILVA, M. A. O. (orgs.). Brasília: Fortium, 2008.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. A pedagogia da nação nos livros didáticos de História do Brasil do Colégio Pedro II (1838-1920). [s.n.] Disponível em <http://sbhe.org.br>. Acessado em 05/09/2013.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Uma Morfologia da História: as Formas da História Antiga. *POLITEIA: Hist. E Soc.*, Vitória da Conquista, v. 3, n.1, 2003.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Ação, reação e transação: a pena de aluguel e a historiografia. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br>. Acessado em 07/06/2012.

_____. "Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX". *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002.

_____. Apresentação: "Um historiador à margem: Fustel de Coulanges e a escrita da história francesa no século XIX". In: HARTOG, François. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2003.

_____. "As Luzes para o Império: História e progresso nas páginas de O Patriota". In: KURY, Lorelay (org.) *Illuminismo e Império no Brasil. O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

_____. "Reinventando a tradição: sobre antiquariado e escrita da História." RIOS, Kenia e Furtado, João E. (orgs.) *Em Tempo: história, memória e educação*. Fortaleza, Imprensa Universitária, 2008.

_____. *Livro de fontes da historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

GÜNTHER, Horst. Pensamento histórico no início da Idade Moderna. In: KOSELLECK, Reinhart. *O conceito de História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HARTOG, François. A Revolução Francesa e Antiguidade: Futuro de uma ilusão, ou desenrolar de um quiproquó. Porto Alegre, *Humanas*, v. 23, n. 1/2, 2000.

_____. *A História de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

_____. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

_____. *Memória de Ulisses: narrativa sobre a fronteira na Grécia antiga*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

HINGLEY, Richard. Concepções de Roma: uma perspectiva inglesa. Tradução de Renata Senna Garraffoni. Campinas, IFCH-UNICAMP, Coleção Textos Didáticos n.47, março de 2002, 64 pp. Disponível em: http://www.unicamp.br/nee/arqueologia/arquivos/historia_antiga/repensando.html Acesso em 29/02/2016.

HOLANDA, Sérgio B.; CAMPOS, Moacyr C. (orgs.). Dispersão e Unidade, 2º volume. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Ed. Difusão Europeia do Livro, 3ª edição, 1972.

_____. Declínio e queda do Império, 4º volume. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Ed. Difusão Europeia do Livro, 3ª edição, 1972.

JANNOTI, Maria. A falsa dialética: Justiniano José da Rocha. R. Bras. Hist., São Paulo, 1982.

KANT, Immanuel, *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo, Martins Fontes, 2ª ed., 2004.

KELLER, Werner. *E a Bíblia tinha razão – Pesquisas arqueológicas demonstram a verdade histórica dos Livros Sagrados*. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1958.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC - Rio, 2006.

_____. *O conceito de História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

LE GOFF, Jacques. Antigo/Moderno. In: *História e Memória*. 5ª Ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003.

_____. *A história deve ser dividida em pedaços?* São Paulo: Editora Unesp, 2015.

LEMOES, Daniel Cavalcante de Albuquerque. Tensões e disputas: os professores e os livros escolares no século XIX. Belo Horizonte, e-hum, vol.3, nº 2, 2010. Disponível em <http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/article/download/422/225>. Acessado em 23/09/2013.

MAGALHÃES JR, Raimundo. *Três panfletários do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 2009.

MARCOS, Fernando Sánchez. Cultura histórica. Disponível em: <http://www.culturahistorica.es/>. Acessado em 13/06/2014, 2009.

MARSON, Izabel Andrade. Liberalismo, história, e escravidão - Presença dos antigos na argumentação de Joaquim Nabuco, In: PIRES, Francisco Murari (org.). *Antigos e modernos: diálogos sobre a (escrita da) história*. São Paulo: Alameda, 2009.

MARTINEZ, Paulo Henrique. A nação pela pedra: coleções de paleontologia no Brasil, 1836-1844. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 19, n.4, 2012, pp. 1155-1170. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459702012000400004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20/04/2016.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo saquarema*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2004.

MEIER, Christian. Antiguidade. In: KOSELLECK, Reinhart. *O conceito de História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

MENDONÇA, Ligia Bahia de. Padre Raphael Maria Galanti: intelectual e historiador jesuíta. *Revista Intellèctus*, Ano XIV, n. 1, 2015.

MOKHTAR, G. Introdução. In: MOKHTAR, Gamal (org.) *História Geral da África*, vol. II: África Antiga. Brasília: UNESCO, 2010.

MOMIGLIANO, Arnaldo. História e biografia. In: FINLEY, MOSES I. (org.) *O legado da Grécia: uma nova avaliação*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

MONIOT, Henri. A história dos povos sem história. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (orgs.), *História: novos problemas*. Rio de Janeiro, Francisco Alves Editora.

MOURA, Sérgio; ALMEIDA, José. A Igreja na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III: O Brasil Republicano. 2º Volume: Sociedade e Instituições (1889-1930). São Paulo: Ed. Difel, 3ª edição, 1985.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Programa de Pós Graduação em História Social, UFRJ, 2009. Tese de Doutorado.

PAYEN, Pascal. Conquista e influências culturais – Escrever a história da época helenística no século XIX (Alemanha, Inglaterra, França). In: PIRES, Francisco Murari (org.). *Antigos e modernos: diálogos sobre a (escrita da) história*. São Paulo: Alameda, 2009.

_____. A constituição da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança? *Revista de História da Historiografia*, Ouro Preto, nº 6, 2011.

PENNA, Fernando de Araujo. A importância da tradição clássica no nascimento da disciplina escolar História no Imperial Colégio de Pedro II. In: *A Tradição Clássica e o Brasil*. CHEVITARESE, A. L., CORNELLI, G., SILVA, M. A. O. (orgs.). Brasília: Fortium, 2008.

PETIT, Paul. *História Antiga*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 7ª edição, 1995.

PINSKY, Jaime. *As primeiras civilizações*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

PLUTARCO. *Vidas Paralelas*. Tomo I. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bk000476.pdf>. Acesso em 05/02/2016.

POMIAN, Krzysztof. “Periodização”. In: Enciclopédia Einaudi. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, vol. 29, 1993.

QUEIROZ, Tatiane Rocha de. Do regressismo ao conservadorismo do periódico “O Brasil”. Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

RIAD, H. O Egito na época helenística. In: MOKHTAR, Gamal (org.) *História Geral da África*, vol. II: África Antiga. Brasília: UNESCO, 2010.

ROCHA, Justiniano José da. *Ação, Reação e Transação: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil*. RIHGB. Tomo 219. 1953.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques. Os Livros Didáticos de História no ensino de História do Colégio Pedro II no Império (1837-1870). II Seminário Brasileiro Livro e História Editorial. Disponível em: <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br>. Acessado em: 23/09/2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Innocencio Francisco. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional. Tomo V. MDCCCLX ou 1862. Disponível em www.brasiliana.usp.br. Acessado em 26/09/2013.

SILVA, Glaydson José da. *História Antiga e usos do passado: um estudo de apropriações da Antiguidade sob o regime de Vichy (1940-1944)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

_____. Os avanços da História Antiga no Brasil. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em:

www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300246828_ARQUIVO_OsavancosdaHistoriaAntiganoBrasil.pdf. Acesso em 29/02/2016.

SOUZA, Carlos Eduardo Dias. Ensinando a ser brasileiro: o Colégio Pedro II e a formação dos cidadãos na Corte Imperial (1837-1861). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação de História Pontifícia Universidade Católica, 2010. Dissertação de Mestrado.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *O império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ: EdUFF, 1999.

TAPAJÓS, Vicente; TÓRTIMA, Pedro. Dicionário Bibliográfico de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos Brasileiros. Rio de Janeiro, 1993.

TEIXEIRA, Felipe Charbel. Uma construção de fatos e palavras: Cícero e a concepção retórica da história. Belo Horizonte, *Varia Historia*, vol. 24, n. 40, 2008. Disponível em: www.scielo.com.br. Acessado em 07/03/2013.

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. A disciplina de História no Império brasileiro. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 17, p. 1-10, mar. 2005. Disponível em: <http://www.rbhe.sbhe.org.br>. Acessado em: 23/09/2013.

TURIN, Rodrigo. Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História, UFRJ, 2009, Tese de Doutorado.

_____. Os antigos e a nação: algumas reflexões sobre os usos da antiguidade clássica no IHGB (1840-1860). Disponível em <http://acrh.revues.org/index3748.html>. Acessado em 17/11/2011.

_____. A Prudência dos Antigos: figurações e apropriações da tradição clássica no Brasil oitocentista. O caso do Colégio Imperial Pedro II. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 22, n. 41, p. 299-320, jul. 2015.

VAINFAS, Ronaldo (org.) *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

VIANNA, Hélio. *Justiniano José da Rocha*. *RIHGB*, vol. 243, 1959.

WARMINGTON, B. H. O período cartaginês. In: MOKHTAR, Gamal (org.) *História Geral da África*, vol. II: África Antiga. Brasília: UNESCO, 2010.